AMAURI TADEU BARBOSA NOGUEIRA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: métodos, teorias e conceitos sobre os movimentos sociais do campo

Relatório de Pós-doutorado realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP),

Faculdade de Ciência e Tecnologia Instituto, Campus de Presidente Prudente

Supervisor(a): Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

Financiamento: Edital 05/2024/PROPe - Unesp - Programa Unesp de Pós-Doutorado

Presidente Prudente

2025

RESUMO

Este projeto tem como objetivo analisar a História do Pensamento da Geografia Agrária em relação a seu objeto de estudo por meio de sua abordagem, levando-se em consideração as teorias e métodos, ou seja, como se pesquisa, analisa e interpreta a produção espacial sobre os movimentos sociais do campo considerando o período dos anos de 1980 até 2024. A Geografia Agrária, com seu arcabouço teórico-metodológico, dedica-se à análise dos movimentos sociais do campo. Como estratégia, esta pesquisa adotará um estudo qualitativo de textos, considerando seu objeto central de investigação. A análise será orientada pelo levantamento e exame de referências bibliográficas, especialmente teses e dissertações sobre a temática, disponíveis em centros de excelência como a FFLCH-USP e a FCT/UNESP – Presidente Prudente. Busca-se identificar quais correntes teórico-metodológicas estão presentes nos textos produzidos nos programas de Geografia Agrária sobre os movimentos sociais do campo, compreender os pontos de convergência e divergência entre os pesquisadores na construção do pensamento da Geografia Agrária brasileira e elucidar qual é o estatuto espacial que fundamenta os estudos dessa área. A partir dos resultados observados, pretendemos produzir um conhecimento crítico e reflexivo a respeito da produção de estudos sobre o pensamento geográfico.

Palavras Chaves: Geografia Agrária; Teoria e Método; Movimentos Sociais do Campo; História do conhecimento.

ABSTRACT

This project aims to analyze the history of thought in Agrarian Geography in relation to its object of study through its approach, taking into account theories and methods. This approach examines how spatial production on rural social movements is researched, analyzed, and interpreted, considering the period from 1980 to 2024. Agrarian Geography, with its theoretical and methodological framework, is dedicated to the analysis of rural social movements. This research strategy will adopt a qualitative study of texts, considering its central object of investigation. The analysis will be guided by the survey and examination of bibliographical references, especially theses and dissertations on the subject, available at centers of excellence such as FFLCH-USP and FCT/UNESP – Presidente Prudente. The aim is to identify the theoretical and methodological approaches present in the texts produced in Agrarian Geography programs on rural social movements, understand the points of convergence and divergence among researchers in the construction of Brazilian Agrarian Geography thought, and elucidate the spatial status that underlies studies in this field. Based on the observed results, we aim to develop critical and reflective knowledge regarding the production of studies on geographic thought.

Keywords: Agrarian Geography; Theory and Method; Rural Social Movements; History of knowledge

Dedicação especial à minha mãe Derminda Barbosa Nogueira e a meu pai Mario Nogueira, meus Orixás, pela vida;
A esposa Claudete de Sousa Nogueira;
Aos meus filhos(as) Karen Cristina Ferreira Nogueira, Mariane Cristina de Sousa Nogueira e Pedro Lucas de Sousa que me fizeram eterno;
Aos meus irmãos com muito carinho, Maria Lucia, Daluci, Célia e Ernani, meus Ébanos;
E aos meus sobrinhos sem terrinhas, Evandro, Samuel e Akin com todo meu afeto.
E para meu inesperado erê, meu netinho que está a caminho, o Mathias, que a vida seja como a brisa da manhã, sempre leve e perfumada...beijos.

Agradecimentos

Ao supervisor Professor **Dr. Eduardo Paulon Girardi**, pela competência e seriedade nos encontros de orientação e ensinamentos que levo para toda vida; quem abriu as portas e me permitiu partilhar do seu mundo, aquele do afeto, do abrigo e do aconchego, e me possibilitou sonhar, realizar, e sonhar... que no caminhar solitário da pesquisa, na escuridão, nas brumas, neste labirinto que é a Ciência, foi ele quem generosamente iluminou meus caminhos.

Sou um homem invisível. Não, não sou um fantasma como os que assombravam Edgar Allan Poe, nem um destes ectoplasmas de filme de Hollywood. Sou um homem de substância, de carne e osso, fibras e líquidos – talvez se possa até dizer que possuo uma mente. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Tal como essas cabeças sem corpo que às vezes são exibidas nos mafuás de circo, estou, por assim dizer, cercado de espelhos de vidro duro e deformante. Quem se aproxima de mim vê apenas o que me cerca, a si mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação – na verdade, tudo e qualquer coisa, menos eu.

Minha invisibilidade também não é, digamos, o resultado de algum acidente bioquímico da minha epiderme. A invisibilidade à qual me refiro ocorre em função da disposição peculiar dos olhos das pessoas com quem entro em contato. Ela tem a ver com a disposição de seus olhos internos, aqueles olhos com que enxergam a realidade através dos seus olhos físicos. Não estou reclamando nem protestando. Às vezes é até vantajoso não ser visto, embora quase sempre seja desgastante para o sistema nervoso. Acontece também que essas pessoas de visão deficiente vivem esbarrando em você. Ou você passa a duvidar, cada vez mais, da própria existência. Começa a se perguntar se não passará mesmo de um fantasma na cabeça dos outros. Uma criatura em um pesadelo, que aquele que dorme tenta, por todos os meios, destruir. Sentindo-se assim, você passa, por puro ressentimento, a devolver os empurrões que recebe. E – permitam-me confessar – é quase sempre assim que você se sente. Você se aflige com a necessidade de se convencer de que existe mesmo, num mundo real, de que faz parte todo esse ruído, essa angústia, e acaba revidando aos murros, aos palavrões, jurando que fará com que eles reconheçam você.
Mas isso quase nunca dá certo, infelizmente. (Ellison, 1990:07)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....8

Aos esfarrapados do mundo.....8

Objetivos metodologia.....9

A conformação do pensador social.....23

CAPÍTULO 1

1.1 – O contexto histórico da emergência dos estudos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.....25
1.2 - Contextualização geográfica.....32
1.3 - A propósito da produção do conhecimento em Geografia.....39

1.4 - Os instrumentos de trabalho da produção do conhecimento de Oliveira.....41

CAPÍTULO 2

Os olhares sobre as orientações de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.....48

2.1 – Movimentos sociais 48
2.2 – A luta.....49
2.3 – Brasiguaios.....57
2.4 – Espacialização.....61
2.5– Territorialização.....66
2.6– (Re)construção do território camponês.....70

2.8 – A Beiradeira.....79

CAPÍTULO 3

3.1 – O trabalho.....81

3.2 – Poeira.....82

3.3 – A Trajetória.....87
3.4 – Monopólio 91
3.5 – Camponeses Gaúchos.....98

CAPÍTULO 4

4. 1 – Reprodução social do camponês.....103

4.2 – A geografia dos camponeses 104
4.3 – Os posseiros.....109
4.4 – O processo.....112
4.5 – O bairro reforma agrária.....117

CAPÍTULO 5

5.1 – O contexto histórico da emergência dos estudos de Bernardo Mançano Fernandes.....120
5. 2 – O conceito de território.....122

CAPÍTULO- 6

Um olhar sobra as orientações de Bernardo Mançano Fernandes.....125

6.1 – Os impactos socioterritoriais 125

6.2 – Os camponeses do sertão.....126

6.3 – A disputa territorial.....128
6.4 – A territorialização.....130

6.5 – A soberania.....132

6.6 – Os paradigmas 135

6.7 – Cartografia Geográfica.....136

Considerações finais.....140

Referências.....147

Comentários do supervisor.....154

INTRODUÇÃO

Aos esfarrapados do mundo[1]

Nesse momento do relatório de pós-doutorado, sou forçado a mergulhar no meu universo das produções territoriais, aquelas do afeto, do abrigo e do aconchego, e rememorar alguns momentos que me permitiram chegar até aqui. Entre eles, talvez o mais intenso tenha sido a decisão de ingressar na faculdade. Naquele período, eu morava em um assentamento de reforma agrária localizado em Porto Feliz, no interior do Estado de São Paulo, considerado um dos mais antigos do estado, criado por volta da década de 1980, e que, à época, causou grande repercussão.

Houve várias reuniões com todo o assentamento para saber se eu poderia ou não estudar. Quantos constrangimentos e discussões com os coordenadores(as) do assentamento, engenheiros(as) e técnicos do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e com os padres da Igreja Católica; as discussões acabaram avançando até a minha etnia, revelando o racismo estrutural profundamente enraizado na sociedade brasileira: ser negro, ser assentado e, ainda por cima, querer estudar. Apesar de tudo, estou aqui.

Por imposição do momento, estou imaginando quantos assentados(as) da minha época final de década de 1980 que se encontravam na adolescência, nos acampamentos de beira de estrada, nos assentamentos provisórios ou não, foram impedidos de seguir em frente em seus estudos, e hoje olham pela janela da vida e observam que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem desde crianças estudando em acampamentos, colégios técnicos até faculdade, se isto não fosse suficiente para abrir uma cicatriz espaço-temporal.

Como explicar a mim mesmo e a esses(as) companheiros(as), que estão envelhecendo e que foram, e ainda são, o alicerce para que o movimento chegasse até aqui, que um coletivo capaz de nos ensinar a sermos livres, por um lado, também limitava nossas escolhas, permitindo, naquele momento, que elas viessem apenas de homens e mulheres livres — ou seja, de adolescentes.

Talvez este relatório de pós-doutoramento seja uma inflexão espaço-temporal na tentativa de responder para o MST e para estes homens e estas mulheres que éramos e ainda somos livres; e ser livre também nos movimentos sociais tem seu preço, e, por conseguinte, de rebatimentos para os intelectuais que

[1] “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Freire, 1987, p.01).

estudam os movimentos sociais que não existe determinação histórica maior que a vontade de homens e mulheres em busca de sua liberdade.

Objetivos e metodologia

O objetivo da presente pesquisa consiste em analisar a História do Pensamento da Geografia Agrária em relação a seu objeto de pesquisa por meio de sua abordagem, levando-se em consideração as teorias-método, ou seja, como se pesquisa, analisa e interpreta a produção espacial sobre os movimentos sociais do campo a partir dos anos de 1980 até 2024. A questão da história do pensamento geográfico fez parte de nossa preocupação no decorrer das pesquisas de Pós-Graduação, sendo que no Doutorado passou a ser tema central. Aqui, damos continuidade a essas pesquisa.

Em nossa dissertação de Mestrado, intitulada **"Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento rural da Fazenda Jupira, no município de Porto Feliz/SP" (2007),** procuramos compreender os conflitos no interior das práticas sociais e as estratégias de luta que envolvem os assentados, os líderes assentados vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e representantes (padres e/ou pastores, técnicos agrônomos do Instituto de Terras de São Paulo). No entanto, foi na pesquisa de Doutorado, intitulada **"Assentamentos Rurais do MST: práticas espaciais, representações e conflitos" (2012),** que a história do pensamento teve centralidade, para que pudéssemos compreender o processo dialético entre vivido (presente) e concebido (ausente) sob as representações que cada sujeito e/ou segmento faz de si e dos outros.

Nessa pesquisa, demos continuidade às análises iniciadas durante o mestrado, compreendendo os conflitos no interior das práticas sociais e as estratégias de luta, por meio das representações sociais que cada sujeito e/ou segmento social faz de si mesmo e dos outros, e seus rebatimentos em assentamentos rurais. Analisamos os conflitos tendo como *locus* o interior das práticas sociais e estratégias de luta em dois assentamentos (formados e organizados pelo MST), localizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A análise entre assentamentos, em conjunto com as lideranças do MST (coordenadorias locais), permitiu-nos um olhar sobre o Movimento (enquanto articulador das práticas) e outro sobre assentamentos (enquanto *locus* de assimilação e/ou resistência das práticas). Tivemos como finalidade elaborar uma análise dos conflitos sobre os dois assentamentos utilizando os mesmos pressupostos teórico-metodológicos, a respeito dos processos distintos das

construções espaciais e apropriações territoriais, levando-se em conta o contexto histórico e a diversidade regional da sociedade brasileira.

Diante desses resultados, constatamos a necessidade de aprofundar a pesquisa em nível de Pós-Doutorado, propondo uma reflexão tomando como ponto de partida a História do Pensamento da Geografia Agrária. Nosso campo de pesquisa foram os departamentos de Geografia da FFLCH-USP e da FCT/UNESP – Presidente Prudente, que, ao longo do tempo, consolidaram-se como referências nacionais no diálogo com os movimentos sociais do campo. Essa relevância refletiu-se na criação de laboratórios, núcleos, revistas e outros espaços especializados em Geografia Agrária, fruto da interação constante com seus pares acadêmicos e das demandas advindas desses movimentos.

Os fatores norteadores para a seleção dos departamentos foram:

- possuir professor(es) especialistas na disciplina da Geografia Agrária;
- possuir grupo(s) de estudos concernentes à Geografia Agrária;
- possuir laboratório-Núcleo de Geografia Agrária;
- possuir revistas especializadas no tema da Geografia Agrária.

Os estudos relativos ao pensamento da Geografia Agrária enfocam a Teoria e o Método tendo como preocupação as análises de periódicos, artigos, revistas e de encontros locais ou nacionais. Mas, no tocante a dissertações e teses *strictu sensu,* os estudos referentes ao pensamento da Geografia Agrária estão no seu início.

De acordo com Suzuki (2008), em sua análise "**Geografia Agrária brasileira: gênese e diversidade"** a geografia agrária se estrutura a partir de princípios científicos e é fruto de um momento particular do sistema de conhecimento sobre o campo e a agricultura. A sistematização do saber no século XIX permitiu o surgimento do campo dos estudos agrários:

> A Geografia Agrária é muito recente. Sua definição como fragmento de saber não tem mais de meio século. Contudo, o conhecimento sobre o campo é quase tão antigo como a história do homem, pelo menos aquela cuja referência ao homem cuja prática da agricultura alterou as possibilidades do desenvolvimento social (Suzuki, 2008, p. 2).

Para Suzuki (2008), a geografia agrária tem demonstrado pertinência na busca de compreender a sociedade contemporânea incorporando em seus eixos temáticos os modos de vida, os *habitus*, o *ethos*, temas estes oriundos da sociologia e antropologia.

Afirma o autor que a contribuição da geografia agrária para outras áreas do conhecimento tem sido de grande valia e ganha relevância a "investigação na compreensão do movimento do mundo a partir da leitura do campo e da agricultura" (Suzuki, 2008, p. 10). Desta maneira, a partir de um conjunto de reflexões, a Geografia Agrária tem como um de seus eixos temáticos de grande relevância a investigação sobre os movimentos sociais do campo.

Thomaz Júnior (2009) também se debruça sobre o tema. O autor centra seu trabalho no campo das escolhas políticas e ideológicas dos geógrafos durante as disputas que envolviam os "novos rumos da geografia brasileira", sob as escolhas das correntes de pensamento no interior da Geografia Agrária. Essas disputas, segundo o autor, desdobraram-se em mudanças ao longo do tempo, a saber:

> Dessa forma, os enfrentamentos que expressam as manifestações populares, e ainda o processo perverso de expropriação/expulsão dos camponeses seguido também do crescente empobrecimento desse seguimento, para os que permanecem na terra, assim como os que foram ocupar a terra em outras regiões mais distantes, e aqueles que engrossam as cifras urbanas, em busca de emprego, é o pano de fundo dos estudos que catalisaram as correntes da geografia no Brasil (Thomaz Júnior, 2009, p. 4).

A partir de 1980, de acordo com Thomaz Júnior (2009, p. 4), a geografia brasileira passa por uma renovação ancorada na Geografia Crítica. Essa renovação impactou as discussões da intelectualidade brasileira da época e deixou marcas ideológicas até os dias atuais.

O autor destaca que, nesse período, tornou-se necessário descolonizar o pensamento dos geógrafos agrários brasileiros. Esse movimento levou os estudiosos a direcionarem sua atenção para as questões nacionais, valorizando autores e temas diretamente relacionados à realidade brasileira.

Este momento redefiniu a Geografia brasileira e possibilitou o surgimento de uma nova geração de geógrafos e uma maior aproximação das pesquisas junto aos movimentos sociais.

> O principal laboratório das discussões sobre geografia se deu, mais exatamente, nesse momento que os resultados apresentados pelas novas gerações que se formaram no ambiente do racha e da virada da Geografia, é que os movimentos sociais começam a fazer parte dos estudos e a ocupar protagonismo dos geógrafos, com os estímulos de pesquisadores consagrados da época (Thomaz Júnior, 2009, p. 9).

Na perspectiva da história do pensamento agro rural, Ferreira (1998) fez um levantamento extenso da produção geográfica registrada em diferentes publicações, periódicos e anais de reuniões científicas a partir dos anos 1930 até os anos 1990, dos quais abstraiu as tendências da disciplina em cada período e apontou as transformações teóricas e metodológicas da Geografia Agrária.

A autora, ao analisar o período de 1980, destaca que a década teve como temática central o desenvolvimento tecnológico, os conflitos sociais, a degradação ambiental, as relações de trabalho no campo, as relações entre pequena e grande produção e as relações entre agricultura e indústria sob a modernização da agricultura em curso.

De acordo com a autora, a partir do posicionamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira em um encontro patrocinado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em 1982, houve uma interpretação baseada em análises sociológicas, que também ganhou uma conotação política. Nessa análise proposta por Oliveira (1982), segundo a autora, a ênfase que era dada na centralização, na localização e distribuição da terra, fundamentada em fato histórico, como resultante da colonização, perde relevo em relação ao desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo e a luta de classes.

> Para a década de 80, a análise da realidade social prevaleceu nos estudos sobre a ação da modernização no espaço brasileiro considerando: o atrelamento da pequena produção a indústria transformadora de matérias-primas em seus mais diferentes tipos; a dinamização das relações cidade-campo, concretizada pela urbanização da agricultura; as mudanças na forma de produzir, reveladas pela adoção de novo patamar tecnológico; a incorporação de novas terras com a ocupação da fronteira agrícola; e o acirramento da concentração de terra, da renda, resultado da expropriação dos trabalhadores familiares. A questão espacial ganhou ênfase quando em geral foram realizados estudo de caso que procuram definir o impacto local regional da modernização e suas diferenciações (Ferreira, 1998, p. 268).

Segundo Ferreira (1998), a partir da década de 1990, devido à integração do mundo capitalista, que por sua vez, torna mais complexa a agricultura brasileira, os estudos agrários se caracterizaram pela reflexão sobre essas mudanças, iniciadas nos anos de 1970. E seus interesses ganharam muita relevância em estudos variados tais como: a unidade de produção familiar, a luta pela terra como uma luta socioambiental, a relação do complexo agroindustrial, a fronteira agrícola entre outros.

A autora, ao final de seu estudo, considera que o objeto da geografia durante o período estudado mostrou-se dinâmico, sob as transformações paradigmáticas e socioeconômicas que marcaram a produção do geógrafo agrário. Estas modalidades de teorias e métodos, segundo a autora, não são excludentes, mas sintetizam a interpretação do agro pela Geografia.

Bombardi (2008), em seu texto sobre a historiografia da Geografia Agrária brasileira, analisa sua formação sob a perspectiva crítica. Desta forma, a autora procura demonstrar que, no início da Geografia Agrária na USP, os estudos se fundavam na perspectiva do historicismo sob a influência do positivismo.

Essas influências começaram a ser questionadas, especialmente a partir da década de 1960, com a incorporação do marxismo no campo das ciências sociais, processo do qual a Geografia Agrária também participou, “a dialética, entretanto, foi trazida para o pensamento geográfico através do marxismo” (Bombardi, 2008, p. 114). Esse encontro da Geografia com o Marxismo possibilitou a entrada de outros temas, tais como: a luta de classes, a divisão internacional do trabalho, os conflitos por terra, a violência, os movimentos sociais no campo, a renda da terra, as formas não capitalistas, o campesinato, dentre outros.

Esses temas foram se consolidando na Geografia Agrária e, por sua vez, permitiram estudos sobre os movimentos sociais, reforma agrária, agroindústria e populações tradicionais, que passaram a estar presentes nos trabalhos e pesquisas desenvolvidos.

> O conflito, a contradição e a luta de classes estiveram no eixo central da preocupação da Geografia Agrária desenvolvida na USP, contrariando uma perspectiva linear e desenvolvimentista e, colaborando, portanto, com uma interpretação do campesinato, dos movimentos sociais e dos conflitos no campo (Bombardi, 2008, p. 114).

Campos (2012), ao se debruçar sobre os territórios paradigmáticos, ou seja, os territórios dos grupos de pesquisas de Geografia Agrária do estado de São Paulo, demonstrou que “os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos que, com suas teorias, método, conceitos, intencionalidades e ideologias compartilham paradigmas e representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária” (Campos, 2012, p. 24).

Por meio de um mapeamento exaustivo dos grupos de pesquisa de Geografia Agrária, como estruturas de socialização, das práticas e das ações, a autora pôde identificar as tendências internas que compõem cada grupo e, por sua vez, afirma que:

> Toda forma de conhecimento é adepta a uma dada posição político-ideológica e, desvendar de que forma o pensamento geográfico está inscrito neste processo, tendo em vista os grupos de pesquisa e paradigmas, é mostrar que toda Geografia, seja ela ou não analisada pelo debate paradigmático, é constituída por geógrafos que tomam partido sobre o mundo e a sociedade (Campos, 2012, p. 354).

Campos (2012) observou que os grupos de pesquisa e paradigmas sob os territórios paradigmáticos conformam-se como partes significativas do processo de construção do conhecimento geográfico, uma vez que estes, quando estão consolidados no processo, disseminam e disputam poderes explicativos dentro e fora da comunidade científica na defesa de seus territórios.

Alves (2010) analisou as bases teórico-metodológicas da geografia agrária brasileira partindo do ano de 1939 até 2009 com base em dez periódicos científicos selecionados em geografia. O autor, ao analisar as metodologias utilizadas nas pesquisas de geografia agrária, aponta que, a partir dos anos 2000, as abordagens metodológicas se diversificaram nos estudos da geografia agrária brasileira.

Os temas passaram a girar em torno do acirramento dos movimentos sociais na luta pela terra e seus embates contra a grande propriedade privada, a urbanização do campo (simbólico e material), as relações econômicas (terra, trabalho e capital), as interrelações entre assentados, agricultores familiares ou grande proprietário na organização do espaço agrário, associativismo e cooperativismo em relação aos complexos industriais ou agroindustriais. Esses temas foram incorporados no rol de pesquisas dos geógrafos agrários.

> As questões sociais, econômicas e políticas são temáticas, que refletem o uso dos conceitos geográficos como o território, que espelha os processos de desigualdade, poder, identidade surgem novos processos, com a territorialização, desterritorialização e reterritorialização, em especial dos movimentos sociais e assentamentos rurais, que estão em voga na geografia agrária deste início de século. (Alves, 2010, p. 270)

Após analisar setenta anos de periódicos, o autor concluiu que nunca houve hegemonia de pensamento no campo da Geografia Agrária, mesmo quando determinada vertente ganhava destaque, outras continuavam a ser desenvolvidas.

Observou também que a geografia atual é plural e contempla uma diversidade de técnicas, conceitos, métodos, teorias em conjunto com outras áreas de conhecimento que auxiliam na explicação da produção espacial. Esse ecletismo, adverte o autor, mais confunde do que explica a história do pensamento geográfico. Contudo, pensamos que as vertentes teóricas e metodológicas contemporâneas, mais que refletirem um ecletismo confuso, revelam-nos um momento singular de transição histórica mergulhados no mundo dos paradoxos; pobreza e riqueza, nacional e global, fragmentação e totalidade, individualismo e solidariedade e outros, que obrigam as Ciências Sociais, em especial a Geografia Agrária, a buscar aportes teórico-metodológicos que desvendam o real.

A nosso ver, a partir da relação contraditória e desigual entre forma e conteúdo se produz efeitos nas teorias, métodos e conteúdo no decorrer do período a ser estudado no interior das Ciências Sociais. Por isso, os textos (dissertações e teses) produzidos no interior dos departamentos, neste lapso de tempo, nos impõem no plano do movimento da pesquisa este recorte espaço-temporal.

Desta forma, propomos uma análise dos textos (dissertações e teses) sobre os movimentos sociais no campo que, por sua vez, expressam de forma aguda as contradições da sociedade contemporânea para a compreensão da Geografia Agrária no movimento da pesquisa.

Para tanto, as questões que se colocam podem ser assim formuladas:

- Quais as correntes teórico-metodológicas presentes nos textos dos programas de Geografia Agrária referentes aos movimentos sociais no campo?
- Quais são os possíveis pontos de contato e de divergência dos pesquisadores na conformação do pensamento da Geografia Agrária brasileira?

  Qual o estatuto espacial que plasma os estudos da Geografia Agrária?

A relevância da nossa pesquisa reside na apreensão da produção científica que engendra saberes e poderes, na Geografia Agrária, a partir da análise de teses e dissertações produzidas nos departamentos da FFLCH-USP (SP) e FTC-UNESP - Presidente Prudente (SP). Considerando estes espaços em que o movimento da pesquisa funda estas instituições e se converte objetivamente em conhecimento geográfico.

Para compreender as escolhas que orientam os debates sobre formas de desenvolver uma Geografia mais próxima dos movimentos sociais do campo, torna-se necessária uma inflexão espaço-temporal a partir da década de 1980. Em nossa análise, o recorte de 1980 a 2024 permite identificar, no movimento da pesquisa, as continuidades e descontinuidades que marcam a conformação da produção científica agrária.

Isso, sobretudo, a partir da década de 1980, quando a geografia passou por uma transformação, por um período de (re)significação da disciplina, um

momento de (re)surgimento e amadurecimento dos debates que se iniciaram nos anos de 1970, sobre quais seriam os rumos da Geografia no contexto brasileiro. Neste período, os debates que versavam sobre os rumos da Geografia se intensificaram mediante o contexto social, político e econômico.

A nossa pesquisa tem como objetivo geral analisar a História do Pensamento da Geografia Agrária em relação a seu objeto de pesquisa, por meio de sua abordagem, levando em consideração as teorias e métodos, ou seja, como se pesquisa, analisa e interpreta a produção espacial com foco a partir dos anos 1980 até 2024

- Identificar as principais correntes de pensamento que conformam o discurso concernente à Geografia Agrária;
- Analisar o processo da dialeticidade, no que tange à continuidade e à descontinuidade das abordagens dos estudos da Geografia Agrária no processo de produção de conhecimento;
- Discutir os referenciais teóricos e metodológicos na produção do pensamento geográfico agrário.

Fundamentamos nosso estudo no conceito de **totalidade concreta** de Karel Kosik (1976) e Henri Lefebvre (1991), com o objetivo de recuperar o seu poder explicativo e metodológico para a análise do tema, suas implicações e suas relações com a teoria, método e conteúdo. As ideias presentes nesse conceito são extremamente importantes para a compreensão do tema, com o intuito de buscar elementos que contribuam para o entendimento da discussão epistemológica em torno da Geografia Agrária.

O conceito de totalidade concreta é uma teoria da realidade e um método do conhecimento fundado na história, a qual parte do pressuposto de que a dialética está no mundo em movimento e em transformação, e tem um reclamo nas contradições de forma e conteúdo, em que o conhecimento não pode se deslocar da realidade. Em nosso trabalho, a “lógica concreta” será então concebida como a teoria de uma prática: **o conhecimento.**” (Lefebvre, 1991, p. 85).

Dessa forma, a totalidade permite refletir sobre qualquer ponto do processo histórico, que corresponde a uma estrutura e tem uma conjuntura correspondente. É produto de uma epigênese histórica, sendo que cada momento correspondente completado traz no seu bojo sua negação, ou seja, o mundo material é dialético, isto é, está em constante movimento, e, historicamente, as mudanças ocorrem em função das contradições entre os homens, em dadas condições históricas e sociais. A totalidade concreta estuda o que foi, o que é, e o que está sendo no devir histórico.

> O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo: desempenha, portanto, uma função dupla, a de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo: ser ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo definir um sentido a algo mais (Kosik, 1976, p. 40).

O conceito de totalidade concreta não pressupõe, por conseguinte, um acréscimo sistemático de fatos. O estudo das partes não é um processo isolado do todo, em que o todo é maior que as partes. Do ponto de vista da totalidade concreta nada têm em comum com a totalidade holística organicista ou neo-romântica, que hipostasia o todo antes das partes e efetua sua mitologização. (Kosik, 1976, p. 49)

Para discutirmos teoria, método e sua prática correspondente e toda sorte de contradições daí advindas, vamos nos fundamentar na teoria e método da totalidade concreta, sob o conceito de forma (teoria e método), e o conteúdo (práxis) correspondente, isto é, suas abordagens, no movimento da pesquisa. “A forma não se separa do conteúdo. O conteúdo, todavia, pode se manter ‘informe’. A forma pensada, portanto, é certamente forma e conteúdo no pensamento.” (Lefebvre, 1991, p. 136).

Nossa intenção nesta análise é deslocar o pensamento geográfico para o interior das práticas que plasmam o *corpus* normativo da geografia agrária que lhe dá sustentação. É este *corpus* que produz uma estrutura científica que, por sua vez, possibilita a geografia agrária se enunciar no mundo da ciência.

Nesse processo, fruto de um duplo movimento interno que vai da teoria e do método ao conteúdo pesquisado e, reciprocamente, do conteúdo pesquisado à teoria e ao método, em um contínuo processo de reconversão, encontra-se a totalidade concreta do movimento da pesquisa. Trata-se, portanto, da ciência da Geografia Agrária em seu devir histórico. Como afirma Lefebvre (1991, p. 12), “o pensamento se desloca incessantemente do pólo lógico, racional, aquele da forma pura, para o pólo real, a ‘natureza’, o prático-sensível, a práxis, ou, numa palavra, o conteúdo”.

A Geografia Agrária estrutura-se a partir do movimento da pesquisa. Conforme afirma Lefebvre (1991, p. 180), “consideramos agora o trabalho do pensamento quando trabalha em pleno material, nas ciências”. Nessa perspectiva, o pensamento penetra nos dois termos, coloca-os em confronto e, por conseguinte, decompõe-os na análise. Assim, forma e conteúdo se implicam mutuamente, constituindo uma unidade contraditória e inseparável.

Portanto, nossa contribuição para o estudo de tema tão pertinente à atual realidade nos estudos sobre o pensamento da Geografia brasileira, concentra-se em torno da problemática já evidenciada na proposta da presente pesquisa: quais as correntes teórico-metodológicas presentes nos textos dos programas de Geografia Agrária referentes aos movimentos sociais no campo? Quais são os possíveis pontos de contato e de divergência dos pesquisadores na conformação do pensamento da Geografia Agrária brasileira? Qual o estatuto espacial que plasma os estudos da Geografia Agrária?

Dessa forma, do ponto de vista estritamente geográfico, tal tarefa a que nos propomos implica revisitar os textos (teses e dissertações) produzidos nos centros de excelências supracitados.

Assim, as teses e dissertações, serão tratadas como documentos, de acordo com Le Goff (1990):

> O documento não é qualquer coisa do passado que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-la e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 1990, p.102).

Assim sendo, a nossa tarefa a partir do levantamento e do cruzamento dos conceitos, filosofias, métodos, abordagens, materiais, técnicas de análise e teoria, usados na produção científica coletada durante a pesquisa, será analisar nos textos (dissertações e teses) e considerar, suas articulações, continuidades, descontinuidades, suas rupturas, seus fundamentos, as distintas racionalidades que orientam os diferentes momentos históricos na produção cientifica e, a aplicação desses à análise do corpus normativo da geografia agrária.

Dessa forma, o cruzamento de dados (dissertações e teses), nos auxiliará a compreender o movimento da pesquisa que a geografia agrária produziu e produz, no transcurso destes anos. Neste caso, isso nos possibilitará compreender, com mais clareza, os múltiplos processos e as possíveis relações no decorrer do período estudado. Ou seja, nosso olhar sob o devir histórico nos permitirá apreender em processo; como foi; como está sendo; e o que tende a ser o pensamento Geográfico Agrário.

Para tanto, usaremos o método da dialética sintética de Lefebvre (1991, p. 169), que nos permite uma análise que se funda sobre a ação prática, ou seja, uma análise e síntese.

> A análise e a síntese não podem assim ser separadas. Não basta dizer que elas devem se suceder ou se complementar. A análise só tem sentido porque o concreto se apresenta de maneira sintética; o concreto une momentos diferentes e mesmo contraditórios. A análise só tem sentido porque, em seu movimento em sua vida, o real tende a se analisar, a produzir elementos ou aspectos, que são ademais reunidos por uma ligação profunda, até o momento em que a dissolução e a morte triunfam (Lefebvre, 1991. p. 121).

Segundo Lefebvre (1991), analisar uma realidade é atingir seus elementos reais e sua síntese situa-se no momento do todo, no movimento, ou seja, no conjunto das relações. Este *détour* é um movimento da prática objetiva que se funda nas relações complexas, contraditórias dos momentos entre si e a totalidade, em um processo de penetração, quebra do objeto (real/idealmente) e de reunião dos elementos em um processo de análise e síntese simultânea regressivo-progressiva.

Para Lefebvre (1991, p. 238), o método dialético busca captar a ligação, a unidade, os movimentos que engendram contradições, que os opõem, que

fazem com que se choquem, que os quebram ou os superam. Acreditamos que esses elementos nos permitirão desvendar a trama das relações no movimento da pesquisa. “O conceito e crítica vão juntos inseparavelmente” (Lefebvre, 1983, p. 101).

A partir dos resultados observados, pretendemos produzir um conhecimento crítico e reflexivo a respeito da produção de estudos sobre o pensamento geográfico.

Pata tanto organizamos a tese em 6 capítulos à saber:

No capítulo I, apresentamos o contexto histórico e geográfico em que emergiu Geografia Crítica. Nos capítulos II, III e IV, discorremos sobre as dissertações e teses orientadas por Oliveria, a partir de uma análise crítica. No capítulo V apresentamos o contexto histórico em que emergiu os estudos de Fernandes. Nos capítulos V e VI discorremos sobre as dissertações e teses orientadas por Oliveria, a partir de uma análise crítica

Concernente, a isto, desenvolvemos nossas ações a partir das definições dos problemas e dos objetivos da tese, os procedimentos metodológicos e, na sequência nos municiamos do nosso teórico.

Uma vez vencida esta etapa, procuramos levantar os dados e informações nos cursos e programas de pós-graduação Strictu da UNESP-Presidente Prudente e da USP-SP e nas respectivas bibliotecas dos Departamentos, sobre as teses e dissertações sobre nosso tema: História do Pensamento da Geografia Agrária e dos Movimentos Sociais do Campo. Concomitantemente, a isto, pesquisamos livros e artigos, que nos auxiliassem em nossas reflexões.

QUADRO 1: Publicações de artigos em revistas de Geografia Agrária

Ano/Local	**Nome da Revista**	**Formas de apresentação**
2025 Faculdade de Ciências e Tecnologia Departamento de Geografia - Presidente Prudente - SP	Geografia em Atos (Online)	Artigo completo
2025 Faculdade de Ciências e Tecnologia Departamento de Geografia - Presidente Prudente - SP	Formação (Online)	Artigo completo
2025 Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil	Campo-Território: revista de Geografia Agrária	Artigo completo

QUADRO 2: Trabalhos apresentados nos Eventos de Geografia Agrária.

Ano/Local	**Nome do Evento**	**Formas de apresentação dos trabalhos**
2025 Três Lagoas - Mato Grosso do Sul - Brasil	XI SINGA - Simpósio Internacional de Geografia Agrária	Resumo expandido e comunicação oral.
2025 https://forms.gle/D4g2U1BBf3DhYUMS7	Encontro Online de Pesquisadores Marxistas – 6ª Edição (2025)	Resumo e comunicação oral.

A conformação do pensador social

Se debruçar sobre os pensadores hodiernos, que estão com seus empreendimentos, é muito instigante e muito desafiador, pois, os seus trabalhos se encontram em pleno vapor, assim estão em movimento uma gama de temas, teorias, métodos, categorias, questões, objetivos, conceitos, que estão uns elaborados, consolidados e outros a se fazerem no curso de suas investigações.

No percurso da pesquisa dedicamos uma atenção especial na compreensão de seus conceitos monopolização do território e monopólio de territorialização, na renda da terra, na classe social camponesa sob o modo de produção capitalista, e em seu debate sobre o papel do intelectual, sobretudo, do geógrafo como responsável por sua pesquisa, isto é, sua práxis.

Os esforços dos pensadores sociais em traduzirem a luta de classes com um viés intelectual engajado para produzir um conhecimento comprometido, tanto na teoria e método, quanto na prática, com a solidariedade, alteridade e a liberdade, condições *sine qua non*, para se construir e preservar uma sociedade de cunho democrático, mais igualitária, justa e equânime. “Um físico que se dedica a construir a bomba atômica é um cientista. Um físico que contesta a construção desta bomba é um intelectual”. (Sartre, 1994, p. 08)

> No âmbito do Pensamento Social, o estudo da figura, atuação, missão, trajetória, compromissos, campo, ideias, alcances e limitações dos intelectuais ocupa um lugar historicamente importante e se torna, em alguns momentos, central para a compreensão de determinadas configurações da sociedade – uma vez que, não se restringindo a refletir e se expressar publicamente acerca do social, muitas vezes o intelectual se torna parte de movimentos sociais, debates públicos e do Estado, em órgãos de governo, sendo responsável por ações de sentidos variados, nas quais exerce algum protagonismo (Silva, 2015, p. 03).

Nesse sentido, Sartre (1994, p. 14) define que “o intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades, e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção universal do homem e da sociedade”.

A intervenção no espaço público pelos pensadores sociais movimenta os valores historicamente conquistados e a conquistar, ideias, ideais, utopias e conhecimentos; são valores universais. O intelectual deve se comprometer com a “teoria de tudo”, isto é, buscar compreender o movimento do real em sua totalização e não em fragmentos que mais ocultam do que revelam o movimento da sociedade

Os pensadores sociais com sua força de análise crítica devem se lançar no espaço público e pensar também o presente, pensar o mundo atual, para revelar as contradições e pôr em movimento as correntes de opinião, de comunicação, os movimentos sociais, os partidos políticos, a sociedade civil e o judiciário, demonstrando as relações de força que se digladiam no seio da sociedade. “A liberdade teórica tem esse preço: o confronto permanente com os pontos de vista que se trocam no espaço público, por mais ideológicos que sejam” (Mulblmann, 2006, p.130).

Assim, a nossa compreensão é que o pensador social pautado na teoria e no método se lança no espaço público para uma transformação da realidade orientado por sua teoria e método para não ser um franco atirador; “o intelectual é aquele que transforma uma autoridade intelectual em autoridade política em nome de uma autoridade moral” (Wolff, 2006, p. 47).

Do ponto de vista da formação intelectual, sua concepção de crítica revolucionária sob o pensamento crítico e a militância política buscam produzir propostas viáveis para os problemas da sociedade. “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo (Marx, 1982, p. 03)”.

O pensador social tem um encontro marcado com seu conhecimento, em seu compromisso com a sociedade, com sua práxis no decorrer do processo, que lhe impõem desafios com os oprimidos, com os desvalidos, com a desalienação, seja ela individual ou coletiva, de grupos, de movimentos ou de segmentos, que se posiciona, que toma partido. Ele está condenado a sua verdade e deve assumir a responsabilidade com ela; este é seu fardo.

É no espaço público que o intelectual se constitui, atuando no combate direto e cotidiano no tecido social. Nesse contexto, Hobsbawm (1998, p. 150) observa que “os cientistas engajados são aqueles que mais tendem a usar sua experiência externa no trabalho acadêmico”.

É neste e deste lugar que o pensador social se arvora em revolucionário, pois esta é sua sina, seu destino e seu fim, lutar para que as liberdades humanas não pereçam diante do silêncio daqueles que estão confortavelmente bem estabelecidos nas estruturas sociais e de poder subjugando pela força do dinheiro, pela violência das armas e pela sedução do apartheid social e racial.

Observamos que no movimento do seu pensamento emerge um processo de formação de um ser que é ao mesmo tempo produto da história e sujeito transformador desta, *pour la vérité*, fundamentada em sua autocrítica.

CAPÍTULO 1

1.1. O contexto histórico da emergência dos estudos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Do ponto de vista histórico, destacamos a década de 1980, que emerge marcada pela transição dos governos social-democratas para o neoliberalismo, sob a ascensão de Margareth Thatcher ao poder na Inglaterra, com seu governo conservador. A Primeira-Ministra Britânica implantou um projeto de aniquilamento do Estado de bem-estar social (*Welfare State*) dos governos trabalhistas que se filiavam à social-democracia.

> Inspirados nas ideias do economista inglês John Keynes, a social-democracia passou a combater a anarquia econômica liberal, por meio do Estado. Este em lugar de ser arbitro dos conflitos postado acima da sociedade civil (à maneira liberal), passa a intervir na economia, investindo em empresas estatais, subsidiando empresas privadas na indústria, na agricultura, no comércio, exercendo controle sobre os preços, salários e taxas de juros. (Anderson, 1995, p. 10)

O Estado Nacional inspirado na social-democracia instituiu a regulação das atividades do mercado, o controle da economia, o estímulo da produção, a garantia a distribuição de bens, serviços e os direitos sociais. Nesse período, o Estado Nacional centraliza as principais funções que organizavam a sociedade.

De acordo com Anderson (1995), as políticas liberais do Governo de Margareth Thatcher tinham em sua base a contração da emissão de moeda; elevação das taxas de juros; diminuição dos impostos sobre os mais ricos; abolição do controle sobre os fluxos financeiros; combate ao sindicalismo; corte de gastos sociais, desenvolvimento de um amplo cronograma de privatizações, e “se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida à indústria básica, como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (Anderson, 1995, p.12)

O neoliberalismo fragilizou e desmantelou as conquistas dos governos anteriores de cunho trabalhista. Houve então uma diminuição da presença do Estado na economia e uma diminuição nos serviços sociais e no atendimento social, e iniciou-se um programa de privatização dos serviços e bens públicos, que foi até o fim de seu governo.

Nesse mesmo período, por volta de 1981, assumiu o governo dos Estados Unidos o presidente Ronald Reagan, que seguiu a mesma cartilha neoliberal, com cortes de gastos públicos e diminuição de investimentos sociais. Este, por sua vez, tentou recuperar o embate contra o comunismo, e, por conseguinte, valendo-se do conflito com a URSS, para instaurar a Guerra Fria, para legitimar sua política intervencionista.

> A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. (Anderson, 1995, p. 21)

O conservadorismo do governo de Ronald Reagan levou o país a uma recessão com milhares de desempregados, e o seu período de governo chegou ao fim com a eleição de George Bush em 1988. Anderson (1995) afirma que “o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria” (Anderson, 1995, p. 23).

Outro momento dramático que marca definitivamente a década de 1980 é a extinção União Soviética. Com a chegada do líder Mikhail Gorbachev ao poder em 1985, iniciou-se uma mudança de rumos na União da Repúblicas Socialistas

Soviéticas (URSS). Mikhail Gorbachev defendia uma ampla e profunda reforma política e econômica no país e pretendia fazer uma aliança da economia de mercado, e assim implantou a Glasnost, que significava a transparência, e a Perestroika, que significava a reconstrução. Havia neste período uma ansiedade dos povos soviéticos por uma ampliação e diversidade dos partidos e a busca de liberdade de opinião.

No bojo das reformas propostas, Gorbachev assinou o tratado em 1987 com os EUA para a destruição dos mísseis atômicos, anunciando o fim da corrida armamentista. Essas transformações impactaram o mundo dos países socialistas sob a influência da URSS. Esse movimento do governo soviético aliado a insatisfação popular, permitiu o ressurgimento do nacionalismo nas repúblicas socialistas, motivou os movimentos pro-democracias, culminando com a eleição, na Polônia, de Lech Walesa em 1989. Na Hungria, o partido comunista mudou o seu nome para partido socialista, e removeu a cerca eletrificada, deixando livre o acesso para quem quisesse ir e vir da vizinha Áustria.

Nesse processo, a queda do muro de Berlin, que durou vinte e sete anos e separou as duas Alemanhas, tornou-se o símbolo do fim dessa década.

Neste período, o Estado sofre um processo de revisão de suas funções, sob uma racionalidade administrativa. Onde o Estado se instrumentaliza, por meio, de suas ações que, ao mesmo tempo em que empele para a periferia do sistema capitalista uma gama de segmentos da sociedade mundial, por meio da implantação de mecanismos como renda, gênero, etnia, sexo, cor e outros, por outro, promove a exclusão social, política, econômica, cultural e marginalizando uma grande parte da população, estabelecendo uma concentração de renda jamais vista até então nas mãos de poucos setores da sociedade.

No Brasil, a década de 1980 entra em uma turbulência política, na conformação de um país democrático. Esta década é herdeira da ditadura militar que impactou a vida da sociedade brasileira. O ideal autoritário reinou durante mais de vinte anos, um período em que economia passou por um processo de desnacionalização, com aumento da inflação, com a perda do poder de consumo, com a perda dos ganhos salariais, com o crescimento do endividamento externo, que, por sua vez, subordinou o país ao capitalismo

internacional e permitiu a entrada das multinacionais que sufocou o parque industrial brasileiro.

Esse período em que mergulhou a sociedade brasileira, fruto do golpe militar de 1964, se apoiou no mote da “segurança nacional”. O que provocou uma tragédia no país, pois não só permitiu, mas justificou o asfixiamento dos movimentos sociais, dos movimentos operários, da sociedade civil organizada, dos movimentos estudantis, movimentos camponeses e de qualquer tipo de movimento popular ou manifestações políticas e de outra natureza.

O governo militar, amparado pela doutrina da segurança nacional, dissolveu instituições governamentais e instaurou uma sociedade marcada pelo medo, pela insegurança, pela tortura, pela repressão e pela perseguição. Desde jovens estudantes adolescentes até professores universitários, camponeses, operários, intelectuais e artistas, todos eram alvo de perseguição. Em suma, reprimiam, matavam, exilavam e assassinavam aqueles e aquelas que ousavam questionar o regime ditatorial vigente.

O governo do regime militar concentrou sua força nos chamados atos institucionais, e, para dar um ar de regime participativo, popular e democrático criou dois partidos a ARENA e o MDB, que mascaravam as atrocidades de um regime autoritário por excelência. Este regime provocou distorções na sociedade brasileira, criando tensões e conflitos, culminando com as Diretas Já, que exigia a legalidade dos partidos políticos, o voto direto, a volta dos exilados e a abertura democrática do país.

O período da abertura democrática inicia-se em 1974, com o bipartidarismo entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). “Para tentar quebrar a foça da oposição, o governo obteve do Congresso, em dezembro de 1979, aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra ‘partido’”. (Fausto, 1995, p. 507). O Partido Comunista do Brasil é um partido emblemático devido sua trajetória na história política do Brasil:

> Partido Comunista do Brasil (PCB): fundado em 1922. Partido de base comunista ligado a III Internacional Comunista. Seu principal líder foi o gaúcho Luís Carlos Prestes. O PCB foi responsável pela fracassada tentativa de Golpe de Estado com

> a Intentona Comunista de 1935 que ocasionou na prisão de seus principais líderes (Faber, 2010, p.10).

Após o golpe de 1964, diversos membros do partido aderiram à guerrilha. Apenas no início da década de 1980 o partido voltou à legalidade, contudo já dividido entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), (Faber, 2010, p. 10).

Esse momento proporcionou o surgimento de vários partidos, dentre os quais o Partido Democrático Trabalhista, PDT, criado em 1981; o Partido Comunista do Brasil, PC do B, que foi criado em 1922 e ficou na clandestinidade até 1985, quando voltou a funcionar legalmente; o Democratas, DEM, criado em 1984; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, criado em 1980; o Partido do Trabalhadores, o PT, criado em 1980; o Partido Verde, o PV, criado em 1986. No roldão desse processo, emergiram as centrais sindicais tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1981, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), criada em 1986, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra o (MST).

Neste processo, o MST foi se organizando em nível nacional. Logo em 1982 houve o encontro no município de Medianeira (PR), em janeiro de 1983, fizeram um encontro em Chapeco (SC), onde foi criada uma Coordenação Provisória. “Em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba-PR, o MST realizou o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Concretiza-se assim uma parte desse processo histórico da formação do Movimento” (Fernandes, 1994, p.65).

A pressão vinda das ruas e dos movimentos deu força aos partidos políticos e às lideranças dos movimentos sociais que, juntos com a sociedade civil, influenciaram em 1982 as eleições estaduais e municipais, o que culminou com as diretas já em 1984. Nesse momento, a sociedade assume novamente o seu protagonismo e influencia o processo decisório, resultando na eleição de Tancredo Neves, o primeiro governo civil brasileiro eleito por voto indireto, em 1985.

Com Tancredo Neves morrendo de forma prematura, assume o governo o vice-presidente José Sarney, “A 15 de Janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma vitória nítida no Colégio Eleitoral, batendo Maluf por 480 votos a

180, por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder" (Fausto, 1995, p.512). A nova república emergia de uma inflação crônica, fora de controle, e uma crise aguda econômica.

Para tentar controlar a inflação e retomar o crescimento, o então presidente José Sarney lança mão de um conjunto de ações denominado Plano Cruzado I (1986), que, em fevereiro do mesmo ano, propunha uma reforma monetária, o congelamento de preços da gasolina, da energia elétrica, dos telefones, dos transportes coletivos e dos salários, lembrando que os salários eram reajustados por dispositivos, ou seja, estes reajustes por dispositivos ficaram conhecidos como gatilhos salariais de rendimentos.

Nesse período a inflação despenca no campo econômico; na esteira desta confusão monetária tentou-se um arremedo para o momento e criou-se o Plano Cruzado II, que propunha o reajuste dos preços dos produtos e serviços, o reajuste de aluguéis, de alimentos, das tarifas e serviços públicos, aumento da carga fiscal, e reindexação da economia. O plano acabou em 1987.

Não foi possível estancar os problemas de inflação, desemprego e de insatisfação popular. Com a sociedade inquieta, o governo aplicou, em junho de 1987, outro plano, que ficou conhecido como Plano Bresser, e que manteve o congelamento de preços, aluguéis e salários, e criou a URV, (Unidade de referência de preços), que servia para os reajustes salariais. Era um governo que vivia sob denúncias de corrupção.

E como última tentativa do governo para recolocar o país na rota de crescimento econômico e estabilidade monetária, criou o Plano Verão em (1989), que produziu o cruzado novo e cortou mais de três zeros na moeda, manteve o congelamento e atrelou–o ao dólar. Esses planos de estabilização deixavam a sociedade em polvorosa, pois eram colocados em prática e interrompidos sem explicações prévias, às vezes na calada da noite.

Por isso, a economia da década de 1980 ficou conhecida como a década perdida, com uma inflação que chegou a mais de 100% ao ano, alcançando o teto de 211%, o que gerou recessão, queda de investimentos, baixas taxas de crescimento do PIB, estagnação da renda per capita, elevado déficit público, aumento da dívida externa, e redução da poupança. Os bancos internacionais

aproveitaram para suspender o rolamento da dívida brasileira, o que significou que os empréstimos para o Brasil deixaram de existir.

Esse processo abriu caminho para a entrada do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil. Para cumprir as metas impostas pelo órgão, o país implementou pacotes de ajuste que apertaram a sociedade brasileira por meio de reajustes, políticas recessivas e restrições administrativas. Foram adotadas políticas monetárias, fiscais, cambiais e tarifas elevadas, todas voltadas à busca do superávit. Conforme destaca Fausto (1995, p. 503): “Esse esforço consistia, sobretudo, em melhorar as contas externas do país, garantindo o serviço da dívida. Internamente, previa cortes de despesas e uma maior compressão salarial. No Brasil, havia forte resistência às medidas restritivas e ao pagamento dos juros da dívida.”

Isso impactou a renda per capita da população e proporcionou o aumento do desemprego em massa no Brasil, as empresas viviam uma onda de concordatas e falências. “Desenhou-se naqueles anos um quadro que se tornaria familiar aos brasileiros, chamado de estagflação por combinar estagnação econômica e inflação” (Fausto, 1995, p.503)

Nesse processo debateu-se a Assembleia Constituinte, que foi aprovada em 1988. A Constituinte, proporcionou uma ampliação dos direitos dos cidadãos, deu direito a voto direto para presidente da república, estabeleceu idade mínima de dezesseis anos para votação e possibilitou que analfabetos também votassem exercendo seu direito de cidadãos, promoveu a liberdade dos partidos e sindicatos para recorrerem ao Supremo Tribunal Federal (STF) com mandados de segurança para resguardarem sua autonomia de se manifestarem contra o governo e se protegerem de suas arbitrariedades.

Concomitante a isto, o movimento operário ganhava importância no ABC paulista sob a liderança de Luiz Inácio da Silva (o Lula), um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores aliado à Central Única dos Trabalhadores.

> Os metalúrgicos estiveram à frente dos movimentos, que abrangeram também outros setores. Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. Houve 27 paralisações de metalúrgicos, que abrangeram 958 mil operários; ao mesmo tempo, ocorreram vinte greves de professores que reuniram 766 mil assalariados (Fausto, 1995, p.503).

No campo, surgiram lideranças sob a influência da Igreja Católica, por meio da CPT, Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975. “O grande aumento de trabalhadores rurais sindicalizados depois de 1973, de pouco mais de 2,9 milhões em 1973 para mais de 5,1 milhões em 1979, foi estimulado pela administração dos programas de previdência social por meio dos sindicatos” (Fausto, 1995, p.498). Conforme Martins (1986), os sem-terra tiveram apoio da Igreja Católica e da Igreja evangélica de confissão luterana do Brasil, ambas trabalhando em conjunto com a Pastoral da Terra.

A privatização de empresas estatais, a quebra dos monopólios nacionais, foram marcas da implantação do neoliberalismo no país. Um processo que foi imposto com toda sua perversidade, produzindo a miséria, a pauperização, a concentração de renda, exacerbou a violência urbana e os conflitos e crimes no campo brasileiro aumentaram expansivamente.

Nesse período conturbado da sociedade brasileira a população volta a se organizar em assembleias na busca da redemocratização. Os partidos políticos, os sindicatos de orientações de classe e os movimentos sociais lutavam contra a pobreza, a repressão e a favor da liberdade de expressão. Uma luta que permitiu a politização da vida social brasileira, e, por conseguinte, produziu uma forte mobilização da população em torno de reivindicações de cunho político, social, econômico e cultural na luta contra o regime autoritário.

1.2 Contextualização geográfica

O movimento da Geografia Neopositivista, por volta de 1970, perde força nos estudos de Geografia Ocidental.

> Geografia Teorética e Quantitativa” ou “Geografia Neopositivista” ou ainda “Nova Geografia” são formas alternativas de nomear uma das escolas inseridas no amplo espectro do pensamento geográfico. Provocando profundas modificações no seio dessa ciência, obrigou os geógrafos a repensarem os conceitos básicos e os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia (Godoy Camargo e Reis Júnior, 299, p.356).

Camargo e Reis Júnior (1999) destacam três aspectos básicos que abrangem as principais características e as transformações da Geografia Neopositivista:

- Uma primeira mudança foi a do ponto de vista filosófico, pois, superando o positivismo tradicional, a Geografia acabou adotando os pilares filosóficos do neopositivismo, difundido pelos adeptos do Círculo de Viena.

- A segunda foi do ponto de vista conceitual, procurando a racionalização e a sistematização da categoria “espaço” e das classificações regionais.

- Já a terceira foi de caráter puramente metodológico, pois os geógrafos neopositivista passaram a empregar o “Método Científico”, intrínsecos às ciências naturais. Com a utilização e a combinação desses três vieses modernizantes, estabeleceram-se novas perspectivas para a Geografia no que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos e à procura de maior rigor científico (Camargo e Reis Júnior, 299, p.357).

O autor reconhece as críticas sofridas pela geografia neopositivista: “Este detalhe deu margem a uma outra crítica corrente; os geógrafos quantitativos passaram a ser acusados de serem geógrafos “tecnicistas” e “alienados”, praticando uma “ciência neutra” e ficando alheios aos problemas sociais e ambientais de seu país e de sua época” (Camargo e Reis Júnior, 299, p.361)”.

Segundo o autor, “atualmente, essas críticas já foram superadas e a quantificação é entendida não mais como um fim em si mesmo, mas como um mero instrumental técnico.” (Godoy Camargo e Reis Júnior, 299, p.362)

Na perspectiva da história do pensamento agro-rural, Ferreira (1998) fez um levantamento extenso da produção geográfica registrada em diferentes publicações, periódicos, anais de reuniões científicas a partir dos anos 1930 até os anos 1990, dos quais abstraiu as tendências da disciplina em cada período e apontou as transformações teóricas e metodológicas da Geografia Agrária.

A mesma, ao analisar o período de 1980, destaca que a década teve como temática central o desenvolvimento tecnológico, os conflitos sociais, a degradação ambiental, as relações de trabalho no campo, as relações entre pequena e grande produção, as relações entre agricultura e indústria, sob a modernização da agricultura em curso.

De acordo com a autora, a partir do posicionamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira em um encontro patrocinado pela AGB em 1982, houve

uma interpretação baseada em análises sociológicas, que também ganhou uma conotação política. Nessa análise proposta por Oliveira (1982), segundo a autora, a ênfase que era dada na centralização, na localização e distribuição da terra, fundamentada em fato histórico, como resultante da colonização, perde relevo em relação ao desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo e a luta de classes.

Para a década de 80, a análise da realidade social prevaleceu nos estudos sobre a ação da modernização no espaço brasileiro considerando: o atrelamento da pequena produção a indústria transformadora de matérias-primas em seus mais diferentes tipos; a dinamização das relações cidade-campo, concretizada pela urbanização da agricultura; as mudanças na forma de produzir, reveladas pela adoção de novo patamar tecnológico; a incorporação de novas terras com a ocupação da fronteira agrícola; e o acirramento da concentração de terra, da renda, resultado da expropriação dos trabalhadores familiares. A questão espacial ganha ênfase quando em geral foram realizados estudos de caso que procuram definir o impacto local regional da modernização e suas diferenciações. (Ferreira, 1998, p. 268)

Segundo Ferreira (1998), a partir da década de 1990, devido à integração do mundo capitalista, que por sua vez, torna mais complexa a agricultura brasileira, os estudos agrários se caracterizaram pela reflexão sobre essas mudanças, iniciadas nos anos de 1970. E seus interesses ganharam muita relevância em estudos variados tais como: a unidade de produção familiar, a luta pela terra como uma luta socioambiental, a relação do complexo agroindustrial, a fronteira agrícola entre outros.

Vale lembrar ainda que a discussão em torno do trabalho familiar alcançou os meios de comunicação e ganhou a opinião pública a partir da discussão de reforma agrária que se desenvolveu na década de 80. Os assentamentos rurais com base no trabalho da família e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra levaram a sociedade e a Igreja a valorizar o grupo familiar e a discutir a problemática social da concentração de terra. Em termos de forma de análise, a incorporação de conceitos e teorias sociológicas e econômicas marcaram presença nos estudos da década de 90. A questão espacial foi suplantada pela social e a referência a grupos, sujeitos, classes sociais, entidades, lutas, tornou-se evidente. (Ferreira, 1998, p. 269).

A autora, ao final de seu estudo, considera que o objeto da geografia durante o período estudado mostrou-se dinâmico, sob as transformações paradigmáticas e socioeconômicas que marcaram a produção do geógrafo agrário. Em sua investigação, conclui que, se no início ser geógrafo era estudar a agricultura com as mudanças ocorridos no interior da Geografia, atualmente passou-se a pesquisar múltiplos ramos na disciplina o que possibilitou a especialização e a aproximação com outras ciências. As diferentes modalidades de teorias e métodos, segundo Ferreira (1998), não são excludentes, mas sintetizam a interpretação do agro pela Geografia.

Cruz (2018) afirma que a renovação do pensamento geográfico promovida pela Geografia Crítica, considerada a mais importante na história da disciplina, não resultou do trabalho isolado de um único geógrafo brasileiro, mas sim de um esforço coletivo. Segundo a autora, tratou-se de uma “catarse coletiva” que possibilitou a emergência de um pluralismo metodológico.

A preocupação da autora está em analisar o movimento de renovação geográfico, considerando sua relação com a economia política de orientação marxista. “Foi, entretanto, por meio, do interesse pelo marxismo e pelos problemas sociais, que a Geografia se aproximou da economia política e arregimentou inúmeros geógrafos pelo mundo e pelo Brasil” (Cruz, 2018, p. 93).

Cruz (2018) aponta em seu texto a presença de autores-pesquisadores estrangeiros e brasileiros que influenciaram e deixaram seu legado, dos quais destacamos alguns autores-pesquisadores brasileiros: na Geografia Agrária, Ariovaldo Umbelino de Oliveira; na Geografia Urbana, Ana Fani Alessandrini Carlos; na Geografia das Indústrias, Sandra Lencioni: “para além de uma contribuição à economia política da cidade e da urbanização, a obra de Milton Santos, estende-se, também, na direção de uma economia política do espaço e do território” (Cruz, 2018, p. 496).

A Geografia nacional, nessa época, sofre o rebatimento dos conflitos geográficos e encontrava-se em transição, libertando-se de um modelo tradicional, sob o manto da neutralidade do pesquisador, que era ancorado nos estudos estrangeiros fundamentados no positivismo: “A geografia crítica empreendeu um esforço no sentido de superar o espírito positivo dominante, que se contentava em constatar os fatos” (Marques, 2018, p. 50). Para um paradigma

da Geografia Crítica, que buscava compreender a sociedade brasileira, sob a problematização da liberdade humana.

> A geografia nacional, através dos geógrafos agrários, teve uma dinâmica própria em relação ao movimento da sociedade e dos estudiosos da agricultura brasileira. Nesse contexto, tivemos períodos de vinculações com os demais cientistas sociais, preocupados em estudar e interpretar a agricultura brasileira. Em outros momentos, tivemos também desvinculações das questões nacionais, apoiando-nos em teorias, métodos e técnicas dos geógrafos agrários europeus. Tudo isso, no firme propósito de construir um conhecimento científico neutro da realidade agrária – local, regional e nacional. (Bray, 2008, p.01).

Esse processo que se iniciou na Geografia nacional foi de cunho positivista-funcionalista-culturalista e, dentre as ideias que incorporou, está a neutralidade da ciência.

> Essa questão da “neutralidade” é tão importante que, com as influências das concepções neopositivistas, com um discurso mais objetivo e mais rigoroso no tratamento dos dados, encontrou-se na “neutralidade” do geógrafo agrário nacional, um campo propício para se fazer ciência pela ciência, mais desvinculada da realidade agrária nacional do que a própria geografia tradicional, de base positivista-culturalista (Bray, 2008, p.10).

Da desvinculação com as questões políticas nacionais, construiu-se o positivismo como método, o liberalismo político como doutrina e a abordagem sistêmica organicista como prática, predominando a teoria do equilíbrio entre a sociedade e natureza e dos homens entre si, através da geografia da solidariedade.

> A tradição da geografia tradicional em transformar a geografia numa ciência neutra faz parte da tradição positivista que absorveu o Estado Burguês e a nova ordem social como fundamentos não questionáveis. Na essência do pensamento positivista e liberal político burguês, as ciências existem para justificar o novo Estado e para exercerem o papel de prestadores de serviço à nova ordem social estabelecida pela burguesia no poder (Bray, 2008, p.06).

Segundo Bray (2008), a geografia estudava concretamente os fenômenos agrários do país, mas estava pouco vinculada aos movimentos agrários da sociedade e dos demais pesquisadores não geógrafos. Ocorria, por outro lado, um período em que se estudava a agricultura brasileira utilizando-se dos paradigmas estabelecidos pelos geógrafos agrários europeus.

De ordem geral, esse modelo de geografia estava em declínio, “O progresso do início dos anos sessenta perdia seu impacto e as numerosas promessas contidas no discurso da Nova Geografia começavam a mostrar seus limites” (Gomes, 2003, p.274). De acordo com Gomes (2003), no Brasil, “após os primeiros anos da década de 60, os modos de produção capitalista ainda eram desconhecidos pela grande maioria dos geógrafos agrários nacionais” (Gomes, 2003, p.274). “Por outro lado, encontramos uma maior abertura nos estudos de geografia agrária brasileira em Manuel Correia de Andrade, que rompia com a neutralidade, discutia os movimentos agrários no Nordeste (através das Ligas Camponesas)” (Bray, 2008, p.11).

Esses debates abriram caminho para o surgimento da Geografia Crítica. Desenvolveu-se uma crítica à tecnocracia e à submissão da geografia quantitativista a ela, que se limitava à representação numérica dos fenômenos, frequentemente permanecendo na superficialidade dos fatos (Marques, 2018, p. 504).

> São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando os seus saberes como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem (Moraes, 2003, p.119).

Moraes (2003) assevera que a década de 80 será marcada pela descolonização da geografia agrária nacional e uma vinculação ampla com os demais estudiosos da agricultura. Desenvolve-se um discurso mais voltado para as questões da agricultura nacional, alicerçadas na ótica marxista, através das transformações dos modos de produção no país.

> Enfim, os geógrafos críticos apontaram a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista. Desvendaram as máscaras sociais aí contidas, pondo à luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista. As razões da crise foram buscadas fora da Geografia (Moraes, 2003, p.119).

Isso, sobretudo, a partir da década de 1980, quando a geografia passa por uma transformação, por um período de (re)significação da disciplina, um momento de (re)surgimento e amadurecimento dos debates que se iniciaram nos anos de 1970, sobre quais seriam os rumos da Geografia no contexto brasileiro. Neste período, os debates que versavam sobre os rumos da Geografia se intensificaram mediante o contexto social, político, econômico.

Thomaz Júnior (2009) também se debruça sobre o tema. O autor centra seu trabalho no campo das escolhas políticas e ideológicas dos geógrafos durante as disputas que envolviam os “novos rumos da geografia brasileira”, sob as escolhas das correntes de pensamento no interior da Geografia Agrária. Essas disputas, segundo o autor, desdobraram-se em mudanças ao longo do tempo, a saber:

> Dessa forma, os enfrentamentos que expressam as manifestações populares, e ainda o processo perverso de expropriação/expulsão dos camponeses seguido também do crescente empobrecimento desse seguimento, para os que permanecem na terra, assim como os que foram ocupar a terra em outras regiões mais distantes, e aqueles que engrossam as cifras urbanas, em busca de emprego, é o pano de fundo dos estudos que catalisaram as correntes da geografia no Brasil (Thomaz Júnior, 2009, p. 04).

A partir de 1980, de acordo com Thomaz Júnior (2009, p. 04), a geografia brasileira passa por uma renovação ancorada na Geografia Crítica ou Geografia Nova. Essa renovação impactou as discussões da intelectualidade brasileira da época e deixou marcas ideológicas até os dias atuais.

O autor afirma que neste período houve a necessidade de descolonizar o pensamento por parte dos geógrafos agrários brasileiros, o que serviu para que os estudiosos voltassem seus olhos para as questões nacionais e privilegiasse os autores e temas pertinentes aos brasileiros. Este momento redefiniu a Geografia brasileira e possibilitou o surgimento de uma nova geração de

geógrafos e uma maior aproximação das pesquisas junto aos movimentos sociais.

> O principal laboratório das discussões sobre geografia se deu, mais exatamente, nesse momento que os resultados apresentados pelas novas gerações que se formaram no ambiente do racha e da virada da Geografia, é que os movimentos sociais começam a fazer parte dos estudos e a ocupar protagonismo dos geógrafos, com os estímulos de pesquisadores consagrados da época (Thomaz Júnior, 2009, p. 09).

Os estudos feitos por Oliveira (1978) a partir de sua tese de doutoramento e suas orientações de mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo imprimem e inauguram o materialismo histórico como fundamento da Geografia Agraria, daí a pertinência de se debruçar sobre esse período, dada a relevância e as implicações teóricas, metodológicas e políticas de sua escolha epistemológica.

1. 3 - A propósito da produção do conhecimento em Geografia

O materialismo histórico é um movimento de pensamento de abordagem da realidade histórica e social, contra a economia clássica de base positivista e idealista. A crítica ao modo de produção capitalista vai em direção à circulação de mercadorias, distribuição e consumo, formando uma totalidade orgânica, em processo; uma concretude histórica situada nos níveis das relações de produção de uma determinada sociedade.

Assim, do ponto de vista do modo de produção, sobretudo o capitalista, em que a organização social que engendra as atividades econômicas é mais complexa e tem uma dinâmica mais voraz que as anteriores, de acordo com Netto (2004. p. 32), “as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas”. Isto é, suas leis de produção e forças produtivas, das relações de produção, das instituições sociais e das formações ideológicas, sob as mediações de produção, distribuição, circulação e consumo. Isto, visto em seu conjunto, conforme Netto, (2004, p. 11), “são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade”.

A totalidade orgânica produz e reproduz momentos especiais de cada fase que compõe o modo de produção, assim destes momentos em sua reciprocidade levando em conta suas contradições a totalidade vai se realizando e conformando as formações sociais. Netto, (2004, p. 32), "uma estrutura teórica unitariamente articulada sobre a perspectiva da categoria fundamental da realidade social, a totalidade".

O método e a investigação não se separam produz no plano ideal, a totalidade do movimento sistemático do próprio real. Assim o objetivo do método é o desvelamento do movimento do real na busca da concretude histórica. Contudo, a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Netto, (2004, p. 17). Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação.

Do ponto de vista do método marxista, busca-se compreender como as partes se articulam produzindo um todo intimamente relacionado. Marx, (1973. p. 85) “Os elementos que não são gerais nem comuns têm que ser separados, a gama de características comuns a toda produção como tal, de modo que em sua unidade, que já surge da identidade do sujeito, a humanidade, e, do objeto, a natureza, sua diferença essencial não seja esquecida

Nesse sentido, a produção é uma atividade social, que pode assumir muitas formas ou modos, dependendo das formas vigentes de organização social e das correspondências técnicas de produção, assim, não é possível compreender inteiramente uma parte do sistema capitalista se essa parte não estiver inserida no contexto apropriado de todo o sistema.

É a partir deste movimento intelectual que, tanto Oliveira (1978), quanto Fernandes (1994-1999) se ancoram no marxismo e produzem suas análises teóricas e metodológicas a partir da produção das condições materiais da vida social sob o materialismo e no limite propõem um método de pesquisa/investigação para a Geografia Agrária.

1.4 - Os instrumentos de trabalho da produção do conhecimento de Oliveira

“A Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen”, é a pesquisa de Oliveria (1978), que busca compreender os limites, da teoria de Von Thünen, “este trabalho constitui-se em uma contribuição aos estudos das atividades agrarias, através de uma análise crítica da obra de Von Thünen, que vem sendo, há anos, o suporte teórico de inúmeros trabalhos interessando à organização do espaço agrário” (Oliveira, 1978, p. 17).

Para o desenvolvimento da pesquisa Oliveira (1978) apresenta-nos quatro considerações que norteia seu trabalho.

- Primeira: é de não ficarmos com a impressão de que estes geógrafos não tenham (porque não querem) consciência do papel que desempenham na sociedade em que vivem, esta consideração que ressaltamos é extremamente importante para a compreensão, não só da contextualização histórica da produção de Von Thünen, mas também para fornecer esclarecimentos sobre a utilização atual da sua ‘teoria’, principalmente nos estudos interessando a Geografia Agrária (Oliveria, 1978, p. 20).

- Segunda: é que, o todo social no materialismo histórico é uma totalidade contraditória, que é fruto de uma unidade diversidade. E que se compõe de uma infraestrutura (condições econômicas de produção-produção imediata/distribuição/circulação e consumo) e de uma superestrutura (formas jurídicas - políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas) em resumo: as formas ideológicas que são articuladas em um modo de produção determinado, que por sua vez se realiza numa formação social dada. Estamos afirmando, também que toda formação social pode realizar mais de um modo de produção, porém um sempre é dominante (Oliveira, 1978, p. 20).

- Terceira: é que não basta pensarmos o processo de reprodução das condições de produção apenas quanto à sua reprodução das forças produtivas, pois, é fundamental reproduzir também, as relações existentes. Para tal, devemos dizer que é o econômico o determinante em toda sociedade que, é o momento da

produção imediata o momento privilegiado neste econômico determinante. A reprodução das relações de produção capitalistas pensada neste contexto torna-se de extrema valia para compreensão da produção da obra de Von Thünen em particular (Oliveira, 1978, p.22- 23).

- Quarta: é que concebemos o processo histórico como um processo de conhecimento em plena transformação, o que requer do sujeito do conhecimento um posicionamento e uma compreensão dialética do mesmo. Pois, que, o investigador é parte integrante deste processo e como tal, deve compreender criticamente a realidade objeto de estudo na sua totalidade, em processo e transformação social (Oliveira, 1978, p. 23).

Nesse sentido, o autor apresenta seus objetivos correspondente ao método:

> É, portanto a todas estas questões, que pretendemos situar como um dos principais objetivos de nosso trabalho, chegar à uma contribuição à análise crítica da obra de Von Thünen, procurando compreender e situar a matriz teórica utilizada em sua obra, seu método de trabalho e suas implicações cientificas, suas proposições e consequências das mesmas, quer no tempo, quer no espaço, e a contextualização histórica, ou seja, o momento histórico no que se criaram as condições materiais para o desenvolvimento da sua obra. Outro objetivo, perseguido em nossa pesquisa, é o estudo referente à atualidade com que o trabalho de Von Thünen vem sendo utilizado, quer no âmbito da Geografia, quer no âmbito particular da Geografia Agraria do Brasil e suas implicações (Oliveira, 1978, p. 26).

Para tanto Oliveira (1978) apresenta sua teoria e seu método, “devemos concebê-la como o corpo de conceitos mais ou menos sistematizados de uma ciência” e sua metodologia como sendo a forma pela qual se utilizam estes conceitos na pesquisa.

Em busca do instrumental marxista que lhe permitisse compreender seu objeto de estudo Oliveira afirma que:

> Assim pensamos o materialismo histórico como a teoria que, a partir de um dado instrumental de trabalho (teórico) trabalha uma matéria prima dada, o objeto do trabalho, com a finalidade de buscar os objetos produtos do trabalho, que são objeto do conhecimento; o que nos permitirá incorporar este objeto do conhecimento em instrumento de trabalho (teórico) no momento de uma nova investigação de uma matéria prima dada. Tal raciocínio leva-nos a ter que admitir que conhecer é trabalhar uma matéria prima, ou seja, 'o concreto' é concreto por ser uma síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade" (Oliveira, 1978, p. 44).

Para uma melhor compreensão do pensamento de Oliveira, apresentamos os conceitos de renda da terra e território.

A categoria da renda da terra; o esforço de Oliveira (1978) em interpretar o conceito de renda da terra, da economia política, a partir da Geografia Agrária, permitiu a inserção desta na linha de pensamento conhecida como Geografia Crítica. Este processo passa pela demonstração da relação entre propriedade privada e tecnologia, indústria e agricultura. Isso possibilitou a compreensão complexidade, ou seja, como a esfera econômica é analisada na produção camponesa.

> Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa (Oliveira, 2007, p. 12).

O sistema capitalista se organiza, se reorganiza e se movimenta por meio das desigualdades socioeconômicas que, por seu tuno, sedimentam a dinâmica de expansão e acumulação incessante desse sistema. Esse é um processo contraditório e articulado do modo de produzir capitalista que reposiciona, por seu turno, tanto a classe social do latifundiário, quanto a classe social camponesa, no campo brasileiro.

> O capital estrategicamente articula estas questões no campo, recria-se e define como se dão no espaço geográfico as relações sociais. Entende-se, portanto, que através da produção/reprodução do capital, da geração da mais-valia e da reprodução do trabalho humano ocorre a transformação do território. No campo brasileiro esse movimento capitalista possibilitou a industrialização da agricultura permitindo a apropriação da renda da terra (Oliveira, 2004, p. 15).

Isto significa que este movimento não é espontâneo e independente, mas orquestrado pela estrutura econômica do sistema vigente, que reduz tudo e todos em objeto, em mercadorias a serem trocadas no mercado. Assim, tanto o latifundiário quanto o camponês se encontram envolvidos nas teias das relações sociais de produção, distribuindo ambos em lados opostos, ou seja, um em disputa de classe com outro. Essa disputa está envolta em um conjunto de contradições, cujo destino último é a sujeição da renda da terra em favor do latifundiário.

Desta forma, para que Oliveira pudesse incorporar a Geografia Agrária à renda da terra, teve que pensar a relação entre a produção real, isto é, a determinação dos preços, e a produção total, isto é, o trabalho gerado e toda sorte de restrições e contradições daí advindas.

Assim, a renda da terra se torna um instrumento relevante para as pesquisas de Oliveira, pois possibilitou seu entendimento dos fundamentos da estrutura agrária brasileira, e, por conseguinte, os movimentos, de organização e de reorganização do território agrária, seja na escala local ou global.

Oliveira toma o conceito de território como central em suas investigações, tornando-o referência para o campo dos estudos agrários: Oliveira, (2003, p.13), “meus trabalhos refletem esta corrente que tem no estudo do território o tema central da investigação em Geografia”.

Oliveira (1978) toma, assim como em Marx (1973), o capital como um instrumento de produção, desta forma, este entra no processo subsumido na relação geral, se metaforseando em renda, que se desdobra em poder político e social. No caso específico, os proprietários de terra detêm esse processo que se adensa por meio da unificação da indústria e da agricultura.

Esse processo de unificação, por sua vez, concentra riqueza, cria uma classe social especial e recria a expropriação do camponês em bases estritamente capitalista. Assim, em Oliveria (2003), o território se traduz no conflito de classes sociais, sob a unidade contraditória e dialética das relações de produção.

> Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (Oliveira, 2003, p.13).

Oliveira (2003) explora a contradição capitalista de apropriação de renda, do lucro e da mais-valia, demonstrando a estratégia da classe social especial, que conjuga a mundialização do capital e a nacionalização da terra no seu afã de expansão e ampliação.

> Trabalhamos, pois, com o princípio contraditório de que ao mesmo tempo em que o capital mundializou-se, mundializando o território capitalista, a terra nacionalizou-se. É, pois, também desta contradição que nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferentes e desiguais formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, totalidades históricas, portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja, a terra. Assim, volto a insistir, que o capital é na sua essência internacional, porém a lógica que envolve a terra é na essência nacional. (Oliveira, 2003, p.13).

Essa unificação, que apresenta o proprietário de terra como produtor e possuidor de capital, amplia a capacidade dessa classe social especial em gerar

lucros, por seu turno, produz uma relação onde o camponês se apresenta sujeitado com seu trabalho na produção para indústria. Nessa esfera da produção, ambos se encontram em conflito, onde o primeiro consegue se conectar, em qualquer etapa deste processo de produção, para a expropriação econômica, já o segundo está conectado de forma involuntária e segregado do seu produto de trabalho.

> Esta unificação está sendo possível porque o capitalista tornou-se também proprietário das terras, latifundiário, portanto, isto se deu igualmente também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria (Oliveira, 2003, p.14).

Este momento em que o capital se organiza tragando para seu centro os liames de sujeição está impactado pela forma como se dá à expansão e ampliação do capital.

> Porém, este processo no campo está também contraditoriamente, marcado pelo processo de expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas, monopoliza o território marcado pela produção camponesa (Oliveira, 2003, p.14).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos compreender as duas dimensões do território cunhadas pelo autor **sob a territorialização do monopólio e a monopolização do território**, no primeiro:

> A territorialização dos monopólios na agricultura (territorialization of monopolies in agriculture) atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa

> física ou jurídica. Portanto, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, em uma só, como pensam muitos intelectuais. Aliás, é por isso que o trabalho análogo à escravidão não desaparece no campo brasileiro, ele é um traço da condição de proprietário capitalista da terra no país. (Oliveira, 2014, p, 2086).

Segundo Oliveira (1990), o que determina uma organização econômica e, o que define os territórios agrários sob a territorialização do capital e que remete à inserção da criação de instrumentos que engendram as leis capitalistas, são a contratação de trabalhadores onde a separação da mão de obra assalariada, aliada com a jornada fixa de trabalho, e, a propriedade da terra se coadunam nas mãos do capitalista conformam esta dimensão territorial.

E no segundo a monopolização do território:

> A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios. Isto também, quer dizer, que se abrem possibilidades para o estabelecimento de alianças de classes entre aqueles que produzem de fato, em geral nacionais, e aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. (Oliveira, 2014, p, 2091).

A partir da nossa análise, podemos afiançar que a preocupação de Oliveria, ao pensar o conceito de território, é resolver as mediações de bases materialistas no movimento das disputas territoriais imediatas, observando os rebatimentos mediatos, no interior do processo de produção e reprodução, das forças produtivas e das relações sociais travadas no campo brasileiro. Desta forma, deriva deste movimento, as categorias analíticas territorialização do monopólio e o monopólio da territorialização.

Assim, o conceito de território proposto por Oliveira é um produto social, emergido da análise, das estruturas econômicas, para interpretar a realidade do campo brasileiro.

CAPÍTULO 2

Os olhares sobre as orientações de Ariovaldo Umbelino de Oliveira

2.1 - Movimentos sociais

A análise dos movimentos sociais é um tema relevante nas orientações de Oliveira e permite observar a dinâmica da sociedade capitalista, os conflitos que se desenvolvem no campo brasileiro e a produção teórica. Assim, os Movimentos Sociais são a dimensão histórica da reprodução do campesinato, são vistos a partir das disputas que se estabelecem nas relações de poder político e econômico, que promovem a concentração de terras sob injustiças que vão se desenvolvendo na sociedade pela luta de classes, envolvendo vários sujeitos sejam camponeses dos movimentos sociais do campo, sindicatos, latifundiários, Estado, agentes mediadores e outros na disputa de poder. O antagonismo advindo dos conflitos produz uma mobilização e conforma as manifestações da classe social camponesa.

A concepção marxista tem no movimento social de classe, em específico a classe social camponesa e sua centralidade, que é a luta de classes sob o contexto das relações sociais inseridos no modo de produção capitalista, se conforma em uma estrutura de ação coletiva a partir da base material que, por seu turno, compõem e estruturam os movimentos sociais, que ocorrem ao redor do processo produtivo.

Os movimentos sociais implementam ações de maior envergadura quando, em suas exigências, se expressam nas lutas pelo seu lugar no mundo da estrutura capitalista, daí sua intervenção ser um questionamento da propriedade privada capitalista da terra.

Articulam dimensões da realidade social que põe em movimento a classe camponesa como força social em ação, por meio de um conjunto de ações que

revelam o camponês como um sujeito coletivo. A luta pela terra é a luta contra a exploração capitalista, é uma luta contra o capital, luta de resistência, contra a produção, a reprodução da expansão e a acumulação capitalista no campo. Dessa forma, os camponeses evidenciam as contradições presentes no campo brasileiro entre si e os capitalistas latifundiários, revelando assim sua posição objetiva de classe.

Os movimentos sociais do campo se articulam nas reivindicações de classe que se realizam no plano da produção e por sua vez, são plasmados pelo conjunto de relações que vão definindo o espaço social e o lugar social, sob o ato produtivo, pois este ato produtivo produz um movimento combinado, contraditório e desigual.

A desigualdade está fundada na subordinação estrutural do trabalho ao capital sob a renda da terra que substância os instrumentos de exploração e de dominação. Assim, ao desenvolverem suas atividades produtivas, os camponeses envoltos no processo produzem sua fração do território, sob uma lógica territorial e política na busca de sua reprodução existencial.

2.2 – A luta

"A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo: a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre" é a pesquisa apresentado por Kahil[2] (1984) um estudo de caso dos posseiros, rendeiros e pequenos proprietários da Lagoa São Paulo, município de Presidente Epitácio, na Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo.

As histórias dos camponeses apresentados pela autora expressam uma territóriotorialização do capital marcada por antagonismos das contradições e tensões geradas pelas transformações recentes sofridas pela agricultura brasileira decorrentes do desenvolvimento capitalista no campo, torna-se expressão concreta da formação socioeconômica que

[2] "No mesmo rumo da busca de uma geografia dos movimentos sociais e dos conflitos no campo está o trabalho de Samira Peduti Kahil (1984), aliás, o primeiro sobre a temática que orientei sobre a luta dos posseiros da Lagoa São Paulo em Presidente Epitácio-SP" (OLIVEIRA, 2003, p. 09).

> De um lado constrói-se um território para o trabalho livre, onde a propriedade privada não é condição de produção, relação que é contraditoriamente, reproduzida pelo próprio capitalismo, através da apropriação privada dos meios de produção, liberando forças de trabalho para servirem a acumulação capitalista (Kahil, 1984, p. 07).

De acordo com Kahil (1984), os camponeses posseiros lutavam por um território para o trabalho livre, isto produziu um movimento dialético de construção/destruição do território para o trabalho livre; uma luta pela terra, com uma população duramente reprimida e violentada no seu dia a dia, sob a tensão e o pânico. Assim, a nosso ver, a autora capta com grande sensibilidade a luta de classes que se desdobra no cotidiano dos camponeses, que é fruto do embate histórico entre latifundiários e camponeses e entre capital e trabalho. O trabalho contribui para a compreensão do movimento da sociedade que engendra as determinações entre forças produtivas e relações de produção sob contradições que se manifestam nos embates de classes sociais.

Para compreensão deste território a autora trabalha com a ideia de arranjo espacial, que conforma o território sob o controle político, levando em consideração as escalas mundiais, nacionais e locais, isto é, uma diversidade de movimentos, de um mundo cujas relações são cada vez mais universalizadoras. Assim, o espaço deve, segundo Kahil, ser compreendido no movimento que se fundamenta nas noções de tempo e escala. Este espaço produzido na qual a sociedade se relaciona é o território, ou seja, uma formação territorial onde forma, estrutura e função produzem a totalidade em seu movimento.

> Na medida em que tomamos a história, o trabalho, a estrutura de classes, o modo de produção, o movimento da sociedade como requisitos primordiais de nossa análise, fica implícito que tomamos como base teórica a formação territorial que certamente possibilita ao entendimento dos particularismos do território, além de contribuir para a formação de uma teoria geral interpretativa da realidade nacional (Kahil, 1984, p. 20).

Na esteira da compreensão do território, o Estado ganha relevância, pois engloba a luta de classes, tornando-se, em favor da burguesia, o mediador da aliança entre o capitalismo nacional e internacional, articulada pelas organizações das classes dominantes locais para garantir a acumulação do

capital. Nesse sentido, Kahil (1984, p. 24) destaca que “é a este nível que destacamos o papel do Estado como mediador entre os interesses do capital e os interesses da população, e é a este nível que devemos encaminhar nossa análise”.

Todavia, a autora traduz elementos de inteligibilidade na produção do território em sua aproximação com Oliveira, mas, informando a função do Estado como planejador do território nacional que desequilibra a luta política e econômica, que assegura a gestão em favor do grande capital. Desta forma, a mesma aponta a fragilidade do Estado frente às empresas capitalistas, que o instrumentaliza por meio de pactos que drenam para suas companhias negócios de grande monta.

Isto leva a autora a pensar na necessidade de apreensão do modo capitalista de produção, assim, se aproxima de Gramsci e não desvincula o espaço do movimento geral da sociedade.

> É certo que o desenvolvimento é para o internacionalismo, mas o ponto de partida é nacional e é deste ponto de partida que é preciso caminhar... é preciso portanto estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais (Gramsci, 1978, p. 229).

Desta maneira, a autora pode mostrar que na luta de classes o Estado emerge como mediador e torna-se fundamental no processo de alienação da força de trabalhador:

> O objeto de seu trabalho não lhe pertence, o seu próprio trabalho não lhe pertence, mas pertence a outra pessoa o que leva o trabalhador à alienação de seu próprio e à alienação do objeto, produto do trabalho como um objeto estranho que o domina (Kahil, 1984, p. 26).

Este processo de alienação pautado na terra como mercadoria é um momento histórico onde tanto o trabalho como o espaço tornam-se estranhos ao homem. Ao analisarmos esta afirmação, podemos asseverar, com a autora, que tanto o trabalho como o espaço visto em conjunto no modo de produção

capitalista reafirmam a propriedade privada e são condições imperativas para sua existência.

Kahil (1984), ao analisar o processo de infra e superestrutura, realça que, o processo de circulação da mercadoria cria uma infraestrutura, ou seja: “a organização do território está então infraestruturalmente objetivada à reprodução do modo de produção capitalista” (Kahil, 1984, p. 27). Já na superestrutura, onde a ideologia dissimula o real “a análise do espaço se faz completamente para que possamos, pois, apreender o movimento geral da sociedade, o movimento geral do espaço, a organização territorial” (Santos, 1984, p. 24).

Na perspectivada de Kahil podemos observar que os camponeses passarem por duas formas de destruição de seu território liberto, uma é a desconstrução do território liberto pelos jagunços e a outra é a destruição do território liberto pelo Estado travestido de empresa.

Na primeira este passa pela sujeição do trabalho camponês sob a terra grilada em mãos do fazendeiro que, por sua vez, sujeita seus rendeiros à violência, forçando os trabalhadores a derrubarem a mata, sem receberem salários, e, por conseguinte, não se pode plantar. Esta forma de exploração traz para os bolsos do fazendeiro a renda trabalho, se transferindo para a circulação da produção originada no produto/mercadoria da madeira: “com isso o fazendeiro extrai uma renda bruta (salário, que deveria pagar, ao trabalhador e não paga, mais o lucro) uma renda fundiária” (Kahil, 1984, p. 32).

Esta forma de renda da terra continuada só é possível porque o fazendeiro usa das relações não capitalistas de produção oriundos da produção familiar, onde domina a terra, domina o trabalho do rendeiro e acumula mais capital.

O fazendeiro contrata jagunços e, por meio da violência, da intimidação da proibição dos rendeiros para negociarem seus produtos nos mercados, tenta dominar todas as etapas desde a derrubada da madeira, plantio, colheita e a comercialização do produto.

Esta forma de enfrentamento levou os grileiros ao poder municipal e garantiu à classe dominante a subordinação dos rendeiros e o aparelhamento do município assegurando os interesses do grande capital.

Na segunda forma de destruição território liberto dos camponeses, é a destruição pelo Estado, na figura da instituição da Companhia Energética de São Paulo a CESP, para a formação do reservatório para a Usina hidroelétrica de

Porto Primavera, que vai inundar uma área onde se concentra 450 famílias de pequenos posseiros na Lagoa São Paulo, gerando impactos socioambientais e econômicos. Esta forma de colonização dirigida apontada pela autora via empresa Estatal foi muito usada na época:

> A política de colonização que foi adotada como técnica de controle de uma reforma agrária espontânea, uma garantia de estabilidade política e social conveniente ao desenvolvimento do capitalismo, uma resposta às contradições e conflitos gerados pelo tipo de acumulação capitalista, ou reprodução do capital que se realiza no Brasil (Kahil, 1984, p. 64).

As duas dimensões apontadas pela autora trazem no seu bojo o antagonismo de classe sob a tutela do Estado. Kahil demonstra em seu estudo que a solução adotada pela classe burguesa aliada ao Estado burguês é a reforma agraria dirigida, que aparece como um valor positivo, isto é, uma relação harmônica para a sociedade, que mascaram os conflitos e as tramas dos negócios particulares, cuja finalidade última é preservar a expansão e reprodução do capitalismo no campo brasileiro.

Uma reforma agrária dirigida que tenta mascarar as contradições no campo, amparadas nas técnicas, nas leis e na violência, esta é a forma que o modo capitalista de produzir achou como saída para sua manutenção em “que o Estado brasileiro, unido a empresas nacionais e transnacionais, quer garantir, passando-se ilicitamente pela problemática vivida pelos trabalhadores rurais, atentando sempre e mais para as questões de ordem técnica, comercial e financeira” (Kahil, 1984, p. 65).

A autora destaca também que esta é uma estratégia capitalista monopolista sob a bandeira do imperialismo, que engendra a agricultura. Para que o movimento de expansão capitalista aconteça, é necessária uma aliança entre o Estado, que financia, por meio de políticas de créditos rurais, favores fiscais e outras formas de facilitar os recursos necessários às atividades dos fazendeiros, com um Estado que dirige suas funções e atividades para o crescimento econômico.

> Na medida em que a atividade do Estado é dirigida para a estabilidade e crescimento econômico, a política assume um

> caráter peculiar, ela visa eliminar as disfunções e evitar os riscos que ameacem o sistema, portanto, rapidamente define-se como prioridade do governo, a desmobilização dos trabalhadores do campo que historicamente vinham se organizando. Os riscos desta instabilidade são manipuláveis e prescrevem as ações e medidas preventivas que devem estar harmonizadas com a ordem existente. (Kahil, 1984, p. 74).

Conforme Kahil (1982), a luta pela terra no Brasil sempre foi uma luta contra a expropriação, manifestando-se por meio de múltiplas formas de resistência. Segundo a autora

> A resistência, por parte dos pequenos produtores, tem sido feita através das reivindicações por melhores preços para seus produtos e menores juros bancários; por parte dos posseiros, através de sindicatos, quando lutam para manter a posse, resistindo à migração. (Kahil, 1984, p. 75).

Trata-se, portanto, de uma resistência voltada à preservação do modo de vida camponês.

> Os antigos posseiros, hoje em sua maioria reassentados na área do projeto, continuam trabalhando a terra através da produção familiar; a mulher e os filhos fazem parte do processo produtivo, mas o valor que criam não lhes são revertidos, restam-lhes o suficiente à reposição de sua força de trabalho, da qual se observarmos sob vários ângulos os veremos privados. Digamos que a alimentação, diga-se de passagem, precária, esteja garantida, observamos as condições de moradia, de atendimento médico, escolar que se lhes apesentam e veremos que sua própria sobrevivência, está comprometida (Kahil, 1984, p. 75).

A autora demonstra toda a complexidade do processo por meio do trabalho de meação, da terra de trabalho, da parceria onde a força do trabalho familiar foi fundamental para produzir as terras, sob uma econômica de excedente, ou seja, só era comercializado o que excedia a produção.

> A produção mercantil do agricultor consiste na comercialização simples daquele excedente¸ o que lhe permite completar a compra de mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho (a carne, o leite, o macarrão), sendo que as culturas de algodão, milho, mamona etc. são as que os expõem mais ao processo de

> circulação subordina o trabalho do camponês, subordinando a renda da terra (Kahil,1984, p. 84).

Isto abona a autora a caminhar pela relação de subordinação do pequeno produtor ao capital por meio dos mecanismos de dependência da agricultura à indústria que regula e restringe as ações sociais e econômicas dos pequenos produtores, transformando-o ora em assalariado, ora pela dependência dos bancos, do acesso a insumos e outros. “Manter a propriedade do pequeno produtor, cujas relações de produção não são relações capitalistas de produção, é um mecanismo contraditório do próprio capitalismo que com isso garante a expansão do capital” (Kahil, 1982, p. 84).

Segundo Kahil, esta terra de trabalho onde os pequenos produtores tiram seu sustento por meio destes mecanismos de dependência transfere sua renda aos setores da indústria e financeiro passando a viver uma espécie de assalariado capitalista.

Este desenvolvimento do capital engendra em seu bojo a sujeição da renda da terra ao capital:

> O modo capitalista de produção vem se desenvolvendo no campo fundamentalmente, não pela sujeição formal do trabalho ao capital, mas principalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, que comprando a terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção do tipo camponês (Kahil, 1984, p. 102).

Entretanto, a autora sustenta que “o movimento social em Lagoa São Paulo ocorreu num momento em que o regime político, baseado na repressão dos conflitos, caracterizados como guerrilheiros e subversivos, atuava no sentido de efetivar seus princípios, aqueles mesmos das classes dominantes” (Kahil, 1982, p. 110). Desta forma a mesma observa que na luta pelo território livre por meio da resistência à expropriação da terra de trabalho ficou encoberta pela ação despolitizadora do Estado militar que patrocinou uma exclusão política muitas vezes pela violência no campo gerando tensões graves nas lutas camponesas.

Contudo, Kahil assegura que “a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre, tem uma ligação óbvia com as lutas de classes explorados e exploradores, que apesar dos particularismos entre dominantes e

dominados, revelam sempre as contradições do capitalismo que ao mesmo tempo vem produzindo riqueza e pobreza, igualdade e desigualdade" (Kahil, 1982, p. 112)

Observamos então que a autora procura entender as determinações pelas contradições existentes entre as forças produtivas, as relações de produção e contradições estas que movem e são manifestadas nas lutas e conflitos entre as classes, e, por conseguinte, propõe uma solução do problema geográfico a partir da dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre.

A partir da questão da modernização da agricultura, considerando a filosofia materialista dialética, a autora trouxe como contribuição para os estudos geográficos agrários o conceito denominado de dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre, que a mesma desenvolveu apoiada nas categorias geográfica de espaço e organização territorial. A compreensão das relações capitalistas de produção diante das forças produtivas que se dão na agricultura brasileira e por seu turno, a autora procura desvendar a questão agrária brasileira.

A organização territorial proposta pela autora é repleta do contexto político, econômico, e de tensão social em que os instrumentos de expropriação, exploração e subordinação do trabalho pelo capital e a busca do controle político expressam concretamente a formação socioeconômica do território brasileiro, "devemos buscar apreender quais são estes mecanismos que atuam de múltiplas maneiras, nos territórios mundiais, nacionais e locais" (Kahil, 1984, p. 18).

A autora afirma que a terra não é mercadoria para os camponeses, assim, podemos entender que o território possui uma dimensão simbólica e cultural que fundamenta a luta pela terra. As contradições apontadas no texto refletem os mecanismos do capitalismo para expropriar, explorar e subjugar a renda gerada pela terra. No processo de gênese, formação e estruturação do território, o camponês, o latifundiário, o Estado e a produção espacial atuam como agentes configuradores dessa construção.

2.3 – Brasiguaios.

Pensando em uma análise de fronteira, Batista (1990) desenvolve uma pesquisa de mestrado intitulada “**Brasiguaios na fronteira:** caminhos e lutas pela liberdade”. Nesta pesquisa, Batista toma os brasiguaios como sujeitos históricos, e, por conseguinte, está pensando na Geografia como ciência que tem como preocupação os estudos das formas de produção, assim, assevera que o objetivo principal da pesquisa é “’colocar em questão as características gerais da apropriação privada da terra e as formas de sua incorporação à logica capitalista de dominação” (Batista, 1990, p. 05).

Assim, Batista (1990) traz para o debate um campesinato debilitado pelo processo de modernização da agricultura. Os brasiguaios, que são conhecidos como trabalhadores sem-terra que saem do Brasil expropriados e expatriados de suas terras, migram para o Paraguai, e, naquela país, constituem 80% da população paraguaia na fronteira: são posseiros, meeiros, arrendatários, agregados, boias frias e parceiros que moram nas colônias das cidades do Paraguai.

O autor se propõe a fazer um estudo de caso sobre a totalidade que expressa a vida camponesa na fronteira. Ao analisar o processo migratório, desvenda a luta de classes na formação territorial e a histórica acumulação capitalista, que passa pela transformação da propriedade não capitalista para a apropriação privada da terra. Este processo desperta no autor uma preocupação maior, que é “a análise dos conflitos de classe, reproduzidos nas lutas que envolvem atualmente brasiguaios e empresários” (Batista, 1990, p. 01).

Outro ponto relevante que o autor propõe para análise em sua dissertação e que encontraremos mais adiante nos trabalhos de Fernandes é a semelhança de compreensão dos movimentos sociais; se Batista trabalha as categorias camponeses e empresários, Fernandes trabalha os camponeses e os latifundiários, ambos desenvolvem a análise com o Estado como mediador dos conflitos.

Embora Batista tenha seu trabalho na fronteira, o mesmo se importa com o movimento que percorre a sociedade construída pelos homens nas suas lutas, daí a necessidade de explicar a caminhada desses migrantes que somam ocupações, caminhadas, assentamentos, reassentamentos e, por conseguinte,

pensar a compreensão da totalidade e assim interpretar a vida camponesa na fronteira. Assim, os brasiguaios tornam-se sujeitos de sua investigação, ou seja, o campesinato na fronteira e sua organização, na luta pelo direito a terra e contra a acumulação capitalista.

No tocante a Fernandes, seu sujeito de investigação é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas ações de ocupações, assentamentos, reassentamentos, caminhadas, manifestações, dentre outras.

Guardadas as devidas proporções na análise dos autores acima, Batista sustenta que “o processo de modernização da agricultura, principalmente no Estado do Paraná, acelerou sobremaneira a colonização da fronteira paraguaia por brasiguaios” (Batista, 1990, p. 25).

Esse fenômeno ocorreu com a concentração de terras e o rápido processo de modernização associado à economia de exportação, que, por sua vez, pressionou a migração para o Paraguai. Nesse contexto, empresas brasileiras de fertilizantes, insumos e máquinas agrícolas também expandiram suas operações para o país vizinho. O trabalhador rural, pressionado pelo processo de proletarização sob uma onda modernizadora que atingiu o campo brasileiro, foi deslocado de suas terras, junto com a tecnologia que impulsionava o projeto desenvolvimentista na agricultura.

Neste processo, as colonizadoras brasileiras, aliadas à colonização oficial Instituto de Bienstar Rural (IBR), depredaram bosques, parcelaram as terras em pequenos lotes e os venderam em geral para os brasiguaios, surgindo então o predomínio das colônias. Os posseiros tinham os títulos das terras, mas não conseguiram registrar no Cartório de Imóveis, isto permitiu que as colonizadoras conseguissem as concessões com o apoio da polícia que usava de violência para expulsar os posseiros da fronteira.

Este movimento proporcionou a formação territorial na fronteira. Para Batista, este movimento passa pelo projeto entreguista na fronteira com o Paraguai surgido na década de 70, através do Tratado de Itaipu. O poder do Brasil neste período era tão forte que muitos brasileiros acreditavam que a fronteira seria anexada ao Brasil e as instituições, as cooperativas, as empresas de financiamentos facilitaram a consolidação do capitalismo na fronteira.

Neste período, o partido do governo era o mais organizado e, usando das dificuldades da população carente de saúde, educação, segurança, transporte e

com os sem-terra, os conflitos com campesinos, teve um apoio grande entre os brasiguaios que, de acordo com Batista, definia as eleições.

A abordagem que o autor faz da geopolítica tomada como instrumento de dominação interna e auxiliar da implementação do capital internacional subordinado ao projeto imperialista que grassava a América Latina naquele período, trazia em seu bojo sua contradição dada a miséria dos países pobres que, com suas revoltas, desestabilizam essa geopolítica: “no Brasil a geopolítica vem cumprindo seu papel estratégico na política de fronteiras” (Batista, 1990, p. 60).

Está geopolítica possibilitou um projeto de englobamento político-econômico que orientaram o expansionismo do capital no Paraguai. Neste processo, o Brasil não é um agente preferencial na geopolítica monopolista, mas facilita a projeção do projeto transnacional, submetendo o território a uma formação territorial apropriada à reprodução capitalista.

O autor afirma que a geopolítica produziu, por meio de sua intervenção, um apagamento da fronteira frente ao imperialismo que organiza e submete a formação territorial a reprodução capitalista. Assim, os brasiguaios, mesmo padecendo da violência que expropria suas terras “conseguem dar um exemplo de cidadania ao reclamarem a reconquista da nacionalidade” (Batista, 1990, p. 64).

O autor destaca que, nesta luta pela dignidade e cidadania por meio da manutenção da identidade de brasiguaios, eles visam a sobrevivência e a conquista de pequenos pedaços de terras. Contudo, a geopolítica proporcionou uma articulação em que o capitalismo, com as grandes transnacionais, concentrou sua força no cone sul e produziu um movimento que, por sua vez, permitiu a consolidação do imperialismo monopolista.

Sob os mecanismos da exploração e dominação, Batista assevera que os brasiguaios sofrem também no Paraguai, onde:

> a exploração, a espoliação e as injustiças acontecem de diversas formas; algumas vezes são realizadas aos olhos de todos e muitas vezes camufladas ou escondidas. Constata-se que as injustiças e formas de exploração variam de região para região” (Batista, 1990, p. 72).

Mediante as explorações sofridas pelos brasiguaios na fronteira e na luta pela terra, entra em cena o MST em 1982. E com suas estratégias, suas organizações e a capacidade de arregimentar famílias possibilitou a primeira ocupação em 1983.

> Ao ocuparem as terras da SOMECO, esta colonizadora, com milhares de hectares ociosos e sem documentação, providenciou dentro de 24 horas a escritura da fazenda. Mas, segundo um brasiguaio, não constavam os mapas e os rios, provando que os proprietários desconheciam o que possuíam. A gleba estava abandonada desde 1951, servindo apenas para especulação, sem nenhum plano de colonização, descaracterizando a própria função da empresa que era colonizar (Batista, 1990, p. 107).

Essa ocupação possibilitou negociações e motivou os acampamentos nas cidades da fronteira que, por meio das mobilizações e das assembleias, tornaram-se estratégias usadas pelo movimento para pressionar o ministro da reforma agrária. Desta forma, o autor chama a atenção para força da organização do MST junto com os brasiguaios

> o movimento dos brasiguaios, por um lado colocou em xeque a estratégia de modernização na agricultura e, por outro lado, coloca novos dados na questão nacional, tanto para o Brasil quanto para o Paraguai" (Batista, 1990, p. 110).

Batista destaca que, após dez anos no Paraguai, grande parte dos brasiguaios resolveu voltar para o Brasil. O sonho da terra se esvai diante da modernização da agricultura monopolista e exportadora, que acuou os camponeses. Esses camponeses são estimulados pelo PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária: "as notícias do PNRA atingiram os brasiguaios, na fronteira e motivaram seu retorno, incentivados pela esperança de que com a reforma agrária conseguiriam voltar e possuir um pedaço de terra no Brasil" (Batista, 1990, p. 118).

Essa volta dos brasiguaios para o Brasil destacada pelo autor demonstra, a nosso ver, uma importante leitura dos movimentos sociais em suas estratégias de luta e organização, pois na geografia agrária que estamos estudando foi o primeiro trabalho a pensar nesta linha; é uma leitura da luta pela liberdade contra

a proletarização que pensa o movimento, espaço e tempo na formação do território de luta dos brasiguaios: “Entretanto, sua proletarização não é um fato consumado, porque os caminhos das lutas pela liberdade reencontram-se nas alternativas e sobrevivência camponesa nos acampamentos, assentamentos e projetos de colonização” (Batista, 1990, p. 117).

Para o autor o movimento dessas lutas tem se esgotado nas ocupações e acampamentos enquanto alternativas para a conquista das terras e afirmar: “a luta não é mais individual, mas coletiva, é que passou a representar a possibilidade de permanência na terra com as alternativas da produção coletiva” (Batista, 1990, p. 131).

Batista, com um olhar sobre as migrações a partir da luta pela terra destaca a vida camponesa na fronteira (Brasil/Paraguai), isto é, o campesinato da fronteira que caracteriza o sujeito de sua investigação, ou seja, os brasiguaios, sob uma formação do território de lutas dos brasiguaios.

A compreensão do movimento, do espaço e do tempo que constituem a força dialética de seu pensamento, produz uma geografia que tem o território sob as formas de produção e reprodução em seu movimento no interior da totalidade emergida da luta de classes que tem o camponês em seu modo de vida, os latifundiários na busca por extrair a mais-valia a qualquer custo conformam a dialeticidade de forma e conteúdo, em que o trabalho na sua composição capitalista é o ponto fulcral. Isto é, a contradição do processo histórico, as relações não capitalistas de produção.

2.4 – Espacialização

Fernandes (1994) em seu estudo sobre “**Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*”,* afirma que o objetivo do estudo é refletir sobre as noções e ou conceitos de espaço social e lugar social no processo de construção das formas de organização dos movimentos sociais.

De acordo com Fernandes, a partir dos anos de 1970 surgiram inúmeros movimentos sociais e houve uma necessidade de reflexões teóricas sobre suas práticas. Fundamentando-se em Oliveira sob a unidade contraditória em que o

autor afirma que emergem nesta fase as estratégias de parceria, arrendamentos, que condicionam o trabalho do camponês e contribuem para que os posseiros, meeiros, rendeiros, parceiros, arrendatários, boias-frias lutem por sua ou seu pedaço de terra. Assim, Fernandes destaca que “nesse período da história da luta pela terra no estado de São Paulo, todas as conquistas aconteceram em terras públicas” (Fernandes, 1994, p. 33).

A figura do migrante ganha em importância no período, pois as conquistas foram realizadas por trabalhadores que outrora foram expulsos do campo e vieram trabalhar nas cidades do interior do estado em plantações de cana, laranja, café e outras. Esta reconquista, de acordo com o autor, é fruto do processo contraditório e desigual da territorialização do capital monopolista na agricultura e do processo de monopolização do território pelo capital monopolista. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo.

> Para compreender a emergência dos novos movimentos sociais é fundamental considerar a existência de uma nova realidade materializada pelas experiências construídas no cotidiano da vida desses sujeitos. É esta forma de desenvolvimento do processo de construção e transformação da realidade, produzida pela materialização da existência social que entendermos como espaço social (Fernandes, 1994, p. 01).

Assim, o autor afirma que “para realizar este trabalho é indispensável estudar as noções de espaço social, lugar social e os movimentos sociais, nas suas interações” (Fernandes, 1994, p. 02).

Ele ressalta que é:

> Na construção, conquista e controle do seu próprio espaço, como espaço de socialização política. Durante o processo, o espaço social se concretiza em lugares sociais, construídos\conquistados na interação do movimento tempo\espaço, onde são geradas as formas de organização dos movimentos sociais, que se desenvolvem até as ocupações reveladas pelos acampamentos realizados na luta pela terra (Fernandes, 1994, p. 03).

É nesse lugar social que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando conflitos de classe. Fernandes

(1994) afirma ainda que a luta de classes deve ser compreendida de forma dialógica. O autor considera fundamental estudar o espaço social para além do nível econômico, contribuindo assim para a compreensão do processo de transformação do espaço geográfico.

Para tanto, Fernandes faz uma análise das dimensões espaciais que engendra a socialização política, isto é, “a construção e conquista do espaço de socialização política foi uma condição fundamental para o desenvolvimento de experiências no processo de formação do MST e, por conseguinte, para o avanço da luta pela terra” (Fernandes, 1994, p. 167). Este espaço sofre no decorrer da luta pela terra, um multidimensionamento que possibilita a compreensão da espacialização e territorialização da luta pela terra.

Caberia ressaltar que as dimensões espaciais apontadas pelo autor se fundamentam em Tarelho (1999), mas, que a forma como Fernandes trabalha em sua pesquisa possibilitou uma nova abordagem espacial que influenciou outros estudos sobre esta temática no interior da geografia agrária.

O espaço comunicativo: o conceito de espaço comunicativo foi criado por Tarelho, (1988; 1990), a partir de seus estudos sobre o processo de construção da consciência dos direitos até a formação da identidade social dos trabalhadores rurais sem-terra.

Este espaço tem a comunicação como dimensão principal, desta forma, torna-se a primeira dimensão do espaço de socialização, pois o mesmo é definido pelas ações dos sujeitos num processo pedagógico de desenvolvimento do conhecimento e de seus interesses, sob as matrizes discursivas representadas pela igreja, sindicatos e os partidos políticos articulados com o MST, produzem palavras de ordem, músicas, poesias e outras que registram o processo de territorialização do MST, “Portanto, é no espaço comunicativo que se inicia o processo de conhecimento entre os sujeitos e de suas histórias” (Fernandes, 1994, p. 171).

O espaço interativo: “o conceito de espaço interativo foi cunhado por Tarelho, (1988 e 1989). Entendemos o espaço interativo como a segunda dimensão do espaço de socialização política no processo de desenvolvimento das formas de organização social dos trabalhadores” (Fernandes, 1994, p. 171). Este espaço de acordo com Fernandes tem um conteúdo determinado e construído pelas experiências vivenciadas no cotidiano num processo de

aprendizagem pela práxis cognitiva que expressa a criatividade dos sujeitos na elaboração de novos significados aos códigos e símbolos.

Desta maneira o autor afirma que “a existência do espaço interativo é fundamental para o processo de construção do conhecimento, na formação dos sujeitos, e para o avanço da organização do movimento social” (Fernandes, 1994, p. 173). Assim, no espaço interativo, as relações são de consenso e de conflitos, pois contém diversos sujeitos, sejam eles trabalhadores rurais ou sindicalistas, padres e outros.

O espaço de luta e resistência: o conceito de espaço de luta e resistência foi concebido a partir das observações feitas ao analisar, na prática, as ocupações de terra. Para o autor é a terceira dimensão no processo interativo de construção do espaço de socialização política durante a formação do MST. É efetivamente o espaço de luta (Fernandes, 1994, p. 177).

Esse olhar dimensional, onde o espaço ganha concretude por meio das manifestações públicas, sejam elas ocupações de latifúndio, prédios públicos, ou acampamentos, caminhadas passeatas são práticas que demandam uma organização social do grupo, forjando assim sua estrutura sob núcleos setores, comissões, equipes e outras; revelam aspectos até então ainda não abordados nos estudos sobre movimentos sociais relativos ao agrário.

Embora o autor considere que a luta pela terra seja, antes de tudo, uma luta contra a essência do capital, a expropriação e a exploração, sua análise apresenta uma clara postura político-ideológica.

> Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terra, vai além... vai em direção a conquista da terra de trabalho - a propriedade familiar. Vai em direção á reconstrução da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. (Fernandes, 1994, p. 41).

Fernandes, ao estudar a espacialização das práticas e formas de luta do MST na territorialização da luta pela terra, salienta que o movimento se torna um sujeito coletivo:

> O MST, esse sujeito coletivo, espacializa pela sua práxis, através da (re)produção das suas experiências de luta. Este processo é desenvolvido pelo trabalho, é conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas forma de luta e, consequentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro (Fernandes, 1994, p. 113).

Essa práxis do sujeito coletivo MST, que se desdobram nas experiências das lutas, possibilitaram a espacialização e territorialização do MST no estado de São Paulo e se espraiam por todo o Pontal do Paranapanema é que produz a espacialização e a territorialização.

> Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações de terras etc. é na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (Fernandes, 1994, p. 113).

O autor trata a conquista dos assentamentos como uma fração do território pelo MST.

> O assentamento é o território conquistado, é, portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa, sobretudo, a possibilidade de territorialização. A territorialização dos Movimentos sociais na luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais (Fernandes, 1994, p. 181).

E complementa o autor: “nesse processo, a fração do território é conquistado na espacialização da luta, como resultado do trabalho da formação do movimento. Dessa forma, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra” (Fernandes, 1994, p. 181).

Ao manejar com segurança e rigor os conceitos de espacialização e territorialização o autor conforma metodologicamente a complexidade do embate histórico entre os camponeses e os latifundiários na produção espacial brasileira,

o que traz para o debate no interior da geografia agrária a compreensão das experiências da vida material a se articularem com o espaço social, o lugar social e o movimento social no curso da história.

2.5 – Territorialização

Nesta perspectiva de territorialização e espacialização, Fernandes (1999), em sua tese de doutorado, amplia seus estudos na formação do MST em território nacional, com sua pesquisa intitulada "**Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST- 1979-1999".** Fernandes afirma que nos últimos 20 anos as ocupações de terras tornaram-se uma das principais formas de acesso à terra, destaca também que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desde sua gênese tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta pela terra.

Segundo o autor, o movimento está espacializado e territorializado em vinte e dois estados da federação, assim:

> A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço\tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre passado e futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (Fernandes, 1999. p. 01).

O movimento, por meio de sua organicidade, acumulou experiências tais como a mística, que é fruto das memórias das lutas dos sem-terra. A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é o processo da construção do MST em todo o Brasil. A partir das experiências de luta, enfrentamento, ocupações, resistências, conquistas, o movimento gerou uma metodologia popular.

Este aprendizado possibilitou a territorialização no Nordeste brasileiro em cidades como Salvador, que teve início a formação dos cadernos de estudos do MST, com ilustrações, e tem como marco em 1986 o primeiro encontro estadual, onde decidiram fazer a primeira ocupação. Em Sergipe, em 1985, devido aos

conflitos por terra, o movimento ocupou em setembro a fazenda da Barra do Onça, no município de Poço Redondo. No ano seguinte, em 1986, ocuparam a Fazenda Borda da Mata, no município de Canhoba, o que permitiu reunir experiências e organizar o Primeiro Encontro Nacional e dar autonomia ao MST na região.

Nesta época as experiências foram múltiplas e proporcionaram a origem de vários setores, núcleos, equipes, comissões, coletivos, congressos, encontros, resultados da espacialização e territorialização do movimento, é uma forma em movimento.

Gostaríamos de assinalar que a ocupação, nas pesquisas de Fernandes, é um conceito-chave para pensar o MST e, por conseguinte, os movimentos sociais do campo contemporâneos, pois interpreta a ocupação geograficamente de forma dialética, ao unir tempo e espaço sob o conteúdo da luta de classes no campo brasileiro. Isso permite aos geógrafos agrários, sobretudo, refletir sobre as categorias de territorialização e espacialização engendradas na ocupação social.

A ocupação é uma forma de luta, é uma ação popular que compreende tempo e espaço na transformação da realidade. Portanto, é preciso distinguir o ato de ocupar com o processo de ocupação.

> Ato de ocupar é um momento desse processo, que se inicia na formação dos grupos de famílias, na realização dos trabalhos de base e desenvolve-se no acampamento, nas negociações, nos enfrentamentos, nas manifestações, na conquista da terra e nas lutas seguintes. Está contido no que conceituei de espacialização e territorialização da luta pela terra. (Fernandes, 1999, p. 165-166).

A ocupação é uma forma de acesso a terra, é uma forma que questionar a reforma agrária e pôr na ordem do dia a expropriação, a espoliação, a violência e a recriação do campesinato; é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências dos sem-terra (Fernandes, 1999, p. 277).

Outro aspecto importante trazido pelo autor em suas reflexões são as negociações que se desenvolvem durante o período das lutas pela terra. O autor chama a atenção para a dinâmica de participação dos sujeitos que vai tomando formas próprias, de acordo com a conjuntura política em todo país onde o MST tem suas bases.

De acordo com o autor, a ocupação de terras do movimento se desdobra em duas formas: a ocupação de uma área determinada e a ocupação massiva.

> A principal diferença desses tipos está no fato que no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias e no segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra ocupando quantas áreas forem necessárias (Fernandes, 1999, p. 288).

Assim, neste processo de, entretanto, vão se definindo os movimentos que o autor chama de isolados que, segundo Fernandes, são aqueles que se organizam em um município ou em um pequeno conjunto de municípios, para efetivar uma ocupação, sem a superação das ações estes movimentos se extinguem. Já os movimentos territorializados são aqueles que têm duas formas de estruturas: movimento sindical e movimento social. O movimento territorial ou socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados, e está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, suas ações permitem espacializarem-se.

> Os movimentos territorializados são construídos pelos trabalhadores e suas estruturas podem ter duas formas: movimento social e movimento sindical. Esses movimentos recebem apoios de diferentes instituições em conjunto ou separados. Compreendo como isolado, o movimento que se organiza em uma base territorial determinada. Que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes aos movimentos. Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico, em lutas de resistência (Fernandes, 1999, p. 284).

Este é outro ponto importante de sua análise, onde o autor reelabora o conceito de movimentos sociais oriunda da sociologia, e o toma em bases mais concretas de cunho espaciais. Neste sentido, busca-se uma constituição conceitual propriamente geográfica agrária extremamente significativa do ponto

de vista metodológico. Esta proposta do autor, que se tornará tema central de suas investigações, ainda não tinha sido enfrentada pela geografia agrária brasileira com tamanha envergadura.

Cabe aqui um apontamento crítico considerando a relevância por nós já acentuado, observando as categorias propostas pelo autor asseveramos que carecem de uma fundamentação filosófica e de uma delimitação categorial clara que não seja uma mera mudança de predicado verbal, isto é, na primeira daria uma dialeticidade as categorias assim permitindo um movimento no pensamento, na segunda sairia da mera descrição ou seja, da delimitação fenomenal para a concentricidade do movimento do real.

O autor mostra toda a complexidade dos movimentos sociais no campo brasileiro. Todavia, se no primeiro texto o autor trouxe, a partir da temática dos movimentos sociais, tendo como pano de fundo a luta pela terra, o autor traz como contribuição para os estudos geográficos agrários o conceito denominado pelo de territorialização da luta, espacialização das práticas, fração do território e espaços de luta e resistência.

A preocupação do autor é de cunho sociopolítico, passando pela compreensão do espaço de socialização política diante interações nas produções espaciais que se dão nas dinâmicas das conquistas\trunfos, por seu turno, o autor procura desvendar as formas de organizações dos movimentos sociais.

No segundo texto de (1999) o autor continuou na mesma temática tendo como pano de fundo a luta pela terra, e trouxe como contribuição para os estudos geográficos agrários o conceito denominado pelo autor de territorialização da luta, isto é, o movimento socioterritorial que tem origem nos movimentos isolados em seu processo de espacialização e territorialização por meio de processos interativos.

Fernandes apresenta a compreensão do registro da gênese do MST em cada unidade da federação, destacando as principais lutas construídas nos processos de formação e territorialização. Dessa maneira, o autor busca compreender o processo de criação e recriação do campesinato brasileiro sob o conceito de “forma em movimento”. Nesse processo, considera que, em cada fração do território conquistada pelos camponeses do movimento, estabelecia-se um trunfo ou triunfo.

No que se refere à “territorialização do capital monopolista na agricultura”, Oliveira (2003, p. 15) afirma que, nesse processo contraditório, o capital monopoliza o território, mas não se territorializa plenamente. Trata-se, portanto, de um processo de monopolização do território pelo capital monopolista. Fernandes (1999) trabalha as duas dimensões do território, considerando espaço e tempo como “condições básicas da existência humana”, e analisa o controle exercido pelos grupos sociais. Nesse contexto, o trunfo, ou fração do território, não está isolado dos eventos mundiais e da expansão do capital.

O sujeito coletivo nos estudos de Fernandes emerge como inflexão espaço-temporal em que o camponês, enquanto classe social, produz e reproduz suas relações espaciais espacializando e territorializando. Assim, sua filiação com Oliveira traduz um território em movimento que engendra uma base material e econômica dissolvida no processo político e cultural.

Os trabalhos de Fernandes tornam-se um marco nos estudos relativos aos movimentos sociais do campo brasileiro, dado ao alcance de suas análises e inovações conceituais propostas pelo autor.

2.6 – (Re)construção do território camponês

“A Longa Caminhada – a re-construção do território camponês em Promissão”, trata de um estudo que busca compreender a luta camponesa pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Simonetti, (1999), autora do estudo, apresenta uma concepção de território que busca compreender a lógica econômica camponesa sob a subordinação ao capital. Em sua investigação, a luta de classes emerge a partir de elementos históricos envolvendo latifundiários e camponeses. Ou seja, o capitalismo, em sua expansão, reprodução e ampliação, fundamenta-se na propriedade da terra, no latifúndio e na violência tanto concreta quanto simbólica.

A autora indaga, em sua pesquisa, como? Por quê? e, o que? Os trabalhadores possuem em comum? Para poderem buscar sua reprodução social no campo. Isto é, passam pelas experiências da vivência da expropriação e da desterritorialização do campo. Desta forma buscam manter o desejo de retorno à terra e de retomar ou vivenciar atitudes e valores de um estilo de vida baseado no universo camponês (Simonetti, 1999, p. 01).

Com essa indagação, a autora consegue exprimir dialeticamente o movimento entre o impacto externo ao assentamento e as resistências internas no próprio assentamento devido às demandas num primeiro momento de dependência na inserção da economia local e no segundo momento a organização e manutenção da autonomia e controle do camponês no assentamento.

Para compreender a saga camponesa, a autora tem como objeto de estudo a comunidade Padre Josimo Tavares dos Santos, localizada no Assentamento Fazenda Reunidas, no município de Promissão, no oeste do Estado de São Paulo. Ela busca desvendar a trajetória desse grupo, que passou por um período na cidade e deseja retornar ao campo. Esse processo, com suas contradições, é denominado pela autora como a reconstrução do território camponês, considerando-se os movimentos de ocupação, acampamento e assentamento.

Sob o modo de produção capitalista, a autora analisa a construção do modo de vida, as memórias, as fotografias, os relatos orais, as práticas cotidianas, as histórias de vida, vistas em conjuntos e somadas ao aporte de Thompson (1981) ancorado na experiência, na cultura, com Martins (1993), que pensa os tempos históricos simultâneos e as orientações de Oliveira (1985) sobre a formação territorial no seu processo de produção, distribuição, circulação, consumo em sua totalidade concreta formam a base conceitual e teórica da autora.

Na compreensão da transformação do território a autora busca no contexto histórico reconstruir as disputas na formação da região onde se encontra o assentamento que ficou conhecida como região de sertão, que se estendia de Bauru até o Paraná e fazia divisa com o Mato Grosso do Sul.

Ao analisar as transformações ocorridas na região, Simonetti realça os conflitos, a territorialização do capital, e suas mediações, contradições, sem desconsiderar a história dos sujeitos: “mas, sobretudo, é resgatar, neste processo, a história dos camponeses, como sujeito na formação e reconstrução do território” (Simonetti, 1999, p. 15). Assim, Simonetti afirma que “é possível datar historicamente o encontro dos diversos grupos sociais constituídos desta região, adiante da fronteira demográfica estavam às populações indígenas cujos seus territórios a frente de expansão avançou” (Simonetti,1999, p. 18).

Do ponto de vista histórico, a autora propõe um olhar nas relações de trabalho e na forma de apropriação da terra, que colocou de um lado os indígenas e, do outro, a frente de expansão representada por fazendeiros e pequenos proprietários. A região no século XIX tornou-se foco dos conflitos com a expansão pioneira que via os indígenas como empecilho para seu projeto de colonização, que reunia entre outros fazendeiros, especuladores e pequenos proprietários. Este movimento de expansão produziu, segundo a autora, atrocidades em nome da “civilização”.

Com este desfecho social, político e econômico a terra ganha novo sentido, isto é, torna-se mercadoria sob o trabalho livre, isso possibilitou imprimir uma transição nas relações de produção, isto é, colocou de lados opostos os grandes proprietários e os pequenos proprietários. Inclui-se neste bojo de conflitos a diversidade camponesa tais como colonos, parceiros, arrendatários e outros. “Essas mudanças no regime fundiário foram responsáveis pela disputa pelas terras e lutas camponesas no país” (Simonetti, 1999, p. 22).

Assim, o processo de territorialização do latifúndio e a (des)territorialização dos camponeses se deu, segundo Simonetti, sob as estratégias usadas para a concentração de terras onde “as relações de trabalho familiares, portanto não capitalistas substituem a contratação da mão de obra assalariada” (Simonetti, 1999, p. 39), desempenharam um papel relevante para que parte do fruto do trabalho seja convertida em mercadoria e, por conseguinte, vendida e convertida em dinheiro.

> Este processo metamorfoseia a renda da terra em capital. É a sujeição da renda da terra ao capital. Esta capital não expande de forma absoluta ao trabalho assalariada, por todo o lugar destruindo o trabalho familiar camponês. Ao contraio, cria e recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível, e com ela o aumento da acumulação (Simonetti, 1999, p. 39).

Estas estratégias para manter a acumulação do capital nas fazendas de deu de duas formas: uma era a violência que se configurava na expulsão dos pequenos proprietários que viam suas terras cercadas por sítios dos fazendeiros e as mesmas eram invadidas pelas boiadas dos fazendeiros. A segunda era a

compra por escrituras. Tanto na primeira quanto na segunda forma, o pequeno proprietário era obrigado a vender suas terras a preços irrisórios.

Desta forma, Simonetti (1999) afirma que a expansão capitalista se deu em conformidade com as relações não capitalista de produção, ou seja, as relações não capitalistas de produção passam a ser imperiosas para a expansão e concentração do capital.

> Verifica-se que, novamente, além da exploração direta do trabalhador, através do assalariamento, a propriedade capitalista da terra continuou assegurando ao fazendeiro a sujeição ao trabalho e a exploração não capitalista do trabalhador. Com base no monopólio sobre a terra, o fazendeiro de fato não precisava empregar o formador do pasto (Simonetti,1999, p. 39).

Essa metamorfose da renda da terra em capital, de acordo com a autora, não elimina o trabalho familiar camponês que se mantém nos pequenos estabelecimentos. Ao sofrer o processo de expansão capitalista pela sujeição do trabalho, os camponeses que não conseguiram manter seus instrumentos de trabalho padeceram como sujeitos (des)territorializados e desterrados.

Simonetti, ao analisar desterritorialização do latifúndio e a (re)territorialização do território camponês em Promissão, só foi possível mediante a luta e conquista da fração do território pelos camponeses assentados o que proporcionou a (re)construção do território camponês. De acordo com Simonetti, a presença do assentamento criou uma nova estrutura territorial, tanto para o campo, como para a cidade. A cidade se transformou no lócus das manifestações políticas das necessidades camponesas, o que possibilitou conquistas que produziu uma movimentação de recursos para os assentados, e ao mesmo tempo o assentamento tornou-se um lugar onde o campo ganhou vida traduzida nas festas, rezas, plantações, criações de animais, formação e hortas, barracões e outras, criando uma nova sociabilidade.

A autora sustenta que estas mudanças não foram o suficiente para a ruptura da lógica capitalista.

> Embora a luta pela terra e o assentamento introduzam mudanças no município na vida daqueles que dela participam, verificam-se outras relações de subordinação da produção camponesa ao capital. A presença do camponês assentado não rompe com a

> lógica do capital que, em sua reprodução ampliada, continua subordinando o campesinato (Simonetti,1999, p. 55).

Esse movimento se dá pelo processo de expansão do capital que, no momento em que o capital monopoliza o território abre, ao mesmo tempo, a possibilidade da reprodução camponesa, por meio da produção de matéria prima o camponês se reproduz, seja ele rendeiro, posseiro, parceiro ou pequeno proprietário sob o trabalho familiar. Neste momento, a autora busca "verificar através da (re)territorialização dos sem-terra em Promissão, a dimensão territorial do MST e a formação da Comunidade Padre Josimo" (Simonetti, 1999, p. 60).

A autora afirma que o assentamento é uma conquista da fração do território do latifúndio pelo MST, desta forma, esta apropriação propicia um movimento de (re)territorialização e (des)territorialização, no primeiro caso, se refere aos assentados e, no segundo, os latifundiários. "Cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos sem-terra e representa a possibilidade da (re)construção do território camponês" (Simonetti, 1999, p. 70). A novidade que o MST apresenta está em ser um movimento social que se territorializa por meio da ocupação, apropriação e conquista da terra.

Simonetti da outra contribuição de grande relevo para a geografia agrária no tocante aos movimentos sociais no campo quando esta pensa os camponeses assentados, por meio de suas trajetórias de vida e destaca a identidade dos sem-terra que se conforma, por meio, do desejo de retorno a terra que possibilitou o desenvolvimento da identidade social do grupo. A partir das reuniões, dos conflitos, dos embates e resistências os assentados perceberam que suas histórias se assemelhavam e eram frutos de uma história de exploração e dominação.

Este procedimento proporcionou um elemento comum, ou seja, uma visão social comum para eles.

> O elemento comum as trajetórias desses trabalhadores foi a (des)territorialização recente e a experiência do trabalho explorado pelo processo e produção capitalista. São essas famílias, com histórias comuns, portadoras de sonhos,

> esperanças e projetos de vida, que deram início a (re)construção do território camponês em Promissão (Simonetti, 1999, p. 108).

Simonetti (1999) menciona que os camponeses têm como categorias centrais culturais do seu universo o trabalho, a família e a liberdade. O ideal de autonomia, liberdade e autossuficiência define os valores e práticas camponesas são elementos centrais nos depoimentos das famílias assentadas. O controle do processo produtivo e a liberdade de realizar a produção, significa a reafirmação de uma condição camponesa “somente o trabalho na terra pode ser livre” (Simonetti,1999, p. 127).

Assim, pode-se observar que a busca pelo trabalho na terra, o saber produzir, a autonomia, o trabalho coletivo familiar, e o controle do tempo, da produção e da organização são aspectos fundamentais. A autora destaca que o trabalho camponês é distinto do trabalho urbano, abstrato. Como afirma Simonetti (1999, p. 131): “Nesta remontagem de um novo modo de vida, padrões fundamentais do processo produtivo e da vida social da família camponesa se explicitam. O ideal de autonomia, liberdade e autossuficiência que define os valores e a prática camponesa são elementos centrais nos depoimentos das famílias assentadas.”

A autora aponta os conflitos no interior do assentamento advindos das instituições que participaram do desenvolvimento da luta de conquista da terra. Assim, para a Igreja, a forma de organizar a produção deveria ter um caráter de vida em comunidade, para o MST, deveria ter um caráter de prática cooperativa ou associativa, e são estas novas práticas que vão impactar a vida dos assentados e gerar alguns conflitos.

Os conflitos vão surgir e se intensificar com a formação da cooperativa que se concentrou nos modos do MST, entrando em contradição com a forma camponesa: “a criação da cooperativa dividiu a comunidade, pois nem todos aceitaram trabalhar dessa maneira” (Simonetti,1999, p. 136).

Esta forma de organizar baseada no tipo associativo, controle do trabalho, controle das horas trabalhadas, das tarefas feitas por um supervisor, gerou resistências, pois limitava a liberdade do assentado de fazer seu próprio horário, de planejar e executar com autonomia todas as tarefas, isto é, a liberdade de produzir seus lotes. Na ótica da autora estes “conflitos impuseram um processo

de mudanças e rearranjos quanto ao trabalho, a vivência e a prática organizativa das famílias" (Simonetti, 1999, p. 138).

Neste momento, a autora trabalha a reconstrução do território camponês por meio de sua reprodução.

> É possível conceber os assentados e seu contexto social de reprodução, suas maneiras peculiares de socialização, educação na unidade de produção familiar, bem como em outras práticas produtivas tais como o cooperativismo que nos permite verificar as diferenciações em curso nesse grupo de assentados (Simonetti, 1999, p. 150).

A autora leva também em consideração a dimensão cultural, permitindo uma compreensão do universo simbólico das famílias assentadas. Desta forma, Simonetti organizou as famílias buscando compreender os arranjos familiares no interior dos assentamentos são eles a saber:

Indivíduo: refere-se aos casos em que um único morador vivia sozinho, produzindo no seu lote;

Famílias nucleares: são as unidades formadas pelo pai, mãe e filhos. É o tipo de família mais comum no assentamento;

Famílias matrifocais: as características dessas famílias basearam-se na autoridade da figura feminina. Há casos de viúvas com filhos, que chegaram ao assentamento nessa condição, ou perderam o marido já no assentamento;

Famílias extensas: consideraram-se famílias extensas quando existia mais de uma família nuclear morando no mesmo lote todas ligadas por vínculos de parentesco.

O assentamento foi dividido basicamente em dois grupos, sendo um onde predominavam a produção individual, em que o trabalho camponês caracterizou-se a partir do vínculo social do camponês com a terra onde o caráter familiar do trabalho passou a ser o elemento central da lógica econômica própria do universo camponês; o outro grupo se formou em torno da cooperativa que rompeu com a prática tradicional camponesa, onde as famílias trabalhavam a coletivização dos meios de produção e do emprego das técnicas racionais de gestão, produção e comercialização.

A autora chama a atenção para as dimensões essenciais da reprodução do território camponês, que se conforma na "liberdade e autonomia que associa

a liberdade de dispor do tempo da forma como quiser, remetendo ao lazer/divertimento" (Simonetti, 1999, p. 167).

Emerge desse processo um conflito entre o grupo da cooperativa que tem no trabalho coletivo e nas ações associativas seu fundamento de permanência na terra, e o grupo de reprodução individual que tem na terra e no trabalho uma lógica econômica que se traduz no tempo controlado e na autonômica das escolhas. Se no primeiro grupo o trabalho está separado de seu modo de vida, no segundo o trabalho é condição para sua reprodução e não se aliena.

> A vida familiar se separou da atividade produtiva, e também o lazer. Para a maioria desses camponeses, trabalho, família e liberdade de produzir estão estritamente relacionados à liberdade de dispor de seu tempo, tempo de trabalho e de divertimento/lazer (Simonetti, 1999, p. 167).

A terra para o camponês, evidencia a autora, é o espaço da família e da liberdade, expressão de moralidade e de autonomia, sobre a qual se realiza o trabalho do grupo e da família quanto patrimônio.

De acordo com a autora, os conflitos gerados entre os grupos romperam com a homogeneidade construída no processo de luta pela terra. Estes conflitos estão subjacentes a busca pela terra de trabalho.

> As experiências vividas por essas famílias em sua trajetória podem ter alterado ou reafirmado valores, tradições e costumes. Para alguns, o modo de ser do camponês tradicional está bem presente; para outros a racionalidade da produção, mistura-se com o ideário camponês (Simonetti,1999, p. 180).

Simonetti salienta em sua pesquisa a importância do MST para a sociedade brasileira, a luta pela terra e as transformações decorrentes desse processo, visto em seu conjunto, que vem possibilitando mudanças na sociedade brasileira, os assentamentos vão se consolidando e são uma resposta social, econômica e política a realidade política local. A autora também faz considerações em relação às práticas do movimento decorrentes dos conflitos, asseverando que:

> Os conflitos e descompassos entre o que as lideranças propõem e as aspirações dos sujeitos envolvidos nessa luta se esses últimos se organizam em movimentos sociais não é porque desenvolveram uma consciência de classe, que os homogeneizai, mas sim porque aspiram um modo de vida idealizado comum, onde possam desenvolver e realizar sua cultura, sua visão de mundo, seu modo de vida (Simonetti,1999, p. 183).

A autora afirma que a luta não é pelo socialismo, mas por um espaço alternativo que permita “sua cultura, sua autonomia, sua liberdade” (Simonetti,1999, p. 183).

A partir desta afirmação é possível propormos uma hipótese: levando em conta a diversidade de desejos e aspirações dos camponeses no interior da luta pela terra, indagamos: até que ponto a conquista do território camponês pode ser considerado conquista do território como trunfo do MST?

A nosso ver, um dos pontos mais relevantes da pesquisa de Simonetti é sua análise dos conflitos no interior do assentamento que até então não tinha sido analisado. Ao enfrentar esta questão a autora contribui de forma essencial para os estudos de geografia agrária ao demonstrar em sua investigação que a busca pelo território livre não termina ou se define com a conquista da terra pelos assentados e que o movimento do capital se desdobra no cotidiano do assentamento.

A pesquisa da referida autora busca a compreensão, por meio da Geografia, da realidade dos camponeses na sociedade brasileira contemporânea, tendo como ponto de partida a luta pela terra organizada pelos trabalhadores ligados ao MST, e, por sua vez, verifica, como e porque trabalhadores que possuem em comum a vivência da exploração/des-territorialização do campo, ainda alimentam o desejo de retorno à terra e de retorna ou vivenciar atitudes e valores de um estilo de vida baseado no universo camponês.

Desta maneira, por meio, de uma abordagem histórico-dialética e, a partir da temática dos movimentos sociais e a luta pela terra, tendo como pano de fundo as migrações, a proletarização e a reprodução social na cidade e no campo, a autora trouxe como contribuição para os estudos geográficos agrários, agrários o conceito denominado pela autora de (re)construção do território camponês, por meio, da dinâmica de resistência que se traduz em conquista da

fração do território fruto da contradição do processo de des-territorialização do território camponês pelo processo de produção capitalista culmina com a (re)territorialização por meio do MST.

Na busca da compreensão das trajetórias de vida que permite analisar a dimensão da construção do lugar de forma simbólico cultural, na busca da autonomia, liberdade e da cultura camponesa. Este conjunto de elementos traduz o momento histórico que Simonetti trabalha, e um processo em que o território é apreendido como síntese contraditória e totalidade concreta e com suas mediações dispõem para sua conformação frações do território em processos distintos.

2.7 - A Beiradeira

O texto a seguir nos permite pensar o território sob a ordenação jurídica, por meio das disputas de terras que são a conformação do estudo de Torres (2008) "**A beiradeira e o grilador ocupação e conflito no Oeste do Pará".**

O estudo versa sobre a expansão dos latifúndios de grandes empresas, das monoculturas e da especulação das terras sobre as terras de quilombolas, indígenas e populações de ribeirinhos, ou beiradeiros: "Estes habitam a faixa à regem do rio no Alto Tapajós entre as áreas interditadas administrativamente, em fevereiro de 2005, pelo governo federal em resposta ao assassinato da missionaria Irmã Dorothy Stang em fevereiro de 2005" (Torres, 2008, p. 19).

Um conflito se instala entre a empresa Indussolo, que chega em 1974 na região e os beiradeiros que estão na região desde meados do século XIX, enquanto para o primeiro é terra de negócio, sob a posse dos títulos de domínio que dão plenos direitos sobre a terra, para o segundo e terra de trabalho, onde o direito a terra não se separa do trabalho. Neste momento, para o autor "chocam-se, antes, formas distintas e incompatíveis de acesso à terra" (Torres, 2008, p. 23).

Neste processo conflitante se alia outro ator, o Governo Federal e seu projeto de criação de uma Unidade de Conservação local. Para a compreensão de seu estudo Torres traz dois conceitos para fundamentar sua pesquisa.

Primeiro o território: o território do Alto Tapajós era de uso comum e familiar, não eram limitados, por isso o uso, era baseado no consenso dos

grupos, envolvidos, seringueiros, quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Assim o autor pensa o território a partir das formas de uso e ocupação do espaço levando em consideração seus aspectos antropológicos, os usos, costumes e tradições, envolvendo destas formas laços de parentesco, vizinhança, solidariedade e reciprocidade.

Assim, o território ocupado pelos ribeirinhos no Alto Tapajós, determina-se, também, pelos seus regimes de propriedade, conhecimentos da floresta, vínculos de afetividade, memória histórica da ocupação, conflito enfrentado pela terra (e a forma de enfrentamento) e mais um sem-número de traços e categorias criadas em comum e historicamente estabelecidas por aquele grupo e para aquele espaço (Torres, 2008, p. 35).

Segundo os lugares: para compreender os lugares o autor usa uma articulação entre a apropriação individual ou familiar e o usufruto comum da terra e da floresta. Torres usa os termos usados pelos ribeirinhos como lugares e moradas afirmando que

> são unidades sociais que estabelecem um importante plano na organização social a partir do qual, as pessoas são definidas como os de dentro e consequentemente agrupadas, ou tidas como os de fora. As relações de sociabilidade, de trabalho e, a própria história de cada um na terra são critérios determinantes para esse entendimento" (Torres, 2008, p. 45).

Os ribeirinhos tratados no texto pelo autor são classificados como camponeses a partir da visão de Oliveira. Este entende que o campesinato integra o próprio processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que explicaria sua persistência o desenvolvimento do capital não seria, então, resultado de relações exclusivamente capitalistas de produção, ou seja, o capital cria e recria relações não capitalistas de produção.

O campesinato seria a segunda corrente, concebido como uma classe social do capitalismo e produto das contradições da própria expansão do capitalismo (Torres, 2008, p. 60). Torres considera também a família, a terra e o trabalho como fatores que ordenam o mundo do camponês.

Segundo o autor, existe uma geografia da memória, isto é, o autor traz à memória dos ribeirinhos para a compreensão do espaço. Assim afirma este que o espaço e a memória dos ribeirinhos se fundem: "a memória se referência pelo

espaço” (Torres, 2008, p. 85). Desta forma, o autor assevera que do conflito estabelecido entre a memória oficial e a memória coletiva do grupo, quando sofrem com a expropriação de suas terras, se expropriam também das lembranças, na medida em que se perde a matéria prima da memória o espaço. Isto permite aos ribeirinhos um processo de pertencimento, por meio, da identidade do território e das lembranças.

Neste processo, afirmamos que o autor apresentou uma vertente de possível compreensão do território, mesma tendo a base material e a econômica, sob o ordenamento jurídico, estas se entrelaçam com o viés antropológico, mais simbólico, por assim dizer, que permite a nosso ver uma abrangência do conceito de território cunhado por Oliveira.

Assim, podemos, de forma assertiva, dizer que o território jurídico da geografia agrária se conforma sob o tripé latifúndio, Estado e campesinato, amalgamados com o poder político, sob o processo da ampliação do capital na busca da monopolização do território.

CAPÍTULO 3

3.1- O trabalho

O trabalho do camponês entra na composição da força produtiva sob o modo de produção capitalista conjugado pela unidade do trabalho e seu meio de trabalho exercendo domínio e controle sobre estes. O trabalho na terra é familiar e fruto da atividade coletiva do camponês, assim o trabalho, não está alienado, pois não há estranhamento entre o trabalho e o fruto do trabalho, pois o camponês tem autonomia em relação a produção social, o que lhe permite uma sociabilidade peculiar.

A dialeticidade entre terra de trabalho e terra de negócio revela a dramaticidade do campo brasileiro, pois encerra o conflito obstinado das classes sociais, e é, por meio do seu trabalho na terra, que o camponês vive seu antagonismo.

Este processo determina as relações sociais do campo brasileiro que, num primeiro momento, os proprietários de terra, ou seja, os capitalistas-latifundiários, tem na terra seu empreendimento capitalista, seu instrumento de

exploração, e buscam se apropriar da maior parte do produto social fruto do trabalho familiar camponês sob a lógica da extração da renda da terra.

3.2 Poeira

A abordagem feita por Silveira (1982), em seu estudo "**Poeira e sumo nos olhos dos que produzem:** um estudo sobre o trabalhador rural residente urbano e suas condições de vida no município de Bebedouro" demonstra o processo de territorialização e monopolização do capital no interior do Estado de São Paulo. "Assim, a territorialização do monopólio e a monopolização do território, estão constituindo-se em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo" (Oliveira, 2003, p. 12). Silveira (1982) estuda os trabalhadores rurais em suas relações sociais de produção "no município de Bebedouro, que se localiza no Planalto Central de São Paulo, na microrregião fruticultora de Bebedouro" (Silveira, 1982, p. 10).

A autora destaca em sua investigação a composição territorial de Oliveira, por meio do processo de expansão do capital que, por seu turno, impacta de forma densa o trabalho, a produção e o processo de industrialização do campo. Assim, o estudo de Silveira (1982) se propõe a analisar a situação do trabalhador rural residente urbano em Bebedouro e como se dão as relações de trabalho e produção nas quais estão inseridos estes trabalhadores.

A autora para compreender a dinâmica do processo de formação econômica social capitalista usa a categoria trabalho e lugar.

Trabalho: "o trabalho se realiza através da força de trabalho que era potencial e que se transforma em ação. Este trabalho é condição de vida do homem, é uma necessidade perene e natural, uma vez que é através do trabalho, que se realiza o intercâmbio entre o homem e a natureza" (Silveira,1982, p. 07).

Lugar: o espaço se manifesta em diferentes escalas e lugares, desta forma o homem ao transformar a natureza pelo trabalho, lhe permite habitar, produzir e consumir, deste intercâmbio entre o homem e a natureza emerge o lugar social.

> Há alteração na sua condição de vida, na forma de consumo e também no que diz respeito aos problemas e adaptação na cidade, pois lançados no mundo urbano onde as relações são muito mais complexas, e se veem frente a situações desconhecidas o que os leva muitas vezes a, embora estarem economicamente engajados no processo produtivo, sentirem-se socialmente marginalizados (Silveira, 1982, p. 20).

Para analisar este processo a autora traz os pressupostos teóricos e metodológicos que se fundamentam no materialismo histórico. Silveira desenvolve uma análise voltada ao modo de produção capitalista em sua estrutura e superestrutura, tendo o capital como dominante. Isto gera uma forma de exploração da força de trabalho que passa a ser subjugada pelo capitalista na figura dos proprietários de terra e dos meios de produção.

Com o capitalismo se desenvolvendo, o trabalhador rural passa a vender sua força de trabalho para o empregador para receber um salário, donde o proprietário extrai sua mais-valia, ou o lucro. O trabalhador rural envolvido neste modo de produção vive sob duas formas de exploração, a saber:

Primeiro: na subordinação formal do trabalho ao capital, fundamentada na mais-valia absoluta que se dê entre o capitalista e o proletário que vende sua força de trabalho (Silveira, 1982, p. 23);

Segundo: na subordinação real do trabalho ao capital, isto se dá quando são desenvolvidas todas às formas que produzem a mais-valia. (Silveira, 1982, p. 23)

> Foi com a citricultura que o município de Bebedouro entrou neste processo de forma mais densa, além de se recuperar da crise cafeeira que abalou a sua economia atingiu uma nova etapa do desenvolvimento agrícola, ou seja, a da articulação entra Indústria e Agricultura, fato este que levou a agricultura a depender, em maior escala, da indústria em maior escala, da indústria, não somente como mercado consumidor de máquinas, equipamentos e insumos modernos, mas também como fornecedor de matéria prima para mesma. (Silveira,1982, p. 48).

A modernização do campo brasileiro sob o processo que deflagrou a junção agrícola e industrial, por sua vez, proporcionou a mecanização do campo e a expansão da produção, que consequentemente, alienou a força de trabalho e promoveu o trabalho assalariado, que se generalizou no município de

Bebedouro, e fez surgir o trabalhador rural. “Este processo levou a transformação das relações de produção e trabalho trazendo, como consequência, a mudança dos trabalhadores rurais para a cidade, engrossando consequentemente, o contingente de mão de obra desempregada e subempregada” (Silveira, 1982, p.10).

Neste processo das relações de produção que aliena a força de trabalho, tanto trabalhadores urbanos rurais quanto os trabalhadores rurais passam a receber um baixo salário, mas, no tocante à moradia, Silveira aponta que os trabalhadores rurais moram nas periferias distantes do local da cidade e de seu local trabalho, em condições de precariedade: “são distantes do centro da cidade, as casas são barracos dispostos um ao lado do outro, não possuem infraestrutura” (Silveira,1982, p.103). Com estas condições precárias os bairros passam a serem assistidos por entidades sociais de apoio.

Para a compreensão das formas de contratação da mão de obra no município, a autora formulou algumas classificações que agora apresentamos:

Residente rural: contratado pelos proprietários rurais, é o trabalhador que reside na propriedade em que trabalha, não havendo separação entre o local de moradia e o local de trabalho; assalariados permanentes;

Residente urbano: contratados pelos proprietários rurais são, em sua maioria, recrutados para suprir necessidades da propriedade, principalmente em épocas quando há muito trabalho a ser feito e quando a mão de obra residente na propriedade não é suficiente; contratados pelos empreiteiros são trabalhadores subcontratados pelos empreiteiros que se responsabilizam pelo transporte, registros;

Assalariados temporários: mão de obra mais barata, sem registros em carteira, tem uma situação mais fragilizada, pois com o término da colheita os trabalhadores ficam desempregados;

Assalariados permanentes: existe em menor número, pois com este a obrigação empregatícia durante o ano todo, e estes são utilizados para desempenharem diversas atividades de serviços;

Residentes em outros municípios: são os trabalhadores residentes em outros municípios e que são recrutados na época da colheita quando a mão de obra residente no município não é suficiente para suprir as necessidades dos serviços durante o período de colheita;

As mulheres: também trabalham na lavoura, mas, sobretudo, no momento da colheita, e também desempenham outras atividades tais como “empregadas domésticas, lavadeiras ou faxineiras na cidade, sendo então a mão de obra feminina, reserva de mão de obra tanto para a família quanto para o sistema” (Silveira, 1982, p. 116).

Estes trabalhadores foram premidos pelo processo capitalista de produção em sua expansão e se refugiaram nas periferias da cidade do município de Bebedouro, a partir de um fenômeno chamado de trabalhador volante, este é um trabalhador agrícola que mora fora das fazendas, nas periferias das cidades, e que trabalha em regime de empreitadas nas áreas rurais.

Este trabalhador é fruto do êxodo rural. Conforme Silveira “o fenômeno do êxodo rural foi o fator de principal importância para explicar a urbanização do município a qual é fruto das transformações econômicas que se verificou na área” (Silveira, 1982, p. 91). De acordo com a autora, o êxodo rural acelerou o crescimento urbano do município de Bebedouro, desdobrando-se na periferia e produzindo espaços precários denominados de favelas, ou seja, o impacto da ordem capitalista se traduziu no modo de vida do trabalhador rural em Bebedouro e sua escolha pela cidade.

Os trabalhadores têm um reverso na moradia, esta não é mais na fazenda, é na cidade e de aluguel, ou nos bairros de periferia. Este movimento do êxodo rural, da urbanização, da perda dos meios de produção, do distanciamento da terra de trabalho e da moradia, gera graves problemas sociais como o alcoolismo. Estes trabalhadores rurais urbanos na busca da sobrevivência se deslocam para as periferias das cidades.

> Vão para o campo trabalhar, da mesma maneira que iriam para uma fábrica ou qualquer outro local de trabalho. Mudaram as relações de trabalho, talvez isto se desse ao fato de não talvez mais a identidade com a terra, uma vez que não é mais a terra a fonte de sustento, mas sim o salário conseguido através de venda de sua força de trabalho (Silveira, 1982, p. 123).

A autora considera que este processo de desenvolvimento agrícola proporcionado pela citricultura no município de Bebedouro, sob a industrialização do campo, ocasionou a passagem da subordinação formal do

trabalho ao capital para a subordinação real do trabalho ao capital e, por conseguinte, transformou as relações sociais de produção, os modos de vida dos trabalhadores rurais, tornou precária a vida e o trabalho desta população.

> Este processo em marcha da expansão do capitalismo faz com que a questão central para estes trabalhadores, não seja mais o acesso às terras, mas sim a luta por melhores condições de trabalho, expressa principalmente em melhorias salariais. Como consequência o Sindicato passa a ser o órgão procurado pelos trabalhadores, o único representante do agora, trabalhador coletivo (Silveira, 1982, p.132).

Silveira demonstra que as diferenças entre o rural e o urbano não existe mais, existem os interesses dos trabalhadores rurais, que passam inteiramente pelos mesmos interesses dos trabalhadores urbanos, pois estes vivenciam periodicamente os dois tipos de emprego.

Este procura analisar a situação do trabalhador rural residente em Bebedouro e como se dão as relações de trabalho e produção nas quais estão inseridos estes trabalhadores, e, por conseguinte, propõe uma solução do problema geográfico por meio da categoria trabalho, para compreender a dinâmica do processo responsável pela formação econômica social capitalista existente no país.

A partir da temática do desenvolvimento agrícola (industrialização do campo), tendo como pano de fundo a filosofia materialista dialética, a autora trouxe sob o olhar sobre o êxodo rural, a urbanização, a luta pelas melhorias salariais e suas consequências modo de vida do trabalhador rural, na transformação e na subordinação da força de trabalho ao capital, e, por conseguinte, o surgimento o trabalhador rural residente urbano ou o operário rural.

Este processo passa pela compreensão das relações capitalistas de produção diante das forças produtivas que se dão na agricultura brasileira e, por seu turno, a autora procura afirmar que houve uma unificação do mercado de trabalho onde as separações do rural e do urbano deixam de existir, e por sua vez, o trabalhador rural torna-se coletivo, lutando, não mais pelo acesso a terra, mas por melhorias salariais.

Quando Silveira privilegia a transição da agricultura decadente do café para a agricultura da citricultura, isto é, as transformações ocorridas no processo produtivo, esta demonstra o deslocamento do capital para dentro do interior paulista onde se conformam um desenvolvimento da agricultura comercial, subordinada a indústria e, por conseguinte, consumidora de maquinários, equipamentos, insumos e fornecedora de matéria prima.

Este processo produziu a inserção do trabalhador rural em novas relações de trabalho e produção sob o capital.

> Coloca o camponês diante da necessidade histórica da sua própria transformação como produtor individual. Revela-lhe, portanto, a necessidade histórica da incorporação da cooperação no processo produtivo, e consequentemente da sua transformação de trabalhador individual (familiar) em trabalhador coletivo (Oliveira, 1990, p. 83).

Desta forma, quando a autora propõe o olhar sobre a categoria trabalho para a compreensão da geografia agrária, traz um elemento de grande relevo na inteligibilidade do modo de vida da população brasileira, demonstrando, a nosso ver, como esta categoria pode ser reveladora da luta de classes sob a modernização do campo brasileiro.

3.3 – A Trajetória

Callai (1983) e sua pesquisa sobre "**A Trajetória e expropriação:** o colono e a formação de colônias novas" traz uma dimensão sobre região que demonstra as possibilidades do materialismo histórico sob a categoria do território de Oliveira, que contemple a formação territorial: "este conceito dá conta de todo o espaço que compõe o território nacional. É o espaço geopolítico do Estado brasileiro. É o espaço de produção e reprodução do capital" (Callai, 1983, p. 28), em sua dinâmica econômica e ampliação.

A autora desenvolve sua investigação perscrutando as trajetórias dos imigrantes europeus e seus descendentes na sua instalação na região, suas condições de trabalho, as transformações ocorridas e a configuração da Região de Colônias Novas que ficam ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, e o setor

fundamental do desenvolvimento econômico e social da região, que é a atividade agrária.

Na busca de compreender a organização espacial e a formação regional, a autora lança luz sob a categoria trabalho, mas, está só lhe interessa a partir do momento em que permite um olhar no movimento dialético entre as forças produtivas e as relações de produção que se articulam no desenvolvimento do modo capitalista de produção.

> Toda a região tem a sua história e como tal é pressuposto básico que quem nela vive, a compreenda para saber encaminhar o seu trabalho. A dinâmica das relações que hoje ocorrem, nesta "região" estão inseridas num contexto, decorrente de um lado, da própria trajetória dos imigrantes europeus e seus descendentes na sua instalação no Rio Grande do Sul, e de outro lado, da vinculação desta região ao conjunto do território nacional. (Callai, 1983, p. 02).

Assim, Callai, ao retomar o conceito de Oliveira (1983) sobre a subordinação da renda da terra ao capital no modo capitalista de produção, destaca a agricultura e sua produção agrícola como o setor responsável por dinamizar a organização do espaço. Considerando a organização espacial, as relações de trabalho, a forma de organização da produção e as relações sociais, a autora define seu conceito de região:

> Neste sentido a região de colônias novas se forma, se configura, integrada ao conjunto do desenvolvimento nacional, marcado, no entanto, por uma especificidade na reprodução do capital. Esta forma de produção e reprodução do capital cria características de homogeneidade dentro de uma determinada porção do território, cuja característica básica é a heterogeneidades características se referem a relações de trabalho, à organização da produção, às relações sociais e a própria organização do espaço (Callai, 1983, p. 04).

Callai faz uma ressalva para compreensão da região proposta por ela, assevera que se deve observar o espaço que vai se formando, que vai sendo criado, suas articulações internas em conjunto com o território nacional, suas contradições e seus reflexos da reprodução ampliada do capital a nível internacional.

A autora evidencia o processo crescente de especialização da agricultura em detrimento da policultura e da produção para o consumo, em favorecimento de uma agricultura cuja produção é essencialmente comercial. Cabe aqui uma observação de grande monta para a geografia, assim, do ponto de vista da nossa pesquisa esta análise nos parece que é a primeira e única que traz a categoria de região como possibilidade de leitura na geografia agrária.

A autora salienta que os imigrantes colonos se caracterizam pela pequena produção agrícola, em moldes familiares, “a colônia, célula básica da produção agrícola da região, produz e reproduz o colono, como elemento produtor” (Callai, 1983, p. 07). Este colono é fruto do movimento do capital para que este se viabilize na região. “Os homens, sob o modo de produção capitalista, não são iguais, não produzem da mesma forma. Estas diferenças aparecem no espaço” (Callai, 1983, p. 07). Mas, a apropriação deste espaço é regulada essencialmente pelo preço da terra, conforme Callai.

Um dos pontos relevantes desta pesquisa é a categoria do colono sujeito social que a autora traz para o interior de sua reflexão, o relevo reside também no fato de buscar demonstrar as conexões históricas entre a sociedade e seu modo de produção, substantivando o colono como fruto do embate da luta de classes que graça o campo brasileiro “para tanto o capital cria e recria o colono” (Callai, 1983, p. 08).

A autora demonstra, no âmbito da geografia, as várias formas e facetas assumidas pelo capital, revelando o funcionamento da economia, da problemática do modo de produção ou das estruturas fundantes das relações sociais do campo brasileiro. Deste modo, Callai prima pela análise dos níveis de território sob o conjunto nacional que tem a região como uma porção particular do território. Assim, para Callai, a região tem distintos níveis de reprodução do capital: “Região, aqui entendida no sentido que adquirem as relações de produção e de trabalho em um determinado espaço, e as alianças que se fazem com o conjunto nacional no processo de subordinação, ao modo de produção capitalista” (Callai, 1983, p. 07).

A região ganha em relevo a partir das imigrações da subordinação do capital que traz a região como resposta às suas necessidades de ampliação, e nesta região de pesquisa da autora a particularidade se dá na pequena produção agrícola de subsistência. Este processo produz uma região “de ocupação, nas

formas de produção, nos tipos de cultivos, na estrutura socioeconômica, na estrutura fundiária e na constante necessidade de expansão da fronteira agrícola" (Callai, 1983, p. 32).

Desta maneira, a Região proposta pela autora está vinculada à noção territorial de Oliveira, pois, traz no seu bojo a renda diferencial que é a base da segunda natureza, a natureza recriada, e, por conseguinte, transformada é aquela que contém investimentos de capital em adubos, corretivos, fertilizantes e outras. Em que o homem vai tornando-se cada vez mais dependente do capital e a sua integração pela tecnologia subjuga o homem. "Ao se considerar o espaço como uma noção abstrata que é, a forma de intermediação até a realidade concreta em que se vive é o território" (Callai, 1983, p. 206). Segundo Callai a transferência de excedente da região permite a acumulação do capital, e quando inserido na divisão territorial transfere está para outras regiões do país.

Dessa forma, a dinâmica da colônia produz e reproduz o colono com todas as suas características, ao mesmo tempo em que mantém uma agricultura subordinada ao capital pela extração da renda da terra. Quando inserida no circuito, essa renda é transferida para o capital financeiro e, posteriormente, repassada ao capital industrial e comercial. Segundo Callai (1983, p. 201), "é através destas características que se expressa o desenvolvimento do capitalismo na região. É esta, neste momento, a participação da região no processo de acumulação do capital em nível nacional e global".

> Outra questão interessante é a que se refere ao uso monopolista do espaço. Os mercados estão todos integrados, a produção pra consumo (inclusive a de alimentos – frutas, verduras, legumes) não é mais regionalizada, é nacionalizada. Tende a ocorrer a homogeneização do espaço pelo capital. Não é só a agricultura que o capital subordina, é também a indústria, o comércio. Substituem-se as casas comerciais, as pequenas fábricas de capital local e familiar pelos grandes capitais industriais e comerciais, nacionais e interacionais (Callai, 1983, p. 201).

A produtividade que encerra as relações de produção, o trabalho, a força de trabalho, ou seja, ato de produzir também é o ato de produzir o território, isto é, como os homens trabalham assim suas relações de produção e vivem demonstram como organizam seu espaço e constitui sua região.

O que observamos é que o estudo sobre a região parece menos urgente e, talvez por isso, tenha sido pelos menos momentaneamente colocado de lado nas investigações dos estudos agrários; talvez tenha sido vítima de preconceitos, ou de uma forma ou de outra a geografia se empobrece quando excluí suas categorias de análise, deixando assim de ampliar suas pesquisas e contribuir de forma mais generosa no campo das ciências sociais.

3.4 – Monopólio

Thomaz Júnior (1988) em "**A Territorialização do monopólio:** as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal" lança luz sobre:

> O entendimento e à discussão do processo de estruturação e reestruturação do território capitalista. Temos como referencial o processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo, através do estudo de uma realidade concreta: os exemplos das usinas sucroalcooleira instaladas no município de Jaboticabal (Thomaz Júnior, 1988, p. 01).

A preocupação do autor está nas transformações que se processam nas relações de trabalho e de produção, daí sua necessidade em procurar manter como eixo teórico as especificidades das formas de uso e exploração do território:

> As formas concretas territorializadas historicamente, através das relações sociais que se travam entre as classes sociais em luta, onde as relações capitalistas de produção tendem a se ampliar e a abranger toda a sociedade. São estas relações e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território (Thomaz Júnior, 1988, p. 01).

Este procura a materialização da gênese do processo da metamorfose de colono em proprietário de terra. "É a família camponesa que se transforma em capitalista, e se integra em todo o sistema produtivo, comercialização e gerenciamento do empreendimento" (Thomaz Júnior, 1988, p. 46). Assim, o autor analisa a trajetória da família Bellodi, destacando a transformação de:

> Colonos de café, para pequenos proprietários de terra, depois para pequenos produtores de pinga e de açúcar e, em seguida, para um dos maiores grupos sucroalcooleiros do estado de São Paulo. Analisamos também o papel decisivo e direcionador do Estado, via IAA, neste específico da economia do país (Thomaz Júnior, 1988, p. 01).

De acordo com Thomaz Júnior (1988), emergiu uma forma de organização das relações no campo que permitia a ampliação e a expansão do capital, concomitantemente à lavoura cafeeira, preservando, consequentemente, a economia fundiária de exportação. Nesse sentido, o autor afirma que “o capitalismo, no seu processo de expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igualmente e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (Thomaz Júnior, 1988, p. 17).

A família Bellodi entra na análise do autor como paradigma da acumulação capitalista no campo. Ao investigar esta família por meio de seus recursos de economias resultantes dos ganhos da lavoura de café e com ganhos da economia de excedente conseguiu adquirir, em 1911, sua primeira propriedade, dando início a sua expansão e possibilitou tornarem-se grandes usineiros, “podemos afirmar que 1911 é um marco significativo no processo de gênese do que seria mais tarde o grupo Bellodi, pois foi a primeira aquisição de terra, o que expressa as contradições existentes nas relações de produção e de trabalho no sistema de colonato” (Thomaz Júnior, 1988, p. 21).

Nesse sentido, a aquisição da propriedade privada constitui o ponto em que se articula a relação entre capital, trabalho e Estado. Assim, na construção do monopólio agroindustrial da fase concorrencial a monopolística, o autor destaca a saga da família Bellodi e sua estratégia que diversifica seus negócios indo desde pecuária, passando pela produção de farinha de mandioca até a lavoura canavieira, que proporcionou a produção da água ardente e rapadura.

A intervenção do Estado, por meio dos incentivos para a produção, dos recursos financeiros com juros irrisórios para as usinas foi a tempestade perfeita, pois proporcionou a conformação da modernização da produção da agricultura paulista a reprodução e acumulação do capital agroindustrial.

A família Bellodi subiu na esteira da modernização da agricultura ao ingressar no setor canavieiro por meio da compra de terras (propriedades

pequenas e médias) e de alambiques onde monopolizou a produção da cana-de-açúcar em um processo crescente de tecnificação e modernização da agricultura, alinhavado com a concentração de terras.

Assim, foi possível a territorialização do monopólio agroindustrial que se caracterizou pelo salto qualitativo em sua produção, expansão das usinas, sua concentração e, por conseguinte, a centralização do capital agroindustrial canavieiro, com o surgimento do Proálcool a partir de 1975 (Thomaz Júnior, 1988). Por conseguinte, o processo de expansão, de acumulação e reprodução do capitalismo no campo, ancorado, novas tecnologias, juntamente com a unificação da agricultura e da indústria, possibilitaram a sujeição da renda da terra ao capital.

> O processo de materialização das relações de produção capitalista no campo via internacionalização do modo de produção capitalista, dá-se de forma contraditória e a apropriação da rena da terra pelo capital tem por um lado, a unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa é o que acontece com a cana de açúcar em São Paulo – e de outro, processo de sujeição da renda da terra ao capital nos setores de produção não de capitalistas: por exemplo, na propriedade familiar de tipo camponês (Thomaz Júnior, 1988, p.84- 85).

Aqui, a renda da terra ganha uma feição nova, isto é, está se dá “sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção” (Thomaz Júnior, 1988, p. 85) sob os rearranjos das relações de produção no interior da expansão capitalista de trabalho na agricultura “se especializa dando uma feição toda particular ao território, ou seja, territorializa-se monopolizando o espaço” (Thomaz Júnior, 1988, p. 89).

> Essas transformações ocorridas na agricultura via modernização bem com a apropriação da renda da terra, são o baluarte do processo de territorialização do monopólio capitalizado pelas empresas sucroalcooleiras do estado, o que tomará expressão mais significativa a partir da segunda metade da década e 70 (Thomaz Júnior, 1988, p. 86).

A ascensão da família Bellodi demonstra as contradições no sistema capitalista que impõe a acumulação de capital sob dois movimentos sucessivos e complementares para a adequação da expansão e reprodução do grande

capital, num primeiro movimento impõe a concentração em uma única empresa e, no segundo movimento, este mais complexo, centraliza o capital por meio das fusões de vários capitais individuais em um só. Desta forma, o autor promove uma reflexão densa no interior da geografia agrária, pois revela a dinâmica das estratégias de extrair a renda da terra sob a exploração e usos do território.

Do ponto de vista do autor surge uma complexa relação capitalista, tanto o momento da produção, distribuição, circulação, quanto no consumo, na produção e na reprodução ampliada do capital que só se efetivam com o apoio do poder do Estado que em suas funções normativas, executivas e reguladoras permitem a drenagem da renda da terra para os usineiros.

> Dito isto, torna-se imprescindível para se discutir o capitalismo no agro - suas feições, caráter e dinâmica entra nas vicissitudes em que o capital se empenha para garantir sua reprodução. Monopólio na circulação, monopólio na produção; estes dois conceitos permitem, ser compreendido de forma clara, discutir o processo de apropriação da renda da terra que, dará a direção a usos capitalistas do território, também diferentes, ou seja, a territorialização do monopólio e a monopolização do território, que no fundo traduzem, o monopólio na produção, em a circulação respectivamente (Thomaz Júnior, 1988, p. 102).

Essa trama da complexidade que envolve a mediação do Estado e usineiros da agroindústria compõe uma exploração e ocupação do território que oprime os pequenos e médios produtores sob a dependência das indústrias. Este processo predatório e perverso reuniu na mesma figura o empresário, o industrial, e o proprietário. “A monopolização do território monopólio, da circulação expressa justamente esse processo de organização e uso do território, por parte do capital industrial” (Thomaz Júnior, 1988, p. 102).

Este segmento ancorado no Estado proporcionou, por conseguinte, a concentração da propriedade e da posse de terras se desdobrando nas relações de trabalho e de produção a partir da incorporação das técnicas produtivas, inovações nas linhas de produção e outras, impactou também a forma de assalariamento. “Em outras palavras, o território é monopolizado, tendo como agente determinador a usina, que cresce, aumentando sua capacidade de produção” (Thomaz Júnior, 1988, p. 116). A dinâmica da construção do conceito

do autor vai se desdobrando entre forças produtivas, modos de produção e o capital sob a luta de classes.

Nesse sentido, a aquisição da propriedade privada constitui o ponto em que se articula a relação entre capital, trabalho e Estado. Na transição do monopólio agroindustrial da fase concorrencial para a monopolística, o autor destaca a saga da família Bellodi, cuja trajetória personifica a figura do empresário-fazendeiro, formada no contexto de expansão do capital.

Embora contingente, a família Bellodi é representativa do perfil dos grupos econômicos que atuam no campo brasileiro. Sua estratégia de diversificar os negócios, abrangendo pecuária, produção de farinha de mandioca e lavoura canavieira, esta última possibilitando a fabricação de aguardente e rapadura, evidencia o processo de inserção desse grupo na dinâmica da territorialização.

Tal processo concretiza a territorialização do monopólio da agroindústria canavieira, resultante do encontro contraditório entre capital e trabalho, ambos subsumidos às relações de produção e às forças produtivas no interior do modo de produção capitalista.

Outro aspecto de relevo na investigação do autor é quando este apresenta as práticas de arrendamento e parcerias onde este demonstra que se oculta nestas práticas a extração da mais-valia, pois se apresenta como relação de produção não capitalista, mas articulada com as empresas capitalistas. Desta forma, assevera o autor, quando há a concentração da categoria de usineiros e fornecedores mediante a anexação de terras, arrendamento, parceria e compra, emerge o caráter monopolista do território. “Estas parcerias e arrendamentos entram como categorias semelhantes que se unificam numa conjuntura onde são recuperadas pelo grupo usineiro como prática efetiva para expandir seus domínios sobre parcelas do território” (Thomaz Júnior, 1988, p. 232).

Isto é, tanto a parceria quanto o arrendamento passam a ser uma alternativa mediante o processo de aquisição e anexação de terras permitindo a ampliação do capital e a territorialização monopolista agroindustrial canavieira do grupo usineiro, se atrela na consumação do produto.

> Quer-se mostrar que a expressividade da trajetória monopolista do processo de anexação de terras pelos grupos usineiros paulistas, em especial o grupo Bellodi, mantém estreita relação com a produção da mercadoria final, ou seja, o produto através

> de cuja venda o capitalista vê seu objetivo concretizado – a cumulação ampliada do capital (Thomaz Júnior, 1988, p. 192).

Este processo de monopólio agroindustrial territorializado discutido pelo autor demonstra o uso capitalista do território, em bases monopolísticas “as pequenas tendendo às médias. É o lastro do processo de territorialização e da possibilidade da extração da renda da terra. Vista de forma abrangente. É a própria dinâmica das transações envolvendo o meio de produção e a terra como um investimento capitalista” (Thomaz Júnior, 1988, p. 201).

A lógica que se encontra na dinâmica da territorialização monopolista do grupo Bellodi, dado sua relevância financeira dificulta a resistência dos pequenos produtores em suas investidas de aquisição de terras. Os que conseguem não vender, assevera Thomaz Júnior, tornam-se arrendatários, trabalham em parceria ou fornecedores de cana para o grupo, que ao mesmo tempo em que se especializam na monocultura mediante a racionalização da produção e se espacializam no município de Jaboticabal.

> Em suma, o fracionamento da propriedade a terra, quando da aquisição de pequenas e médias propriedades, se visto dentro da dinâmica da anexação de terras, do uso/exploração do território, o que se tem concretamente é uma profunda reconcentração da estrutura fundiária do município de Jaboticabal. Essas pequenas porções de terras adquiridas pelos usineiros, em especial o grupo Bellodi, são anexadas, formando no todo, as grandes propriedades (Thomaz Júnior, 1988, p. 209).

A extensão deste processo vai impactar nas relações sociais de produção no conflito de classes, ou seja, “de um lado, os grandes proprietários de terra; de outro, o proletariado, sendo esta constituída na maior parte pelos boias-frias” (Thomaz Júnior, 1988, p. 221).

A territorialização monopolista da agroindústria canavieira vai se especializando de forma contraditória com a luta de classes, sob a evidência da renda diferencial I (fração do trabalho excedente), que se adensa graças a intensificação do uso de adubos químicos, conservação do solo, tratos, defensivos agrícolas, selecionamento de mudas mais resistentes e produtivas, inovações tecnológicas, modernização e racionalização da produção.

Isto visto em seu conjunto estabelece outra dinâmica no processo no uso e exploração do território que a monoculturização da cana impõe, segundo Thomaz Júnior este processo acaba “consolidando e dando uma feição particularizada ao processo de territorialização” (Thomaz Júnior, 1988, p. 271).

A nova distribuição da força de trabalho na agricultura: as lutas rurais nas cidades. Dada a lógica da reprodução do capital na agricultura agroindustrial canavieira pela territorialização do monopólio determinado pela ascensão dos grupos usineiros no estado de São Paulo se produz, concomitantemente, de forma dialética, sua negação.

Ou seja, os trabalhadores rurais, os boias-frias, que são em alguns casos os ex-proprietários das pequenas e médias fazendas, e/ou seus funcionários, tornam-se o reflexo direto deste movimento contraditório da luta de classes. Com as inovações tecnológicas, a modernização da agricultura de acordo com Thomaz Júnior abre-se uma possibilidade histórica por parte da classe trabalhadora, que homogeneíza suas reivindicações e se organizam em sindicatos.

> Ao mesmo tempo em que o capital se territorializa desterritorializando camponeses e trabalhadores que estavam disseminados pelo campo, abre a possibilidade histórica de concentração destes proletários nas periferias das cidades. Ou seja, com o mesmo ímpeto que o capital se concentra, ele concentra os trabalhadores. No bojo deste processo dialético, ampliam-se as possibilidades do trabalho sindical e do desenvolvimento da consciência coletiva (Thomaz Júnior, 1988, p. 288).

Observa o autor que a luta pela terra por estes trabalhadores não se encontra em seus horizontes de reivindicação, mas sim lutam por melhores salários, qualidade de emprego e de vida. O acesso à terra é algo muito distante dos seus anseios” (Thomaz Júnior, 1988, p. 288).

Com foco no processo de estruturação e reestruturação do território capitalista e em suas contradições no desenvolvimento do campo brasileiro, Thomaz Júnior analisa a territorialização do monopólio das indústrias canavieiras e sucroalcooleiras no interior do Estado de São Paulo. O autor investiga como a modernização da agricultura contribui para os estudos da geografia agrária,

tomando como eixo analítico o conceito por ele formulado de “territorialização do monopólio”.

As relações capitalistas de produção diante das forças produtivas que se dão na agricultura brasileira e, por seu turno, o autor procura desvendar a transição da fase concorrencial para o monopólio agroindustrial. Esta metamorfose revela a transformação de pequenos produtores para grandes fazendeiros incorporando a figura também de empresários. Isto é, traduz, em nome da família Bellodi, a representação objetiva do momento histórico de expansão, reprodução e ampliação do capital no campo brasileiro.

A dinâmica da construção do conceito do autor vai se desdobrando entre forças produtivas, modos de produção e o capital sob a luta de classes. Isto visto em conjunto forma a síntese na monopolização do território que engendra a circulação e a produção e a territorialização do capital que se desdobra nas relações de produção sob a exploração da força de trabalho que plasmam a ampliação do capital agroindustrial no campo brasileiro.

3.5 – Camponeses Gaúchos

Etges (1991) em sua investigação sobre a “**Sujeição e resistência:** os camponeses gaúchos e a indústria do fumo”, ressalta em seu trabalho a realidade camponesa de produtores de fumo do município de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, destaca como objeto de estudo a produção camponesa existente nas pequenas unidades familiares de produção de fumo.

No tocante a forma de produzir a autora evidência três segmentos, são eles:

- a pecuária extensiva: passa a ser importante pela possibilidade da manutenção da renda média via lucro mercantil e renda da terra;

- a lavoura empresarial: por meio da tecnologia mecânica, química e biológica aumenta sua produtividade em suas terras intensivas;

- a pequena produção familiar: sob a unidade de produção dos pequenos proprietários, parceiros, rendeiros e ocupantes produtores de fumo principalmente descendentes de imigrantes alemães.

A autora aponta de muito robustamente que “a produção camponesa não se desenvolve sob a forma especificamente capitalista, mas, é submetida ao

capital. Sendo assim ela exerce suas funções para manutenção das relações capitalistas de produção" (Etges, 1991, p. 33).

> Assim, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada ou pelo capital financeiro, em função de empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial, ou comercial, através do pagamento de baixos preços ao seu produto (Oliveira, 1982, p. 182).

Assim, Etges se filia a corrente da Geografia Crítica sob o conceito de territorialização do fumo, e pensa o campesinato como:

> Uma classe social, que é criado e recriado na logica contraditória do desenvolvimento capitalista; que é responsável pela acumulação primitiva que continua acontecendo e que sua sujeição ao capital se dá via sujeição da renda da terra, através dos baixos preços pagos aos seus produtos (Etges, 1991, p. 35).

A autora traz evidências históricas do desenvolvimento da economia em Santa Cruz do Sul demonstrando sua prosperidade na produção de fumo, avalizando que desta sua origem colonial a cidade já se destacava; a seguir apresentamos um resumo dos períodos;

No primeiro período caracteriza-se pela quase completa autossuficiência do produtor rural que, além da agricultura, desenvolveu atividades artesanais como produção de tecidos rústicos, farinha e açúcar mascavo para suprir suas necessidades;

No segundo período, a partir de 1861, a agricultura experimenta notável expansão, com destaque para o fumo como produto de maior valor comercial, nesta fase inicia-se assim o processo de acumulação de capital por parte dos comerciantes;

No terceiro período: se dá com a consolidação da agricultura voltada para o mercado que se iniciara no período anterior, e onde o RS se destaca como um importante fornecedor de gêneros alimentícios e assume o papel de celeiro do país;

No quarto período: define-se pela transformação das relações de produção em relações especificamente capitalistas, que tem o seu início na

indústria principalmente no ramo fumageiro. Este período fica marcado pela consolidação da indústria de fumo em Santa Cruz do Sul;

No quinto período: tem como principal característica a crise da indústria fumageira em Santa Cruz do Sul e o processo de internacionalização da mesma. Neste período houve a restrição do crédito o que afetou a indústria de fumo, “assiste-se, portanto, à gradual desnacionalização das indústrias locais” (Etges, 1991, p. 78).

É importante salientarmos que o processo histórico trazido pela autora nos ajuda a compreender a produção de fumo e o processo de territorialização do capital que impactam desde a origem a pequena unidade de produção, e por sua vez, permite a introdução das grandes indústrias de fumo conjugando assim a expansão e reprodução do capital na ordenação do território de Santa Cruz do Sul.

Assim, as empresas brasileiras passam a depender das multinacionais para comercializar o fumo adquirido dos produtores. Com o advento de acionários e parcerias foi possível implementar novas técnicas de fabricação, vendas e propagandas. Dessa maneira, a empresa passa a diversificar suas atividades investindo em setores complementares à fabricação de cigarros, ao mesmo tempo em que investe no ramo da indústria de alimentos.

A autora ressalta que nas colônias as famílias desenvolvem seu quadro de sociabilidade, em que o local de vida e o de trabalho, combina com a vida doméstica e com a vida coletiva. Assim, o universo destes camponeses está restrito ao cotidiano da localidade, ao mesmo tempo em que o mundo de fora penetra sua localidade, ou seja, penetra suas casas todos os dias por meio da televisão, e os meios tecnológicos, levando, segundo Etges, a mudanças de hábitos.

> Nestas localidades cada um conhece todo mundo, isto é, todos os demais e todos os aspectos da personalidade do próximo, ou seja, um conhecimento total e prolongado da pessoa do outro, no conjunto de suas posições sociais e atuais e passadas, e nas particularidades de sua personalidade (Etges, 1991, p. 88).

E acrescenta que isto produz uma unidade interna que é mantida por meio de um código padronizado de atitudes e comportamentos e, sobretudo, por meio

de uma linguagem comum, expressa no dialeto alemão. Este processo territorial de organização é fruto da forma como foi demarcadas as propriedades no início da colonização.

Etges busca delinear a distribuição das atividades desenvolvidas na unidade de produção familiar camponesa e trata de dois tipos de camponeses, um produtor de fumo e o outro de não produtor de fumo.

Observa a autora que, nas duas propriedades, há um uso intensivo da terra com cultivo de vários produtos, uma policultura. Também nestas unidades existem descontinuidades na produção das lavouras de um mesmo produto, as divisões entre uma propriedade e outra é demarcada pelo que é conhecido como pedras de divisas.

Etges realça que em ambas as propriedades aparecem os potreiros, que são as áreas de campo natural onde o gado pasta durante o dia. Observa que, no período em que se inicia a colheita, a secagem e a classificação das folhas a jornada de trabalho torna-se mais intensa, usando até a mão de obra infantil.

A autora, neste momento, busca conhecer detalhes da economia interna de uma propriedade camponesa produtora de fumo. Observa que os camponeses são submetidos ao pacto entre agricultor e empresa, onde a empresa cria um vínculo de dependência onde as empresas fornecem a assistência técnica e insumos necessários e o produtor compromete-se a entregar a produção, tudo isto regado ao financiamento para que o produtor compre sementes, insumos e defensivos.

> Portanto o vínculo que existe entre os produtores e as empresas não se dá através de um contrato formalizado e sim através de um pacto firmado entre ambos, ou seja, o relacionamento e a dependência direta entre o produtor e empresa diz respeito substancialmente à forma de aquisição dos insumos por parte do produtor, ao padrão tecnológico a ser posto em prática sob orientação e assistência técnica da empresa e, fundamentalmente, à exclusividade e garantia da aquisição do produto por parte da empresa (Etges,1991, p. 122).

Este pacto está submetido à política de crédito rural que, por meio dos insumos e defensivos industriais, subordinam os camponeses pela renda da terra, onde o camponês não vende sua força de trabalho, vende seu produto, o

fumo, que contém todo o trabalho e o sobre trabalho não remunerado pela empresa.

Com o campesinato em luta, Etges afirma que os camponeses sejam eles produtores de leite, suínos e fumo têm se organizado por várias vezes em defesa de um preço mais justo pelas mercadorias que produzem. Em 1986, por exemplo, foi a primeira vez que os produtores de fumo se organizaram e foram à luta para reivindicar melhores preços. “O movimento de então abrangeu produtores de vários municípios do Rio Grande do Sul, chegando a estender-se a Santa Catarina mobilizando centenas de produtores de fumo” (Etges, 1991, p. 181).

Etges volta seu olhar para a resistência dos pequenos produtores, demonstrando que a exploração que incide sobre os camponeses é fruto das relações capitalistas de produção, que subjugam e produzem desigualdades sociais e, por sua vez, expropriam as famílias camponesas.

Este processo desenvolvido pelo modo de produção capitalista tenderia num primeiro momento transformá-los em proletários, mas a autora, de forma sagaz, joga luz para a compreensão das estratégias de vendas de excedentes e de produtos comerciais na busca do controle da unidade de produção, sob a o capital monopolista. Este processo contraditório e conflituoso que fragiliza tanto a economia camponesa quanto seu modo de vida possibilita sua tomada de consciência da classe.

O movimento foi organizado e liderado pelos próprios agricultores que criaram uma pauta de reivindicações por meio da Comissão Intermunicipal do Fumo, que culminou com a proposta de criar um Sindicato Estadual de Fumicultores, que os representassem sem as amarras do estado, nem do poder dos empresários, mas que respondiam as suas aspirações.

> Ora a partir da luta dos camponeses pequenos produtores que acabamos de descrever, parecem-nos mais do que evidente que não só o caráter de “classe em si”, mas também o caráter de “classe para si” está expresso. Ou seja, os camponeses, a partir da exploração a que estão submetidos, principalmente pelas indústrias fumageiras, se organizam e lutam na tentativa de melhorar as suas condições de vida. E mais, na medida em que julgam inviável continuar produzindo fumo simplesmente

> abandonam este cultivo, voltando-se novamente para a produção de subsistência, vendendo os excedentes (Etges,1991, p. 189).

Consideramos que a autora procura colocar em questão as características gerais da apropriação privada da terra e as formas de sua incorporação à lógica capitalista de dominação, e, por conseguinte, se propõe a compreender como a realidade dos camponeses produtores de fumo, que se insere, ou é inserida no contexto maior dominado pelo capital monopolista.

Podemos afirmar também que a autora a partir da temática da modernização da agricultura sob a lógica capitalista, tendo como pano a monopolização do território pelo capital internacional, a autora trouxe como contribuição para os estudos geográficos agrários a análise dos fenômenos territorializados no espaço agrário que engendra a realidade vivida pelos camponeses produtores de fumo como classe social, sob a pequena unidade de produção.

Etges (1991) ressalta que a inserção do camponês ocorre por meio de uma contradição que, ao mesmo tempo, não o elimina nem provoca o seu desaparecimento como classe social. Para o autor, “a propriedade familiar é a forma predominante de acesso à terra, que, além de ser seu meio de produção por excelência, representa também sua luta constante pela autonomia frente à sociedade como um todo” (Etges 1991, p. 24), reafirmando que a permanência camponesa está vinculada tanto à materialidade da produção quanto à resistência frente às pressões do capital.

O processo de territorialização se expressa no movimento de expansão da cultura do fumo que engendra a subordinação da renda da terra fruto da produção camponesa, sob suas relações de classes que compõem a estrutura e a dinâmica da sociedade por meio da análise da sua concretização no território, que por sua vez explicam a clivagem social da região estudada.

CAPÍTULO 4

4.1 - Reprodução social do camponês

A reprodução social e material do camponês é a luta histórica da produção e reprodução do campesinato, sob sua independência e sua autonomia. O móvel que permite a reprodução camponesa é seu olhar totalizante sobre o processo de recriação no campo brasileiro e que estão situados nos níveis das relações de produção.

Os camponeses, em sua reprodução social, estão inseridos na estrutura social do modo capitalista de produção, que, por seu turno, condiciona a reprodução da família camponesa e entra em conflito com seu modo de vida que se traduz na autonomia do tempo e do espaço no controle dos meios de produzir a terra e se organizar socialmente.

Os vínculos que articulam a recriação camponesa e que lhe permitem uma relação diretamente social são suas relações não capitalistas de produção e o valor de uso, conjugado pelo trabalho familiar em sua unidade de produção desdobrado nos costumes, nos valores camponeses, combinados com outras formas de organizar a vida.

A reprodução do modo capitalista de produção impõe certos constrangimentos para a recriação camponesa, que podem ser traduzidos nos valores tradicionais tais como família, terra e trabalho e modernos tais como competição, individualismo e razão. Este processo levado ao limite produz, por seu turno, uma ambiguidade, isto é, produz uma organização de vida conservadora ou radicaliza a vida possibilitando o enfrentamento contra o capital.

O camponês tem na terra, no trabalho, no trabalho familiar e na família sua inter-relação com o modo de produção capitalista a sua relação como classe social em sua luta pela permanência e sua reprodução, pela manutenção e preservação, pela sua perenidade e contra sua finitude.

4.2 - A geografia dos camponeses

A reprodução social e material do camponês: dimensão histórica da reprodução do campesinato. Paulino (2003), no trabalho “**Terra e Vida:** a geografia dos camponeses do norte do Paraná” trata de um recorte geográfico dos camponeses no Norte Novo do Paraná, uma das áreas de maior índice de tecnificação e produtividade agrícola do país.

O processo de recriação do campesinato e a reprodução da classe camponesa destacado pela autora pressupõe o controle de parcelas do território, sob a dinâmica das forças produtivas, das relações de produção e dos meios de produção. Um ponto essencial para a compreensão deste processo a nosso ver evidenciado pela autora, é que o controle é para a manutenção do modo de vida camponês que passa pela autonomia, onde o controle não significa alienação do trabalho, mas, quando Paulino articula o conceito de família e comunidade, sob os vínculos de posse, uso e trabalho como sujeitos capazes de sua própria reprodução social inserida no capitalismo, isto é, fração do território sob o controle camponês está integrado e é integrante do modo de produção capitalista.

Desta forma, a autora aponta outra lógica para a compreensão camponesa que, por sua vez, é uma racionalização que questiona por dentro o modo capitalista de produção em sua legitimidade quanto aquele modo capaz de organizar o território. “Antes, essa compreensão deriva da premissa de que esse modo de produção é essencialmente contraditório, e é no bojo dessas contradições que se verifica a recriação dessa classe” (Paulino, 2003, p. 11). A disputa de classe no processo de construção do território é uma disputa de poder.

> Portanto, as relações de poder que estão no âmago do processo de construção do território definem-se nos embates e confrontos entre as classes. É por essa razão que, ao analisarmos o processo de territorialização camponesa, o fazemos na perspectiva de que a monopolização do território pelo capital não se dá harmoniosamente, mas envolve profundos conflitos (Paulino, 2003, p. 13).

A autora propõe um olhar sob outra lógica da racionalização da empreitada camponesa, que tende a controlar o tempo e o espaço levando em conta os impactos do modo de produção capitalista. Desta maneira, a nosso ver, a autora aponta uma perspectiva analítica que deve inspirar outros geógrafos agrários. Paulino apresenta uma perspectiva de análise que engendra a complexidade dialética entre o capital e o campesinato sob a sujeição da renda camponesa ao capital, mas, contraditoriamente, apresenta o camponês como

uma classe para si, potencialmente produtora da superação do sistema capitalista.

> Contudo, trata-se de uma combinação contraditória, já que envolve uma luta ferrenha dos camponeses para permanecerem como tais. Assim, ainda que se possa vislumbrar na recriação camponesa um pressuposto do capitalismo, não se poderá deixar de vislumbrar nessa luta a potencialidade para sua superação, logo que a luta camponesa tem conteúdo anticapitalista, sendo a única classe que pode visualizar/viver a expropriação. (Paulino, 2003, p. 414).

A autora não apresenta uma ligação direta donde o camponês deriva do capitalista proprietário, latifundiário, para ser uma com uma classe social, mas apresenta as mediações que tornam o camponês uma classe no mínimo incômoda, uma classe antagônica, ou seja, não é antagônica porque é fruto do capitalismo, mas porque se põe conscientemente na preservação de seu modo de vida, que é essencialmente uma luta pela condição autônoma, ou seja, essencialmente anticapitalista.

De acordo com a autora, a produção camponesa está impactada pela subordinação da terra ao capital e por meio das atividades tais como: avicultura, sericicultura, fruticultura, cafeicultura, pecuária leiteira e outras impactada pela técnica que estão inseridas no processo industrial. A drenagem da renda da terra não se dá exclusivamente por um único setor capitalista, mas para pôr um emaranhado, que envolve, entre outros, o setor industrial, o setor comercial e o setor financeiro.

As empresas pressionam os camponeses para se adequarem às suas metas de produtividade dentro de seus padrões de qualidade sob uma ação predatória sobre a apropriação da renda camponesa. “É através da monopolização do território que é assegurada a transferência dessa renda a setores capitalistas, momento em que é convertida em capital, o que explicita a lógica contraditória do modo capitalista de produção” (Paulino, 2003, p. 19).

> Desse modo, ao vender ao capitalista o produto de seu trabalho a um preço baixo, que, por sua vez, também o vende barato, os camponeses estão dando de graça à sociedade a sua renda da terra, que é o seu trabalho. Dessa feita, no movimento geral da

> sociedade, os trabalhadores pagarão menos pelo produto, o que permite aos capitalistas rebaixarem seus salários. Essa tem sido a regra no movimento contraditório de acumulação ampliada do capital (Paulino, 2003, p. 415).

Ao serem inseridas no circuito da produção do capital são levadas a aderirem a alógica empresarial com os mecanismos de apropriação da renda, manifestados não apenas no ato da comercialização da produção, no descompasso entre preços ao produtor e custos para produzir. Visto em conjunto, permitiu que Paulino apontasse os caminhos de drenagem da renda da terra, razão primordial da monopolização do território pelo capital.

> São as cadeias industriais que se sustentam por meio da matéria-prima fornecida por essa classe, como é o caso da integração; igualmente visível são os interstícios da acumulação de capital pelas indústrias que recebem o leite, os produtos da lavoura permanente e temporária. Por fim, a agressiva ação do capital comercial com as anteriores se confunde (Paulino, 2003, p. 269).

A autora aponta a contradição entre a terra de negócio e a terra de trabalho, sendo que a primeira encerra a lógica capitalista de produção, que traz no seu bojo o lucro sobre a exploração do trabalho, que lhes restitui a renda da terra este lucro extraordinário e a segunda a não capitalista de produção não traz como regra fundamental a mais valia, mas sim a busca da melhoria de vida da família e aumento da produtividade; “é pessoal porque o camponês detém a autonomia sobre o processo produtivo, a qual permite o controle dos resultados do esforço produtivo, ainda que o mesmo represente trabalho gratuito” (Paulino, 2003, p. 22).

De acordo com Paulino, sob o trabalho familiar os camponeses extraem a sua sobrevivência da terra de trabalho, contrastando com a lógica dominante.

> Aqui se impõe a necessidade de resgatar uma importante distinção que estes termos implicam; enquanto a terra de trabalho remete à propriedade familiar, a terra de negócio faz referência à propriedade capitalista. Ainda que estejamos diante da propriedade privada da terra em ambos os casos, há que se atentar para conteúdos distintos: enquanto o sentido desta é a exploração do trabalho alheio e ou a apropriação da mais-valia

> social, a primeira tem por princípio a reprodução da família a partir de seu próprio trabalho. Com efeito, a sua presença marcante destoa (Paulino, 2003, p. 411).

A lógica da monopolização do território desenvolve-se na apropriação da subordinação da renda ao capital onde se encontra contida a produção camponesa, se estendendo sobre a apropriação do trabalho não pago aos assalariados pelos donos do capital, vão se transformando em taxa de lucro.

> Em suma, o princípio da valorização, intrínseco ao processo de acumulação ampliada do capital, se alimenta, por um lado, de trabalho excedente e, por outro, de produto excedente, entendendo-se que excedente não é aquilo que sobra, mas aquilo que excede às necessidades mínimas para que, respectivamente, operários e camponeses se reproduzam socialmente (Paulino, 2003, p. 414).

Paulino assevera que a diversidade do modo de vida camponês as parcelas do território onde a produção econômica e a reprodução social estão imbricadas possibilita aos sujeitos um olhar totalizante do processo que, por sua vez, produz duas dimensões na mesma realidade, uma a produção econômica e outra reprodução social "é essa experiência totalizante que lhe permite reconhecer-se nos produtos do seu trabalho e se situar no mundo da mercadoria, a partir deles" (Paulino, 2003, p. 417). Isto quer dizer que os camponeses afetam e são afetados pelas condições circundantes.

Entretanto, em se admitindo que o modo capitalista de produção é essencialmente contraditório, constata-se que seu desenvolvimento não tem provocado o desaparecimento do campesinato, mas sua recriação. Esta pode ser vislumbrada segundo Paulino pela lógica da classe camponesa que se manifesta pela autonomia, controle que move o camponês em seu processo de recriação.

> Em outras palavras, o processo de territorialização camponesa não pressupõe contiguidade geográfica, mas um arranjo feito mosaico, em que ambas as formas de produzir no campo se sucedem consecutivamente. Por serem portadoras de lógicas distintas, o modo como ambas ordenam o espaço também são destoantes, o que não demanda muito esforço quando se pretende identificá-las (Paulino, 2003, p. 412).

A intervenção do capital nas parcelas do território camponês não se dá sem conflitos, isto é, o território da autora está consoante com Oliveira, pois o território de base material e econômica está centrada no processo da luta de classes do qual é sua expressão e fundamento.

Assim, a autora, ao deslocar o movimento do pensamento para a produção camponesa, descortinou não só a exploração capitalista pela renda da terra, mas, as estruturas da unidade familiar e comunitária, que se baseiam em elementos modernos e tradicionais passando pela terra de trabalho conjugada pela autonomia, o controle e inseridos socialmente pela mediação do seu produto fruto do seu trabalho situado no mundo da mercadoria, sem alienar-se, “pois aí a pessoa tem precedência” (Paulino, 2003, p. 15).

4.3 - Os posseiros

Marques (2000) em seu estudo intitulado “**De Sem-Terra a “Posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária:** o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO”, analisa a organização social e forma de espacialização dos trabalhadores sem-terra nos assentamentos nas fases de luta pela terra e luta na terra.

No processo de assentamento a autora observou a reconstrução de um modo de vida e a dimensão cultural. Assim, os valores e subjetividades, sob a luta política em seu movimento de conscientização. Marques destaca dois momentos importantes, a saber:

A luta pela terra: a luta destes sem-terra é motivada por um projeto de vida camponês e vivida como um ritual de passagem, de acordo com a autora é um período transitório de ruptura em relação às condições normais de vida social, irmanados por um ideal comum.

O acampamento é a principal forma de espacialização do movimento social dos sem-terra e um momento de encantamento é um espaço de resistência, é uma fase de transição e, é construído a partir da vivência de uma comunidade utópica soba a partilha e a comunhão mobilizada pela luta política, mediada pela identidade de sem-terra. “Nele, a vida se organiza em função da luta política e o cotidiano é marcado pela imposição de uma forte disciplina”

(Marques, 2000, p. 10). De acordo com a autora, é uma unidade socioespacial com uma entidade política conformada em uma vivência comunitária.

> A forma como ocorre o envolvimento das pessoas do grupo no processo de luta, que é vivido como um processo ritual nos termos de Turner (1974), constituído pelas fases de separação, transição e reagregação. A primeira etapa do processo tem início quando os trabalhadores, juntamente com as suas famílias, assumem a identidade de sem-terra e entram na luta. As fases seguintes correspondem aos períodos de luta pela terra, no qual o termo sem-terra torna-se sinônimo de acampado, e luta na terra, no qual eles passam a se ver como “posseiros do INCRA” ou simplesmente “posseiros” (Marques, 2000, p. 10).

O acampamento é traduzido pela autora como um tempo de encantamento, onde os sujeitos envoltos no processo de ocupação desenvolvem a identidade sem-terra, que vai se traduzindo na igualdade, comunhão sentimentos que vão dar força para fazer o que Marques denominou de derradeira travessia para uma vida de fartura estrutura no processo ritual que proporciona uma experiência de afastamento a vida cotidiana dos sujeitos.

A luta na terra: começa quando o grupo é assentado no novo espaço e que os atores organizam sua produção, a unidade familiar e as relações comunitárias estabelecidas. Neste momento, a autora chama a atenção para a recampesinização dos trabalhadores assentados, isto é, uma recriação camponesa e da construção de um território camponês.

Marques afirma que o assentamento é o lugar da reprodução social camponesa sob o modo de vida e ela “entende por modo de vida a forma como se realiza a vida cotidiana, envolvendo os modos de fazer, ser, interagir e representar produzidos socialmente” (Marques, 2000, p. 11), e constituem um território camponês em formação.

> Neste período, os assentados vão estabelecendo as bases de sua reprodução social, estruturando as condições objetivas de sua existência e construindo “por dentro” o espaço da Reforma Agrária a partir de uma relação contraditória com o INCRA e suas determinações referentes ao uso da terra. O assentamento é a unidade sócio-espacial fundamental criada neste processo. Nele, o cotidiano das famílias assentadas vai adquirindo relativa estabilidade, e práticas e valores impressos no habitus destas tendem a ser recriados, inaugurando um tempo marcado por

> descompassos entre o processo de mudança social e o peso da história. (Marques, 2000, p. 11).

Segundo Marques “o embate entre a territorialidade camponesa, orientada por valores tradicionais, e a territorialidade capitalista, orientada pelo mercado e valores da modernidade e defendida pelo Estado” (Marques, 2000, p. 18).

> A ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Estes dois últimos podem ser expressos pela categoria “ajuda”. Ela forma uma ordem moral de forte inspiração religiosa, constituindo uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. Na realidade social estudada, a ética do catolicismo rústico se confunde com a ética camponesa (Marques, 2000, p. 25).

A terra, o trabalho e a família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionadas entre si e tem como princípios organizadores centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade.

> A ordem social moderna é organizada pelo mercado e pelo princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. Coerente com o reconhecimento da consciência e do consentimento como atributos do indivíduo, a lógica moderna tem na noção de poder o equivalente funcional da ideia tradicional de ordem e hierarquia. Nela, as categorias terra, trabalho e família são definidas independentemente uma da outra, como coisas explicáveis em sim mesmas, de acordo com uma visão mecânica e atomística da realidade (Marques, 2000, p. 25).

A autora salienta que a lógica tradicional e moderna está inserida na sociedade em todos os seus níveis.

> Além disso, ao se constatar que; a ética camponesa apresenta terra, trabalho e família, como valores morais e categorias nucleantes ligadas entre si e tem como princípio organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. A ordem social moderna é organizada pelo mercado e pelo princípio da competição tendo como valores o indivíduo e a razão. Coerente com o reconhecimento da consciência e do conhecimento como atributos do indivíduo, a lógica tradicional de ordem e hierarquia. A sociedade brasileira caracteriza-se por uma relação ora

> contraditória, ora complementar, entre as lógicas tradicional e moderna em todos os níveis. A hierarquia e o conteúdo moral das relações sociais convivem com a igualdade e a impessoalidade (Marques, 2000, p. 26).

Por seu turno, a autora concebe o espaço e/ou o território como produtos sociais e prioriza a análise dos processos sociais dos quais estes se originam, combinando de forma diferenciada a influência marxista. Assim, a aproximação com Oliveira se dá na compreensão do campo brasileiro em seu desenvolvimento desigual e combinado

Marques assevera que “os assentamentos Retiro e Velho são, conforme se pretende demonstrar ao longo desta tese, um território camponês – ou parte do descontínuo território constituído pelo campesinato nacional – em processo de construção”. Ou seja, é um território camponês em formação, engendrado pelos conflitos e ambiguidades advindas das contradições instaladas pelos agentes do processo de construção do espaço. Desta forma, as bases materiais que consolidam o conceito de território de Oliveira ganham ressonância.

4.4 O processo

Almeida (2003) em seu estudo sobre a “**Identidade, Distinção e Territorialização:** o processo de recriação camponesa no Mato Grosso do Sul entre os anos de 1985 e 2000” traz as reflexões sobre a luta pela terra que cercam o estudo da (re)criação camponesa em Mato Grosso do Sul, centrada na análise dos acampamentos e assentamentos, salientando que sua preocupação da análise passa pela compreensão do assentamento quanto unidade territorial como produção camponesa do território.

> O assentamento vai sendo concebido a partir da sua apropriação, que espelha a unidade construída a partir da identidade de luta, das diversas lutas de seus agentes, uma unidade que visa proteger os de “dentro” pela distinção dos de “fora”, mais especificamente daqueles que se opõem ao mundo camponês. Nesta unidade territorial todos se conhecem, do vizinho mais próximo ao mais distante se tem sempre uma história para contar e um apelido a revelar, sabem também daqueles que partiram para outros assentamentos na busca por terra, são seus filhos, são filhos do vizinho, são sem-terra do acampamento que a fome ajudou a matar. (Almeida, 2003, p. 362).

O assentamento, de acordo com Almeida, se revela como sinônimo de liberdade e autonomia, (re)criação camponesa, por meio da conquista do assentamento. “Portanto, o assentamento é uma unidade territorial, parcela do território capitalista sob domínio camponês e, quando existente, é inequívoca sua distinção em relação à grande propriedade, ao uso que o capitalista faz de sua parte do território” (Almeida, 2003, p. 271).

> Assim, o foco não foi o assentamento em si, mas o processo de territorialização da luta pela terra, o entendimento do assentamento enquanto unidade territorial, espelho da (re)criação e potencialidade camponesa, tecido ambíguo de conservadorismo e radicalismo, liberdade e aprisionamento, conformismo e resistência (Almeida,2003, p. 27).

Para tanto, a autora define a luta pela terra como um conflito que transcende a busca pela conquista de um pedaço de chão, assevera que é uma luta contra o perecimento a finitude de um modo de vida. Cosme (2014), ao comentar a pesquisa de Almeida, salienta que a autora busca outras dimensões para compreender o universo camponês:

> Para ela, deve-se retirar a centralidade dos estudos dos aspectos apenas econômicos e passar a explorar outras dimensões do modo de vida camponês, como a sua (re)criação via luta pela terra, os laços de compadrio, o parentesco, o sentido da família extensa, o trabalho acessório, a imbricação das categorias terra-trabalho-família, o valor simbólico do alimento, entre outros (Cosme, 2014, p. 06).

Na ânsia de continuidade do modo de vida camponês, pela construção da terra enquanto morada da vida, estes sujeitos estão envolvidos em uma “situação econômico social dúplice: são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores” (Almeida, 2003, p. 20) um sujeito ambíguo, conservador e radical. “É justamente o capital e suas contradições que, ao invadir o mundo do campesinato, ilumina sua existência ambígua, podendo levá-lo a se enxergar como parte de uma classe” (Cosme, 2014, p. 11).

Desta maneira, o território camponês, onde se processa sua recriação contempla uma lógica que se revele em seu “modo de vida no qual o lugar

demorada e de trabalho, dentre outras coisas, serão parte indivisa de um único ser social: o camponês" (Almeida, 2003, p. 356), que se traduz por inteiro como pessoa e não como indivíduo.

> É, portanto, essa radicalidade contida na sua ambiguidade que representa a potencialidade camponesa. Ou seja, por ser, ao mesmo tempo, conservador e radical, ele cria a possibilidade, ao ser radical, de abrir brechas de enfrentamento ao capital e a seu processo de desumanização (Almeida, 2003, p. 361).

Mas, no modo de vida se encerra a lógica de reprodução da unidade camponesa, sob a relação não capitalista de produção em que o camponês na terra de trabalho se sente livre por saber que o trabalho pertence ao trabalhador, de acordo com Almeida, é nisso que se funda sua autonomia. "Para ela, há um imbricamento entre as categorias terra-família-trabalho estrutural para o campesinato, portanto, formadora de uma ordem moral especificamente camponesa em contraponto a uma ordem economicista capitalista" (Cosme, 2014, p. 208).

> A tríade família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês basicamente porque uma não tem sentido sem a outra e, mais, delas é que valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa. Ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única que no assentamento é reconhecido pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida que expressa o habitus, não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação. (Almeida, 2003, p. 20)

Desta maneira, para Almeida a classe camponesa está na condição de classe *sui generis*, e se reproduz no capitalismo em sua contradição, ou seja, o capitalismo em seu processo produção e reprodução convive com esta classe incômoda para sua expansão territorial, que, por seu turno, sofre a imposição da territorialização camponesa. "Ao lutar contra a expansão territorial do capital, os camponeses vão desenhando a apropriação camponesa do território" (Almeida, 2003, p. 362).

A classe, segundo autora, está engendrada pela identidade mais ampla, o habitus de classe que, por sua vez, está consubstanciada no campesinato, na

renda, no modo de produção capitalista e na territorialização. “Assim, o grande dilema do campesinato parece estar no fato de que sua formação histórica é garantida pela eterna contradição entre a permanência, mudança e transformação” (Almeida, 2003, p. 105). A autora afirma que a libertação camponesa, por meio da manutenção e preservação de seu modo de vida fundamentado nas relações não capitalista de produção pressupõe o desafio para toda a sociedade brasileira.

> Cabe também acrescentar que a (re)criação camponesa, por meio da conquista de assentamentos, impõem necessariamente o domínio de parcelas do território pelos camponeses em conflito aberto com a produção capitalista do território, sendo que este processo de territorialização camponesa produz uma unidade territorial, fundamentada numa teia de relações que tem na família, na reciprocidade, na economia moral, na autonomia seu elo identificatório, ou seja, aquilo que faz com que se reconheçam como pessoas portadoras de uma mesma linguagem em oposição aos de “fora”, especificamente aqueles que se opõem ao mundo camponês. (Almeida, 2003, p. 27)

No processo de territorialização da luta pela terra, sob a fração do território, “é um contínuo e contraditório ato de construção de territórios”. “Para ela, os processos de territorialização da luta pela terra materializados nos fragmentos do território conquistados pelos camponeses estão em oposição à territorialização e à monopolização do território pelo capital” (Cosme, 2014, p. 209).

Almeida, ao destacar os acampamentos e assentamentos como uma das formas de (re)criação camponesa, avança na compreensão dos movimentos sociais do campo, pois apresenta uma tese muito original, ou seja, mais que uma fração conquistada do território capitalista, estes precisam ser um território controlado pelo camponês.

> Portanto, é o significado da terra que faz deles camponeses, é o sentido conservador e radical de sua consciência que, justamente porque é radical, os orienta na luta contra o concentracionismo desenfreado do capital que, ao arrancá-los da terra, impede o trabalho camponês e se ergue como oposição à continuidade do modo de vida desta classe *sui generis*. (Almeida, 2003, p. 19).

É uma vida material fundamentada na terra de trabalho, que formou decisivamente o modo de vida camponês sob a diversidade, mas que transformou as relações daí advindas de elementos distintivos capaz de produzir uma identidade social, traduzida na classe camponesa.

Outro ponto que ganha relevo na pesquisa da autora é pensar os "valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa" vertidos do cadinho da vida cotidiana ao fazer este vínculo entre o movimento histórico do capital por meio de sua monopolização do território e o cotidiano trouxe uma contribuição para além da intuição de classe social camponesa, pois demonstrou em sua análise a territorialização do território camponês como negação dialética que encerra um modo de vida engendrado pela autonomia, condição singular da preservação de sua reprodução social.

A autora, ao desenvolver o poder simbólico e o habitus, conseguiu produzir o conceito de ambiguidade, "tecido ambíguo de conservadorismo e radicalismo, liberdade e aprisionamento, conformismo e resistência" (Almeida, 2003, p. 27). Ao articular os dois conceitos para a compreensão da classe camponesa em sua inserção no modo capitalista de produção não se reduz exclusivamente ao "conflito unidimensional entre detentores dos meios de produção e vendedores da força de trabalho".

Almeida evidencia a influência da vida material geograficamente determinada da (re)criação camponesa sob a "territorialização camponesa produz uma unidade territorial, fundamentada numa teia de relações que tem na família, na reciprocidade, na economia moral, na autonomia seu elo identificatório (Almeida, 2003, p. 27).

Isto é, tanto no acampamento como no assentamento, a disputa de posições estão sob a luta pela mobilidade do campo em que está/ão inserido(s) ao qual pretende(m) chegar, frutos das relações de poder que engendram a luta pela terra e a luta na terra, sob o poder simbólico legitimador.

Almeida, ao pensar o campo de ação sob o habitus, pode desmistificar em sua investigação que não há ingenuidade, ignorância, as ações pré-políticas, mas sim uma disputa de habitus que acontece nos seus interstícios na busca de

alargamento dos possíveis campos de ações entre os agentes sociais envoltos no processo de acampamento e assentamento.

No primeiro o impacto dos rituais propostos pelo movimento social (MST) entra em conflito com os habitus dos acampados, que não se dão no vazio, mas das disputas de poder, que vão legitimar a posição dos sujeitos no interior de processo de acampamento e, no segundo, no interior do assentamento, a lógica camponesa que tem na terra de trabalho sua condição de existência.

Esta forma de organizar a vida vai entrar em conflito com as ações do MST que tem a lógica coletiva que tira do camponês o controle e a sua autonomia social. “Ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única que no assentamento é reconhecido pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida que expressa o habitus, não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação”

Para a autora, é o campo das ações que define o habitus de classe camponesa, e este, por seu turno, define a identidade de classe social camponesa. Embora a tese da autora tenha como objeto científico o estudo da luta pela terra, ou melhor, a (re)criação camponesa, assevera a autora que no mundo camponês, a condição humana tem precedência sobre a coisa. Daí emerge sua força transformadora.

4.5 O bairro reforma agrária

Bombardi (2004), em seu estudo sobre “**O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa”** localizados nos municípios de Valinhos e Campinas destaca que, por volta dos anos 1960, “o bairro reforma agraria tem uma peculiaridade que tem mais de quarenta anos de história e estar muitíssimo próximo de duas grandes metrópoles São Paulo e Campinas: está localizado no eixo economicamente mais desenvolvido do país” (Bombardi, 2004, p. 34).

O território em Bombardi ganha centralidade, sob o espaço, tempo e relações sociais.

> O território é, desta forma, fruto das relações sociais que se estabelecem no espaço ao longo do tempo. Assim, a importância do uso deste conceito em si - e especialmente, ao trabalharmos com bairros rurais - está justamente no elo do tripé: nas relações sociais. Isto significa dizer que a compreensão das relações

> sociais no campo é a base para o entendimento do bairro rural (Bombardi, 2004, p. 57).

Afirma ainda que:

> Analisar o território significa apreender as relações sociais que o determinam o que na atualidade significa fazer uma análise que abarque o modo capitalista de produção e suas implicações, numa perspectiva de entendimento de que as relações sociais o mundo atual é por ele determinadas (Bombardi, 2004, p. 47).

Salienta a autora que o modo de produção capitalista é contraditório, pois para sua ampliação necessita das relações não capitalistas de produção. Desta forma, o camponês emerge como classe social em sua pesquisa realçando que o campesinato se territorializa, materializando-se em frações do território camponês que se traduz no controle total do processo de trabalho na terra, considerando desta maneira sua autonomia do tempo e do espaço.

O entendimento enquanto classe social é um dos alicerces que fundamenta esta reflexão.

> Trabalho com a premissa de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção, o que permite compreender, entre outras coisas, a existência lado a lado dos sitiantes (camponeses) do Bairro de reforma agraria e a metrópole (Campinas), (Bombardi, 2004, p. 51).

O trabalho camponês é baseado na autonomia do tempo e do espaço formando uma unidade territorial. “O bairro rural é, portanto, um espelho da relação estabelecida entre as diferentes unidades camponeses sítios e, ao mesmo tempo, está refletido em cada uma destas unidades” (Bombardi, 2004, p. 34).

Segundo Bombardi, a conjuntura atual se desvela pela sua formação territorial é essencialmente desigual sob o modo capitalista de produção em sua necessidade de expansão. “Compreender a formação territorial é, portanto, compreender as relações sociais que determinam a construção de um território” (Bombardi, 2004, p. 47).

E acrescenta:

> Para que compreendamos o território é preciso levar em consideração esta peculiaridade do capitalismo: que é um modo de produção inteiramente contraditório e com necessária tendência a se mundializar, a mundializar suas relações. Isso significa que ele cria uma determinada formação territorial a partir da formação econômico-social que é por ele determinada. O território produzido pelo capitalismo adquire características especificas que expressam exatamente o tipo de relação que por maio dele se estabelece (Bombardi, 2004, p. 49)

A unidade territorial vai se sustentando de acordo com Bombardi por meio de suas teias de relações estabelecidas entre os sitiantes e pelo trabalho coletivo da família sitiante que, em cada componente da família, vai complementando o trabalho do outro, passando por uma articulação dos braços para trabalhar e das bocas para alimentar. Assim, na unidade territorial encerra a liberdade de produzir o que quiser e onde quiser e administrar.

A autora, ao investigar o trabalho na terra, proporcionou uma valorização das relações de sociabilidade engendradas nas relações não capitalistas de produção que constitui o bairro rural, assim, a unidade territorial dá a identidade territorial. “A identidade territorial vem, portanto, da unidade territorial e, novamente em movimento dialético: ao mesmo tempo em que a unidade territorial é informada pela identidade, esta forma e informa a unidade” (Bombardi, 2004, p. 60).

Desta forma, a autora destaca a categoria solidariedade fundante da identidade camponesa que uma vez conjugada com a de pertencimento se traduz no elemento essencial da inteligibilidade da sociabilidade camponesa, que se desdobram na vizinhança, na família, no parentesco e outras.

> Dito de outra forma: o campesinato entendido como classe social deste modo de produção é que permite a compreensão do bairro rural como uma unidade territorial. Mais do que isto: é a noção de pertencimento que têm os camponeses, concretizada por seu tipo específico de solidariedade, que dá origem ao bairro rural (Bombardi, 2004, p. 57).

Bombardi, ao construir a noção de bairro rural em contraponto com as noções sociológicas contribui de forma relevante para os estudos agrários “proponho a compreensão do Bairro Rural como uma unidade territorial criada a partir da identidade territorial. Esta interpretação permite abarcar, compreender

e lançar luz sobre o lugar do campesinato nesta sociedade" (Bombardi, 2004, p. 56). Conformando desta maneira a base territorial sob a sociabilidade "determinadas pela liberdade e autonomia camponesas via o controle do tempo e do espaço, não só o de moradia, como e, sobretudo, o de trabalho" (Bombardi, 2004, p. 62).

Assim, do ponto de vista estritamente geográfico, a autora apreende a dialeticidade entre tempo histórico e a produção do espaço que compreendem no primeiro a determinação histórica capitalista que encontra rebatimento no segundo, ou seja, no modo de vida camponês, sua contradição mais profunda.

> Isso significa que, no caso do Bairro Reforma Agrária, ao construírem uma fração de território camponesa, onde antes era um território capitalista, eles territorializam uma outra forma de vida, a da lógica camponesa. Assim, como já foi afirmado anteriormente, o lote se transforma em sítio e o assentamento em bairro rural. (Bombardi, 2004, p. 63).

Para Bombardi quanto para Oliveira (1998), o espaço precede o território "o espaço materializa as relações no decorrer do tempo, tornando-se então território" (Bombardi, 2004, p. 57). Assim, o espaço é físico e político é a natureza, ou melhor, está ligada ao solo, desta forma, a concretização está no chão dos que nele trabalham, exploram, apropriam, enfim travam a luta de classes que põe de um lado os latifundiários de outro os camponeses.

CAPÍTULO 5

5.1 - O contexto histórico da emergência dos estudos de Bernardo Mançano Fernandes

O fato de nos debruçarmos sobre o pensamento geográfico em sua produção histórica, dado sua longevidade, sua tradição e sua representação, nos orientam sobre o ponto de vista da geografia de raiz crítica que se apresentou durante este período de 1980 até 2024. A cronologia que privilegiamos está fincada nos últimos vinte e quatro anos, e, isso permite-nos apresentar um panorama, uma paisagem do que está sendo a Geografia Agrária hodierna.

As orientações de Fernandes se encontram na discussão da crise dos paradigmas, que está, na ordem do dia, que debate o mundo pós-moderno e o mundo moderno, fruto da crise civilizatória contemporânea. Saber em que momento se encontra as pesquisas, quais os caminhos e quais horizontes despontam destas nos ajudam a localizarmos no tempo e no espaço da produção geográfica e seus rebatimentos intelectuais, sociais, políticos, econômicos, culturais e científicos.

Ao propormos esta discussão entre modernos e pós-modernos de pano de fundo, buscamos uma facilitação de compreensão dos conceitos, temas, métodos e teorias propostos e produzidos por Fernandes. Acreditamos que os estudos de Fernandes, por meio de suas orientações de dissertações e teses, nos revelam um conflito não só de classes, entre o capital e o trabalho, ou das relações de produção, mas, e, sobretudo, um conflito dialético entre duas posições teóricas que disputam atualmente: o que deve ser o mundo; como dever ser esse mundo e seu devir.

> O pós-modernismo nega o universalismo, a generalização, qualidades e procedimentos básicos no modernismo. Na medida em que a valorização do caráter único e excepcional, é necessário, então, conta com outras vias de legitimidade diferentes daquelas abertas pela racionalidade: a inspiração, o sentimento, a indeterminação, a polimoforfologia, a polissemia, ou seja, vias que negam a razão totalizante, condição de toda generalização (Gomes, 2003, p. 2).

Acreditamos que o esforço de Fernandes está em revelar, em desnudar, em expressar e em traduzir a tradição marxista, que assevera que a realidade sofre mudanças, e, estas mudanças, estão submetidas a análise das leis que são frutos do movimento do pensamento científico, sem que o mesmo se desloque da realidade.

Realidade esta que se apresenta com anseios, desafios, desejos premidos pela sociedade de consumo, que devora os sentido e significados das identidades tradicionais, das disputas de gêneros, disputas étnicas, direitos individuais e coletivos, que por sua vez, fragiliza posições ideológicas sejam elas,

de classe, de esquerda, de partidos políticos, de movimentos sociais, e, sobretudo, os do campo.

Realidade esta, que se insere em uma sociedade do imediato, onde tudo e todos são objetos de troca no mercado global, na mundialização das mercadorias, onde o individualismo reina quase absoluto, e o discurso de única senda, único caminho varre o mundo, em um contexto em que soberania nacional é solapada pela soberania individual, e o discurso de classe foi invadido e tomado pelos discursos de segmentos e de fragmentos frutos das narrativas sedutoras que prometem o paraíso na terra, com cada vez menos rigor técnico, menos teorias, menos métodos e a demonização das ciências e o aviltamento do Outro como diferente e diverso.

Onde a invalidação de um outro mundo possível, de uma outra sociedade pauta por saídas coletivas, democráticas, com uma outra ética nas relações de tralho e vida, no esvaziamento dos fundamentos racionais, que por seu turno impactam diretamente os instrumentos epistêmicos gestados e consolidados na tradição científica.

E, em particular no país onde a escolha política e social pelo agronegócio faz parte da estrutura econômica, financeira e produtiva do país. O desaparecimento do campesinato como sujeito histórico e como possibilidade de vir a ser, é posto na ordem do dia na sociedade brasileira.

Assim, é possível indagarmos sobre o lugar, o espaço, a região e o território; sob o relativismo epistemológico no mundo da Ciência Geográfica Agrária; eis o desafio das interpretações atuais na geografia agrária dos movimentos sociais do campo.

5.1 - O conceito de território

O conceito de território proposto por Fernandes se fundamenta nas suas relações de poder que estão subsumidas nas disputas políticas, ideológicas, nas relações sociais, nas relações de produção, nos conflitos de classes; para

organizar, para delimitar, para dominar, para sujeitar, para subordinar, para explorar, para produzir, para se apropriar, para resistir, e para se emancipar.

Fernandes, (2009, p.17). “Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes. Que os territórios são multidimensionais, onde se realizam todas as dimensões da vida, desde que, é lógico, sejam desenvolvidas por projetos políticos”. É um processo contraditório e desigual que põe em movimento um conjunto complexo de diversidades territoriais e múltiplas determinações materializadas no espaço.

O espaço de governança é tomado pelo autor como o território do Estado, ou seja, de um país, de um estado e de um município, dissolvido pôr suas instituições, sejam elas, órgãos governamentais ou agências multilaterais, e traz no seu bojo um sentido de soberania. Fernandes, (2009 p. 04), “O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados”. Este, por sua vez, é uno e restrito pois não permite a diferença, uma vez que se organiza como instrumento de dominação pelo interesse do capital no seu projeto de apropriação e expansão.

Fernandes apresenta uma variável do espaço de governança, isto é, um espaço premido pelas diferenças que contém uma multiplicidade de possibilidades de composições territoriais que vão conformando **o espaço de governança diverso.**

Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios. Partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais, que trataremos nas partes seguintes deste artigo. Por ora, para explicitar as diferenças dessas duas compreensões de territórios, denominaremos a compreensão de território apenas como espaço de governança, como “território uno”, e a compreensão da tipologia como “território diverso” (Fernandes, 2008, p. 05).

Esse movimento que é múltiplo, diverso e divergente, implica a disputa territorial entre capitalistas e camponeses, nos níveis e nas escalas. Isto para Fernandes denomina-se como primeiro e segundo territórios:

O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. Por exemplo: o segundo território é uma fração do primeiro território, ou seja, os diferentes tipos de propriedades são frações do território municipal, que é uma escala do primeiro território. Este é fração do território estadual, que por sua vez é fração do território nacional (Fernandes, 2009, p.06).

Ou seja, para Fernandes estes modelos expostos acima encerram uma disputa de modelos de desenvolvimento entre o agronegócio e o campesinato, sendo que o primeiro se organiza em função do mercado e suas dimensões de produção, circulação e consumo, e o segundo se organiza em função de sua existência e suas dimensões de sociabilidade, manutenção e reprodução da vida. Esse processo está relacionado pela dimensão política que engendra ambas de sentido e significado.

Fernandes também apresenta a categoria intencionalidade, que alinha o conceito de território em sua diversidade. A intencionalidade tomada pelo autor assevera o poder de significar, e, por conseguinte, dar sentido às relações sociais advindas dos sujeitos sociais coletivos, individuais ou institucionais. Fernandes, (2008. p.08), “Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico”.

Assim, na conformação do(s) território(s), se estabelece(m), um jogo de interesses dos partícipes conflituosos, fruto do lugar de classe, que se revela a partir da intencionalidade de cada sujeito social envolvido no processo. Fernandes, (2007. p. 03), “A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção”. Esta, por sua vez, é produto das relações sociais, que coordena, organiza, produz as direções, as posições e projetam a realidade. Nesse sentido, na intencionalidade proposta pelo autor se encerra uma posição política de classe.

CAPÍTULO 6

Um olhar sobra as orientações de Bernardo Mançano Fernandes.

6.1 – Os impactos socioterritoriais

Cristiane Barbosa Ramalho (2002), em sua pesquisa sobre" os **Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos Rurais no Município de Mirante do Paranapanema na região do Pontal do Paranapanema**, a partir do movimento de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra (MST)", destaca a diferenciação teórica, conceitual e política entre agricultura familiar e agricultura camponesa.

Para tanto, a autora apresenta as três dimensões espaciais, a saber:

1) dimensão política destacando o processo de luta pela terra a partir das ocupações;

2) as mudanças e necessidades sociais e econômicas resultantes do estágio de implantação/consolidação dos assentamentos rurais;

3) a relação assentamento-município a partir da perspectiva comercial e financeira.

Ramalho, assevera que estas dimensões são indissociáveis para a melhor compreensão de sua pesquisa. Por conseguinte, a mesma apresenta alguns indicativos dos impactos socioterritoriais dos assentamentos:

a) a ressocialização desses sujeitos a partir da educação.
b) outro impacto que resulta da instalação dos assentamentos relaciona-se à saúde.
c) a moradia, em seu sentido mais amplo, é uma das dimensões dos impactos socioterritoriais e está diretamente relacionada à organização das famílias no assentamento.
d) A cultura é outra dimensão importante para o entendimento dos impactos socioterritoriais. Sua construção nos assentamentos está diretamente vinculada com o processo de ressocialização desses sujeitos sociais.

Nesse sentido, Ramalho, (2002, p.142) considera que o acesso à terra provocou em muitos casos rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado. Dessa maneira, os impactos socioterritoriais podem ser compreendidos a partir de dois momentos.

O primeiro momento, refere-se às transformações que as famílias sofrem durante o processo de luta (nos acampamentos) e, posteriormente, a partir da implantação/consolidação dos assentamentos rurais.

O segundo momento, refere-se às transformações estabelecidas na relação assentamento-município. A existência dos assentamentos, enquanto um conflito social significativo, cria uma demanda de políticas públicas, o que provoca relações e conflitos entre os governos municipal, estadual e federal. A instalação dos assentamentos também causa mudanças na dinâmica econômica (financeira e comercial) do município.

> Esses dois momentos quando analisados conjuntamente nos permitem compreender que os projetos de assentamentos rurais são viáveis socialmente, economicamente, mas precisam ser pensados a partir de uma política agrícola bem definida que possibilite a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas (Ramalho, p. 142).

A partir das observações do texto de Ramalho, podemos entender que nos dois momentos a questão é saber em que medida as mediações e práticas sugeridas pelos movimentos sociais do campo concedem um limite que gestem uma consolidação camponesa emancipatória.

6.2 – Os camponeses do sertão.

Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva (2000) pesquisa sobre o **"Camponês do Sertão: Produção do Espaço e Identidade Camponesa em Assentamentos do Município de Goiás-GO".** Silva desenvolve seu pensamento a partir da reconstituição da trajetória do camponês goiano, emergida das lutas de resistências, dos deslocamentos forçados, dos conflitos de violências e das expropriações do campo, para tanto a autora busca conceito dos movimentos sociais seu entendimento:

> A partir da leitura sobre o tema dos movimentos sociais, que se pretendeu fazer, primeiro do ponto de vista conceitual, ou seja, como e porque a geografia passa a se interessar pelo tema, em conjunto com o segundo, no sentido espacio-territorial, compreendendo a conexão entre o estudo dos movimentos sociais, a compreensão do espaço e do território goiano e suas transformações na esfera das instituições que fazem parte do processo, procurou-se pensar a forma como se expressa as identidades camponesas no município de Goiás, renascidas a partir desses "movimentos sociais", acamada nos assentamentos rurais (Silva, 2000, p. 04).

No decorrer de sua pesquisa a autora apresenta sua orientação conceitual:

> Já os movimentos socioterritoriais, além da busca de representação de sua identidade, comum nos dois tipos, realizam ações de resistência que ocorrem na esfera do território pretendido, a propriedade privada ocupada, consubstanciada metaforicamente de terra, como expressão da forma de ser e estar espacialmente (Silva, 2000, p.71).

Para Silva, pensar a luta pela terra dos camponeses goianos pelo viés socioterritorial lhe permite acompanhar a dinâmica da produção espacial dos assentamentos sob os sentidos e significados da luta pela reprodução social camponesa e suas relações sociais identitárias e culturais. "É neste sentido que o papel dos movimentos socioterritoriais camponeses se vincula com a luta pela terra, como prenúncio da luta pela vida, pela significação da condição camponesa e valorização das identidades rurais (Silva, 2000, p.74).

A autora afirma que a identidade camponesa precede aos movimentos sociais do campo, uma vez que esse, ao se inserir nos movimentos sociais do campo já são camponeses:

> Não se infira que o camponês seja um tipo de identidade "formada" na edificação de qualquer movimento socioterritorial específico. Ao compor-se em grupos, os camponeses organizados, em vistas de serem assentados, ou mesmo aqueles que resistiram isoladamente na luta pela continuação de sua condição de

> vida, se colocam como condição existencial e não como referência. (Silva, 2000, p.108).

Nesse sentido, a autora nos traz um debate instigante sobre a identidade, que nos permite pressupor que estamos diante de dois tipos de identidades, asseverando, por seu turno, a existência de uma identidade anteriormente definida, por um modo de vida camponês a partir de características advindas da pertença do município Goiás. O outro tipo é redefinido pela participação destes camponeses no interior do movimento de acesso à terra, o camponês assentado, uma identidade política. O primeiro tipo de identidade é apropriado por assimilação e o segundo tipo de identidade é apropriado por reinterpretação.

Na guisa da conclusão, Silva destaca os limites do trabalho do homem e da mulher, o controle das ações dos camponeses, enfim, as lutas pela terra e na terra e seus impactos territoriais.

6.3 - A disputa territorial

“A disputa territorial entre o agronegócio canavieiro e o movimento camponês no município de Teodoro Sampaio – SP”, é, o trabalho pesquisado por Elienai Constantino Gonçalves (2011). O autor traz a discussão sobre as disputas territoriais dos territórios camponeses e do agronegócio canavieiro.

Ao se debruçar sobre as disputas territoriais o autor chama a atenção para a estratégia do capital que na disputa pelas terras e políticas para o desenvolvimento territorial a serem implementadas nos assentamentos, estas se conformam na territorialização das transnacionais do agronegócio nas terras dos assentados.

> A “parceria” entre camponeses assentados e o agronegócio canavieiro é um exemplo da territorialidade do agronegócio em território camponês, ou seja, a determinação da forma de uso de parte do lote, que no caso acontece pelo plantio de cana-de-açúcar destinado a produção de açúcar e álcool pela ETH - Alcídia. Os camponeses não têm controle sobre as verbas do

> financiamento para a produção da cana-de-açúcar; tão pouco conhecimento sobre a tecnologia para a produção de cana em seu território. Esta é uma completa relação de subordinação. (Gonçalves, 2011, p.32).

Este processo que atrela a renda da terra em um momento e, no outro, a terra do camponês, devidos às conexões do agronegócio para a absorção dos lucros, dificulta a possibilidade, e, às vezes, se tornam obstáculos para a realização da reprodução social camponesa. Assim, o manejo conceitual do autor, trazendo para discussão a concepção da tipologia dos territórios, permite que o mesmo compreenda a existência de territórios alternativos no interior das disputas territoriais.

> Nesse sentido procuramos entender a multiterritorialidade e multidimensionalidade do território, pois em nossas análises existem diversos territórios em disputa e não somente o território uno, o espaço de governança, com suas diferentes frações, ou seja, entendemos as frações camponesas e do agronegócio como territórios e em disputa. Propomos essa leitura para que possamos verticalizar nossa análise desde a escala global até a local levando em consideração as especificidades dos territórios (Gonçalves, 2011, p.33).

Conforme assinalou Gonçalves, as disputas territoriais entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro acontecem de duas formas:

- Pelo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, quando a territorialização de um significa a desterritorialização do outro. A territorialização do

agronegócio expropria o camponês. Já a territorialização dos assentamentos desterritorializa parte do agronegócio ou impede o agronegócio se apoderar dessas terras;

- Pelo controle do acesso ou formas de uso dos territórios, essa realidade é encontrada quando temos a territorialidade do agronegócio no território camponês. Esta é uma forma de controle do território pela subordinação.

Por último, Gonçalves observa que a estratégia usada pelos assentados de formar uma parceria com o agronegócio canavieiro não foi frutífera para os

assentados devido a monopolização do território pelo capital, pois controlou a forma de uso e determinou a política de desenvolvimento territorial a serem adotadas por esses territórios, afirmando que este processo culminou na "incorporação da territorialidade do agronegócio canavieiro em território camponês".

Nesse sentido, o autor nos ajuda a refletir sobre um movimento de duplo aspecto contraditório e associativo, ou seja; um de aspecto global que traz no seu bojo o domínio do processo produtivo e a outro de aspeto local que se traduz na organização do processo político, e se torna, desta feita, um instrumento estruturante do agronegócio. Já a negatividade emergida dos movimentos sociais do campo, neste caso, em especial, não produziu uma contradição suficiente para a conformação da territorialização camponesa.

6.4 – A territorialização

"A territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019): o debate paradigmático como método de análise" é a pesquisa de Fagner Lira Bizerra (2020). Este trabalho trata da disputa de visões de mundo em disputa entre o paradigma do capitalismo agrário (PCA) e o paradigma da questão agrária (PQA).

O autor, ao tomar o estado de Mato Grosso do Sul (MS) como recorte territorial de sua pesquisa, tem como objetivo de sua investigação analisar os conflitos territoriais no campo e a atuação dos Movimentos Socioterritoriais, enfatizando a compreensão do processo de formação e de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O debate paradigmático está inserido nas leituras da realidade brasileira do campo entre os que defendem os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa, mediados pelas relações de poder. Bizerra, a respeito das disputas paradigmáticas, traz algumas observações que acreditamos ser importante destacar. No que tange o paradigma do capitalismo agrário autor ressalta que:

> A terra, para o paradigma do capitalismo agrário, é vista como recurso para produzir lucro e acumulação de riqueza, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura etc. Com a “modernização” da agricultura e a produção em grande escala de commodities, os grandes produtores agrícolas têm investido nos monocultivos, como a soja, o milho, o algodão, a cana, o eucalipto, etc. (Bizerra, 2020, p.19).

Bizerra afirma que o paradigma do PCA, é um modelo hegemônico onde a terra é usada como, meio de produção para gerar lucro, como uma mercadoria no processo de acumulação. Em síntese é uma terra para fazer negócio.

> Os defensores do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) argumentam que o agronegócio movimenta a economia nacional, gera empregos, é responsável por uma parte significativa do produto interno bruto (PIB), que o agronegócio gera riqueza para o país, que precisa ser incentivado e que não deve haver intervenções que limitem suas atuações, tentando construir uma visão do agronegócio como totalidade (Bizerra, 2020, p.19).

Nesse sentido o paradigma da questão agrária (PQA) é uma ferramenta teórica de interpretação dessa realidade agrária, e por conseguinte propõe outra lógica de produzir e de viver.

> O paradigma da questão agrária é a ferramenta teórica que fornece os elementos conceituais e categorias de análise capaz de oferecer outra resposta frente ao capital, trazendo assim, ao conhecimento público essa disputa de ideias, pensamentos, espaços, territórios materiais e imateriais, entre outros conflitos (Bizerra, 2020, p.32).

Desta forma, podemos observar que, para o autor, a questão agrária, é um problema estrutural do sistema capitalista de produção, e a disputa paradigmática entra no jogo com seus dois principais paradigmas, que disputam o modo de produzir, de viver e de se relacionar com o campo.

O primeiro é o paradigma do PCA, o capitalismo produz a questão agrária através de sua estrutura de acumulação, que pode ser drenado pela renda capitalizada, isto é, a preocupação é voltada para o mercado. O segundo é o

paradigma da questão agrária (PQA), um paradigma contra-hegemônico que busca a compreensão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, considera a luta de classes e, por conseguinte, propõe a superação do modelo econômico vigente.

Gostaríamos de salientar, a partir, das assertivas de Bizerra, que, no primeiro caso, as práticas do PCA têm como objetivo o controle territorial. Por conseguinte, essas práticas penetraram nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, como verdades irrefutáveis e permitem(permitiram) a expansão e ampliação do capital, pois reproduzem as ideias e conceitos formulados como único caminho para o desenvolvimento do campo brasileiro. Ou seja, seus fundamentos são de base produtivistas.

No tocante ao segundo caso, o PQA, suas práticas buscam colocar os fundamentos de base produtivista, que tem como norma um movimento retilíneo e uniforme em questão. Por sua vez, desenvolver um discurso que demonstre os múltiplos aspectos na construção de um território diverso, que possibilite um movimento de superação para a transformação da realidade. Isto é, são ações que evidenciam valores éticos e morais que consubstanciam as relações intrínsecas entre a reprodução da vida material e a reprodução da vida social. Ou seja, seus fundamentos são de base práticas solidarias.

6.5 – A soberania

Estevan Leopoldo de Freitas Coca (2016) desenvolve sua pesquisa sobre "**A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**". O objetivo que o autor apresenta é estudar as experiências de compra públicas de alimentos e sua contribuição para a soberania alimentar no Brasil e no Canadá. Para isso, de acordo com ele, foram estudadas duas ações:

i) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Cantuquiriguaçu, estado do Paraná e no Pontal do Paranapanema, estado de São

Paulo – duas regiões nomeadas pelo Governo Federal brasileiro como territórios da cidadania – e;

ii) a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), na região metropolitana de Vancouver, no Canadá.

> No PAA, elementos da proposta alternativa de soberania alimentar são salientados através da criação de uma oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses proponentes e do combate à fome.No F2CC, o principal aspecto é a busca pela construção de novas relações de consumo, valorizando a produção local. Tanto o PAA como a rede F2CC são situados num ambiente de extrema conflitualidade que caracteriza a disputa pelos sistemas alimentares do Brasil e do Canadá, onde avançam simultaneamente o regime alimentar corporativista e a soberania alimentar. Assim, elas são lidas não como o “fim” da soberania alimentar, mas como um dos “meios” pelos quais ela pode ser aplicada (Coca, 2016, p.115).

Nesse sentido, Coca chama a atenção para a disputa territorial que encerra o conflito para a produção, reivindicação, implantação, desenvolvimento e consolidação, dos PAA envolvidos no processo. Estes PAA tornam-se uma estratégia de desenvolvimento territorial frente ao regime alimentar corporativista, pois trazem no seu bojo a possibilidade de uma transformação nas relações sociais, na valorização dos circuitos alimentares, nas formas de se apropriar dos recursos naturais, no fortalecimento da agricultura familiar/camponesa e das comunidades indígenas.

Desta maneira, segundo o autor, a disputa territorial dos PAA encontra no regime alimentar corporativista seu contraponto, pois o mesmo está constituído sobre a lógica do lucro, do mercado e da dominação hegemônica do território. É um sistema alimentar controlado por grandes corporações, focado na maximização do lucro das empresas, privilegiando as grandes empresas capitalistas. Aqui, nos deparamos com um plano estrutural subsumido no processo de compreensão do desenvolvimento do capitalismo que se desdobra na modernização da agricultura e em seu contraponto, que é à agricultura camponesa em sua reprodução social.

Coca demonstra em sua pesquisa que a via campesina se torna a contradição do processo de controle e dominação do regime alimentar corporativista.

> La Via Campesina, que é uma coalização global de movimentos camponeses, para ela o alimento tem que ser tratado como um direito de pessoas de todos os lugares, de todas as raças, de todos os matizes culturais e de todas as condições econômicas. Ela coloca a agricultura familiar\camponesa como elemento fundamental para se pensar na promoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável para o campo, através da produção sob bases agroecológicas. Ela é uma proposta voltada para a democratização do consumo dos alimentos e não para a transformação estrutural das bases nas quais ele é produzido mesmo com a criação de diversas políticas que visam a melhoria da alimentação da população de baixa renda (Coca, 2016, p. 82-84)

Nesse sentido o regime alimentar corporativista produz desigualdades estruturais no campo brasileiro, tais como nos agricultores familiares/camponeses e indígenas sejam subalternos ao agronegócio. Desta forma, a via campesina se apresenta como uma alternativa ao controle e a dominação da organização do espaço rural, assim, ela visa romper com o padrão produtivista que tem orientado a agricultura no regime alimentar corporativista, destacando a importância do alimento na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (Coca, 2016, p.311).

O autor, a nosso ver, observa uma tensão nesse processo relativo à produção, circulação e consumo alimentar, que, por seu turno, constitui o fenômeno da soberania alimentar. Propomos deduzir então do estudo de Coca uma problemática alimentar, ou seja, o conflito que estabelece de um lado o alimento como mercadoria, e de outro, o alimento como direito humano. Isto é, na busca por uma transformação da sociedade, a soberania alimentar torna-se instrumento para a identificação dos agricultores camponeses (luta de classes).

Por fim, o autor assevera que, por meio, das compras públicas de alimentos, o Estado e a sociedade civil podem contribuir para a ocorrência de mudanças na correlação de forças que configura os sistemas alimentares em

suas diversas escalas, em que a soberania alimentar tem como estratégia romper com o regime alimentar corporativista.

Desta maneira, entendemos que este movimento escalar apreendido na pesquisa de Coca, transmutado nas disputas territoriais entre os agricultores camponeses e o agronegócio, está em relação direta com a redefinição espaço-temporal que constitui a sociedade brasileira. No movimento de apropriação e controle do processo de alimentação, este emerge como negatividade do processo dialético e, por sua vez, questiona a hegemonia das grandes corporações.

6.6 – Os paradigmas

Janaina Francisca de Souza Campos, em seu estudo sobre as "**Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo de 2012",** se debruça sobre os territórios paradigmáticos, ou seja, os territórios dos grupos de pesquisas de Geografia Agrária do estado de São Paulo, demostrou que "os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos que, com suas teorias, método, conceitos, intencionalidades e ideologias compartilham c e representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária" (Campos, 2012, p. 24).

A autora, realiza sua pesquisa sobre dois grupos paradigmáticos, em suas disputas territoriais, fruto de suas produções intelectuias. Isto é, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

> As duas tendências do PCA, a agricultura familiar e o agronegócio, demonstram a heterogeneidade desse paradigma. O GEDRA, Logística, NEA e Geografias da Modernidade foram analisados dentro da agricultura familiar, não havendo nenhum grupo dentro da tendência do agronegócio. As políticas públicas de Estado, a pluriatividade, as novas ruralidades e a diversificação e integração produtiva estão para a agricultura familiar como parte do sistema capitalista. A solução dos problemas está na própria lógica do capital. O Geografia Agrária, o CEGeT e o NERA também construíram suas pesquisas dentro de territórios heterogêneos no PQA, cuja postura foi de enfrentamento e superação a lógica capitalista. O CEGeT

> participa, ao mesmo tempo, da tendência da proletarização e do campesinato e o Geografia Agrária e o NERA da tendência do campesinato (Campos, 2012. p.347).

Destarte Campos, assevera que os territorios paradigmáticos, são os grupos de pesquisa, dos espaços científicos, teóricos, políticos e ideológicos que socializam o conhecimento, por meio, dos poderes explicativos, dos quais, emanam os temas pesquisados, gestados e delimitados, por suas posições políticos-ideológicas.

> Por conter essa condição, os grupos de pesquisa são encarados como territórios paradigmáticos, sustentados por estruturas de socialização, práticas, ações e temáticas de estudo. São eles que disseminam e disputam poderes explicativos dentro e fora da comunidade científica. Por poderes explicativos entendemos as ações intelectuais que contêm as intencionalidades das visões de mundo dos grupos de pesquisa e seus paradigmas. Eles determinam, compartilham, selecionam, focam, orientam e dirigem a compreensão dos temas estudados (Campos, 2012. p. 150).

Por meio, de um mapeamento exaustivo dos grupos de pesquisa concernente a Geografia Agrária, tais como estrutura de socialização, das práticas e das ações, a autora pôde identificar as tendências internas que compõem cada grupo e, por sua vez, afirma que:

> Toda forma de conhecimento é adepta a uma dada posição político-ideológica e, desvendar de que forma o pensamento geográfico está inscrito neste processo, tendo em vista os grupos de pesquisa e paradigmas, é mostrar que toda Geografia, seja ela ou não analisada pelo debate paradigmático, é constituída por geógrafos que tomam partido sobre o mundo e a sociedade (Campos, 2012, p. 354).

6.7 - Cartografia Geográfica

Para Eduardo Paulon Girardi, a: “**Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**” (2008) O objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento da Geografia Crítica com a reparação deste equívoco

em relação ao mapa, o que implica em valorizar o uso do mapa e do mapeamento na corrente crítica, ou seja, uma Cartografia Geográfica Crítica (CGC).

A Cartografia Geográfica Crítica dever ser relacionada e estar em consonância, sob três abordagens cartográficas e indissociáveis intercomplementares, são elas a saber: semiologia gráfica, visualização cartográfica e modelização gráfica.

a) A semiologia gráfica contribui como base para o desenvolvimento das elaborações cartográficas através de suas normas, que definem os procedimentos mais adequados para a comunicação da informação espacial através do mapa. Esta abordagem garante a eficiência na comunicação dos resultados.
b) A visualização cartográfica fornece os fundamentos para utilizar o mapa como instrumento de exploração dos dados, descoberta de novas informações, padrões, rupturas, simetrias e dissimetrias no espaço geográfico. A visualização cartográfica confere ao mapa ainda mais importância/utilidade na análise espacial e por isso é um avanço em relação à semiologia gráfica, porém não a suprime; elas são intercomplementares
c) A coremática apresenta um conjunto teórico bastante amplo sobre a representação espacial e a natureza da Geografia; ela culmina como um amálgama entre semiologia gráfica e visualização cartográfica, fornecendo contribuições ímpares para representação e análise do espaço. A coremática é o principal avanço para compreender a importância da representação espacial na Geografia (Gerardi, 2008, p.78-9).

Pensar nas produções de um mapa segundo Girardi, a partir da teoria e prática, ancorado na Cartografia Geográfica Crítica, passa por pensá-lo como um instrumento analítico e discursivo, de investigação, de intervenção, de transformação e de representação da realidade conformada na responsabilidade social do geógrafo. “Neste trabalho o mapa ocupa duas posições: para a proposta da CGC ele é objeto de estudo e, no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira, é instrumento de análise” (Girardi, 2008. p.319).

> O PQA busca analisar os conflitos e as desigualdades geradas pelo capitalismo no campo, enfatizando a luta contra o capital como forma de sobrevivência e desenvolvimento do campesinato. Para este paradigma os problemas no campo são estruturais e inerentes ao capitalismo. A única forma de resolvê-los é com a superação do próprio sistema capitalista. Inversamente, o PCA busca entender as melhores formas dos agricultores familiares se integrarem ao sistema capitalista, sendo inútil a luta contra ele. Os problemas do campo são conjunturais, solucionáveis pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Este "desenvolvimento" prevê a intervenção massiva do Estado na agricultura para anular os efeitos negativos do capitalismo no setor e contribuir para o desenvolvimento capitalista em outros setores (Gerardi, 2008. P. 92).

Desta maneira, compreende-se o território do campesinato, onde se encerra, o camponês e o agricultor familiar como equivalentes, e, se conforma nas pequenas propriedades, assentamentos rurais e na produção familiar. O território do latifúndio e do agronegócio, onde se encerra, a concentração do poder político e econômico, e, se conforma grandes empresas capitalistas, mecanização intensa e grandes propriedades. Tendo como pano de fundo a questão agrária, a partir dos paradigmas mencionados acima, o autor observa os conflitos, as desigualdades, as violências, as lutas pelas permanecias na terra, as expansões, as expropriações e as especulações fundiárias.

É, a partir desse conjunto de situações e ações, que os territórios paradigmáticos, vão se atritando e delineando seus posicionamentos no interior do campo brasileiro. Embora ambos fazem parte do mesmo processo, se diferenciam na abordagem do desenvolvimento sendo que, para o PQA o desenvolvimento e questão agrária são indissociáveis, já par o PCA o desenvolvimento e a questão agrária são dissociados.

Nesse movimento de ocupação e assentamentos pelos movimentos socioterritoriais o autor constata dois tipos de assentamentos:

> Os reformados, cujas terras de origem são em grande parte desapropriadas, onde o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. E, os não reformados, que são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados em terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental. (Girardi, 2008. p. 282-284).

Isto, permitiu a Girardi apreender a dinâmica do processo de territorialização, que se configura na modernização da agricultura, na expansão do capital, nas relações de produção, como por exemplos os três campesinatos, Girardi (2008. p. 348):

- O campesinato do Sul, formado a partir da imigração europeia para a colonização da região, é caracterizado por sua agropecuária diversa e dinâmica. É este campesinato que permite que o Sul faça parte da principal região agropecuária do país;

- O segundo campesinato é o do Nordeste. Assim como a região na qual está inserido, ele é marcado pelas perdas, expressas principalmente pela baixa produtividade da agropecuária e utilização de meios de produção precários, o que tem como resultado as baixas rendas e indicadores sociais negativos;

- O terceiro campesinato é o amazônico. Formado a partir das investidas para a ocupação da Amazônia, tem presença marcante dos camponeses nordestinos, que migraram para a região em busca de melhores condições de produção e vida. Populações ribeirinhas caboclas e migrantes do Sul também são representativas neste campesinato.

Nesse processo os três campesinatos, de ocupação e de assentamento, sob à violência dos trabalhadores rurais, se revela e traduz as estruturas elementares da questão agrária brasileira, que tem como base a estrutura capitalista de produção.

Nesses últimos vinte e quatro anos, observamos a consolidação de instrumentos de análises, pela teoria e método que de uma forma ou de outra, oxigenaram a geografia agrária propondo novos temas de pesquisa e uma nova agenda que traz desde o mapa como instrumento de intervenção da realidade, passando pelas disputas territoriais, dos movimentos socioterritoriais, como a discussão de gênero e a diversidade sexual que são a nosso ver territórios de produção, que revelam um aprofundamento do grupo de estudos geográficos.

As pesquisas sobre os Paradigmas da Questão Agrária (PQA) e o Paradigmas do Capitalismo Agrário (PCA) são encontrados em Campos (2012), ao examinar os grupos de pesquisa, apresenta a leitura destes, pelos

paradigmas, que, por sua vez, explicam, comunicam e disputam territórios materiais e imateriais, por meio, de suas posições políticas ideológicas;

Girardi (2008) ao refletir sobre a Cartografia Geográfica Crítica move os paradigmas na condução de analisar as questões agrárias, os movimentos socioterritoriais, e, por isso, revela a estrutura agrária brasileira; Bizerra (2020), estuda os paradigmas como método de pesquisa, para analisar os movimentos socioterritoriais;

Silva (2000), trabalha a identidade camponesa, dos movimentos sociais do campo, ancorado no conceito dos movimentos socioterritoriais, para compreender as dinâmicas da produção espacial e territorial do campo; Ramalho (2002), investiga os impactos socioterritoriais, por meio, da espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, e, a distinção entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa, mediados pelas dimensões espaciais; Gonçalves (2011) observa as disputas territoriais entre camponeses e o agronegócio, a partir da multiterritorialidade e multidimensionalidade, considerando a monopolização do território; Coca (2016) traz para o debate, a soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil, por meio, da disputa territorial, que se fundamenta nas relações de poder, fruto da luta entre a agricultura camponesa e o agronegócio.

O conjunto de pesquisadores(as) que apresentamos sob as orientações de Fernandes, vistas em seu conjunto, revelam as interpretações atuais sobre os movimentos sociais do campo.

Considerações finais

Para compreendermos a extensão e a diversidade da corrente pronunciada por Oliveira e adensada por Fernandes, propomos estabelecer algumas vertentes possíveis encontradas no decorrer da pesquisa e destacar as

que mais ganham em relevância em suas produções no conjunto do alcance, do engajamento e extensão[3]:

Bombardi e Paulino: trazem o componente da territorialização e monopolização do território, sob o viés econômico, isto é, a partir da formação econômica e social. Assim, a unidade territorial está fração do território conquistado pelos camponeses, são traduzidos em suas bases materiais e econômicas, da mais-valia, da renda da terra, do circuito comercial, do financeiro, da taxa de lucro, da divisão do trabalho dos camponeses e dos latifundiários.

Por sua vez, produz uma dinâmica produtiva que se desdobra no território e se materializa na produção econômica capitalista em sua ânsia de mundialização e internalização, que determina a formação territorial.

Marques e Almeida: ao trabalharem com o materialismo histórico e dialético trazem para o interior dos estudos da geografia agrária o simbólico a partir de Bourdieu. Esta vertente busca compreender o campesinato em seu processo de recriação camponesa, tendo como possibilidade de interpretação, compreensão e explicação a luta pela terra e a luta na terra, sob valores, modo de vida que conforma a unidade territorial, sob o processo de identidade.

Estes estudos são de cunho sociopolítico, passando pela compreensão do espaço de socialização política diante das interações nas produções espaciais que se dão nas dinâmicas das conquistas\trunfos, e, por seu turno, procura desvendar as formas de organizações dos movimentos sociais. O debate sobre modernização e tradição traduzem a ambiguidade camponesa e sua força transformadora.

Thomaz Junior: parte do materialismo histórico também e trata das concepções da monopolização do território fundadas por Oliveira e no decorrer de suas pesquisas apresenta uma mudança de paradigma que se materializa na unidade e no alargamento que se consolida como unidade de classe, esta, junta sindicato com a questão da terra. Assim, distancia-se da concepção de camponês de Oliveira e começa a aparecer em suas analises a dimensão do

[3] A arbitrariedade se dá a partir do momento em que dividimos em vertentes. A nossa pretensão é que estas envolvam alguns dos principais trabalhos supracitados na pesquisa, assim acreditamos que os trabalhos se articulam em uma ou outras vertentes.

caráter agroindustrial. Ele tangencia a questão da terra, e coloca em seu lugar a questão do trabalho e de classe.

Desta forma, juntamente com o conceito de classe do trabalho como perspectiva de alargamento, o mesmo vai associar outra categoria a do mercado. O autor não vai fazer a discussão diretamente na logica sindical, mas na lógica do rural. As atividades dos camponeses são vistas como resistência estratégica e formas de vinculação a terra.

> Tomando por base o constructo do edifício societário que vivenciamos, acreditamos que a, complexa trama das relações contraditórias que qualificam o mundo do trabalho nessa virada do século XXI, mesmo com a fragmentação interna a seara sindical, a heterogenização e as clivagens corporativas, é possível vislumbrar a emancipação social a partir das diferentes frentes de ações internas ao mundo do trabalho, que representam as novas formas de confrontação social contra o capital (revoltas, rebeliões, explosões sociais, greves e etc.). No caso brasileiro despontamos o universo de luta pela terra particularmente no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e no caso mexicano o Chiapa (Thomaz Júnior,1988, p.11).

Outro estudioso do materialismo histórico é o de **Fernandes:** que a partir do pensamento inaugurado por Ariovaldo parte da noção de Terra como Capital, e passa para a noção de Terra do Estado (estatal), desenvolvimento, movimentos socioterritoriais e os movimentos socioespaciais; para Fernandes o camponês é um sujeito em movimento, e este se dilui na classe social. O autor inicia um olhar no processo de individualização dos camponeses, estuda qualidade de vida, cidadania, e o conceito de movimento e caminha com suas análises em sentido da ideia de organização, e das necessidades dos sujeitos.

Em nossa pesquisa, o prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira emerge como fundador do pensamento materialismo histórico na Geografia Agrária, esta forma de pensar influenciou muitos de seus orientandos e atualmente se conforma em uma corrente de pensamento que conformou o conceito de camponês e de monopólio do território como um dos pilares desta corrente de pensamento.

Girardi: ao trazer à baila a discussão da Cartografia Geográfica Crítica, impõe um outro sentido e significado para geografia agrária, cuja preocupação

recai sobre o plano do simbólico. O autor está propondo desvendar as estruturas simbólicas na constituição e desenvolvimento da produção de mapas, pois, nestes se escondem e camuflam as disputas de classes e de poderes.

Assim, a relação entre sujeito e objeto se desdobra num amalgama entre investigação e produção tendo o mapa como instrumento analítico e discursivo deve e ser considerada como uma unidade contraditória no interior do processo dialético.

O professor Doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira fundamenta seu pensamento no materialismo histórico-dialético a partir das contradições sociais, isto lhe permitiu pensar as categorias do camponês e do trabalho com a concepção da renda da terra, para entender os conflitos da terra, e as dimensões da terra, do trabalho como subordinação, da expropriação e a da centralidade do trabalho como núcleo provedor, como existência do campesinato, como reprodução do camponês. O camponês, para o autor, não é só uma dimensão do proprietário, mas sua contradição e reprodução social como sujeito histórico.

Nesta perspectiva, para o autor, o camponês se traduz na lógica da produção, que se conforma na subordinação do território e da produção para proveito do capitalista, que por sua vez encontra rebatimento na renda da terra expropriada do camponês que é sua negação: “coloca o camponês diante da necessidade histórica da sua própria transformação como produtor individual. Revela, portanto, a necessidade histórica da incorporação da cooperação no processo produtivo e, consequentemente, da sua transformação de trabalhador individual (familiar) em trabalhador coletivo” (Oliveira, 1990, p. 83).

Desta maneira, o autor faz um esforço para trazer para os estudos de geografia agrária o conceito de território e inseri-lo no centro do processo de pesquisa sob a ótica da territorialização do capital em suas contradições. Esta forma de pensar traz no seu bojo o espaço e o tempo unidos em fluxo, o latifundiário e camponês como uma classe social inerente ao capitalismo.

Enfim, as pesquisas vistas, em seu conjunto, nos permitem afirmar que os estudos aqui referidos se encontram na Geografia Econômica Agrária no interior do movimento de pensamento geográfico que ficou conhecido como Geografia Crítica. Buscam compreender o processo de estruturação e reestruturação do capitalismo em sua contradição na produção, e, por conseguinte, propõem uma solução do problema geográfico por meio da análise

das estruturas econômicas que transformam e conformam o modo capitalista de produção.

Por sua vez, tem como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, sob algumas categorias que emergiram nas orientações frutos de sua tese e respaldados em livros, artigos entrevistas e outras, tais como: renda da terra I, renda da terra II, renda da terra III, renda da terra absoluta, classes sociais, produção, movimentos sociais, modo capitalista de produção, relações de produção, forças produtivas, superestrutura, infraestrutura, meios de produção, mais-valia, fetiche, alienação, monopólio da circulação, monopólio da produção, camponeses, relações não capitalistas de produção, juros, valor, lucro e outras.

A partir da temática do discurso geográfico, sob ao pano de fundo da divisão do trabalho intelectual, divisão do trabalho territorial, modernização da agricultura, ancorado no marxismo os estudos trouxeram como contribuição para os estudos geográficos agrários o conceito de materialismo histórico e o materialismo dialético como instrumento de análise da ciência geográfica, que foi traduzido e ampliado e apoiado na categoria geográfica de **Território** como uma forma nova e singular de pensar a ciência geográfica e seu objeto, isto é, o espaço; este é visto como uma matéria em movimento no tempo e no espaço, em sua formação social estruturada economicamente, por meio da luta de classes, adensado pelo modo de produção vigente, por isso é histórico.

> O desenvolvimento desigual do capitalismo é nesse contexto entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, que o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia. (Oliveira, 1981, p. 05).

As preocupações dos estudos são de cunho socioeconômico, passando pela compreensão das relações capitalistas de produção em suas transformações econômicas, que determinam a consciência social e é impactada pelo modo de produção capitalista no campo (agricultura brasileira).

Para tanto, denominamos o período de 1980 até 1990 como **o território do método**. Este período marca a introdução do materialismo histórico e

dialética na geografia agrária, onde as orientações das dissertações e das teses estão voltadas para a busca do conhecimento engajado para a transformação das relações no campo. Este é um movimento intelectual que se desenvolveu no Departamento de Filosofia Ciências e Letras (FFLCH) na USP na década de 1980 e 1990, que determina um movimento maior, isto é, um movimento de renovação social, econômico, político na formação do pensamento geográfico.

A década de 1980, representa o início dos estudos marxistas na geografia agrária, e, por conseguinte, o estudo do referido autor se encontra na geografia econômica agrária no interior do movimento de pensamento geográfico que ficou conhecido como geografia crítica. Neste período, buscamos também a gênese da categoria camponesa, movimento social e as oriundas do marxismo.

Embora neste período trabalhamos com o marco dos estudos agrários sob o materialismo histórico a partir da tese de Oliveira (1978), Almeida (2005) dá uma contribuição para fortalecer nossa assertiva apresentando a publicação de 1981 que traz elementos adensados pelo autor da nossa referência.

> Outro marco na Geografia Agrária, no tocante à construção de seus pressupostos teóricos e de sua migração do historicismo marxista para o materialismo histórico-dialético, é a publicação feita por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em 1981. Neste trabalho, intitulado “Agricultura e indústria no Brasil”, o autor analisa o papel da renda da terra no desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, produzindo uma primorosa contribuição ao decifrar as nuances que cercam a aliança terra/capital, sendo está a reprodução contraditória de formas sociais não-capitalistas como o campesinato. Outro avanço teórico que deriva dessas formulações refere-se aos conceitos de monopolização do território pelo capital e territorialização do capital. (Almeida, 2005, p. 63)

As décadas 1990 e 2000 denominamos de **território capturado**, é o momento da definição do campo de estudos da geografia agrária sob o materialismo histórico e dialético.

A geografia agrária de raiz uspiana estava fundamentada em seu início nos franceses e depois nos alemães Waibel, Thünen e em Valverde, assim, a presença de Oliveira propõe uma ruptura epistemológica e, por seu turno, se adensam as categorias marxistas tais como renda da terra, classe social, trabalho concreto (criador de valores de uso) do trabalho abstrato (criador são

boias-frias, posseiros, pequenos proprietários, colonos, meeiros, de valores de troca) e outras.

Oliveira apresenta em seus estudos os camponeses como classe social fruto de sua diversidade camponesa tais como boias-frias, posseiros, pequenos proprietários, colonos, meeiros e outros. A partir de uma rede categorial se conforma neste período na USP, sob a orientação de Oliveira, o campo epistemológico da geografia agrária.

De 2010 até 2025 denominamos de a **territorialização do método,** é o momento em que o espraiamento do conceito se traduz em múltiplos olhares sobre a diversidade camponesa e seus orientandos vão consolidando em seus departamentos a corrente de pensamento materialismo histórico e dialético e, por conseguinte, o conceito de território de Oliveira para as próximas gerações. Este momento vem adensado com outros elementos metodológicos e a separação em definitivo de autores como Santos, Moraes, Moreira e outros.

Durante este período houve uma **desterritorialização do método**: a partir da ascensão do Prof. Fernandes com suas orientações de dissertações e teses, a geografia crítica volta com suas preocupações para os movimentos sociais do campo e a busca, por uma geografia agrária que se pronunciasse no mundo das ciências por meio de seu objeto de pesquisa e suas categorias de análises, se instala na Unesp - Presidente Prudente. Em suas orientações, o marxismo se flexibiliza, tomando autores com Milton Santos e Henri Lefebvre, dentre outros. Fernandes compôs uma linha de pensamento que possibilita compreender a espacialização e territorialização da luta pela terra, por meio, do espaço de luta e resistência.

Para Fernandes, o território é pensado como trunfo, ou seja, como uma fração do território, uma conquista e controle dos sujeitos envolvidos no processo social, fruto das disputas de classes, sejam elas políticas, culturais, sociais ou econômicas, reverberando em aspectos materiais e imateriais que se dissimulam na luta pela busca do poder.

A preocupação de Fernandes com os movimentos sociais lhe impôs outro caminho, pois, ao refletir sobre os termos, noções de espaço social, lugar social e os movimentos sociais, nas suas interações, trouxe outros elementos metodológicos associativos entre esses termos.

Os termos se alimentam do conteúdo embrenhado na separação dos espaços de produção das condições da vida material e dos meios de produção da vida existencial, sob as relações sociais, a estrutura econômica e social da sociedade. O autor apreendeu a reorganização em curso na produção e na reprodução espacial do camponês, que está conformado pelo movimento do capital que se desenvolve no interior dos movimentos e do circuito de trocas da economia capitalista.

A partir desta articulação dialética, o autor busca compreender qual a natureza do espaço em que as classes sociais em disputa se organizam, se movimentam e se apropriam deste espaço. “Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta (Fernandes, 1994, p. 113)”. Este conjunto de elementos impulsionou Fernandes a buscar um método que lhe permitisse explicar essa transformação.

Nesse sentido, a nossa pesquisa sobre a História do Pensamento da Geografia Agrária: métodos, teorias e conceitos sobre os movimentos sociais do campo, enseja municiar, as instituições de pesquisa, os grupos de pesquisa, os estudantes, os movimentos sociais do campo e quiçá os órgãos governamentais voltados para o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **Identidade, Distinção e Territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Presidente Prudente, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, R. A. A Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: Edima Aranha Silva; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul.** 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 103-134.

ALVES, F. D. **Trajetória Teórico-Metodológica da Geografia Agrária Brasileira:** A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Rio Claro. 2010

ANDERSON, P. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, E. e GENTILI, P. **Pós neoliberalismo:** As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

ANDERSON, P. et al. A Trama do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira:** caminhos e lutas pela liberdade.1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BIZERRA, F.L. **A territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019):** o debate paradigmático como método de análise. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Presidente Prudente São Paulo, 2020.

BOMBARDI, L. M. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **Revista Agrária**, São Paulo, no 8, pp. 99-121, 2008.

BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa.** São Paulo. Annablume, 2004. 395p.

BRAY, S. C. Aspectos da trajetória teórica-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. In: **Revista Campo e Território:** revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 5-13, fev. 2008.

CALLAI, H. C. **A Trajetória e expropriação:** o colono e a formação de colônias novas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

CAMARGO, J. C. G.; REIS JÚNIOR, D. F. C. A filosofia (neo)positivista e a geografia quantitativa. In.: VITTE, A. C. (org.) **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 83 100. 2007.

CAMPOS, J. F. S. **As Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária:** análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Presidente Prudente, São Paulo, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

COCA, E. L. F**. A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil:** o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Presidente Prudente, São Paulo, 2016.

COSME, C. M. (RE)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terá e o habitus de classe. São Paulo; UNESP, 2006. 377 p. In: **Revista de Geografia** (UFPE) V. 31, No. 1, 2014

COSTA, C. **Sociologia:** Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2001.

CRUZ, R. C. A. A geografia crítica e a economia política. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 3, p. 492-503, dez. 2018. ISSN 2179-0892. Disponível

em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/arti-cle/view/152491>.doi: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.152491.Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência:** os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul. Livraria e Editora da FISC. 1991.

FABER, M. **História dos partidos políticos no Brasil.** Edição Digital. www.historialivre.com 2010. Acessado em 10/07/2105.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995 .

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST- 1979-1999.** 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B M. Sobre a tipologias de territórios. In: MARCOS Aurelio. Saquet. ELISEU, Sposito. **Territórios e Territorialidades:** Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T. P., FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, D. A. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico:** a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90. Rio Claro-SP. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro,1998.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Presidente Prudente, São Paulo, 2008.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. São Paulo: Livraria Martins Fontes. 1978

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2003.

GONÇALVES, E. C. **Disputa territorial entre o agronegócio canavieiro e o movimento camponês no município de Teodoro Sampaio** – SP. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita", Presidente Prudente, São Paulo, 2011.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos:** breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

KAHIL, S. P. **A luta Dissertação (em Lagoa São Paulo:** a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre.1984. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

LEFEBVRE, H**. La Presencia y la ausencia :** Contribuición a la teoría de las representações. México: Fundo de cultura económica, 1983.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

MARQUES, M. I. M. **De Sem-Terra a "Posseiro", a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária:** o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986

MARX, K. **O Grundrisse.** Nova lorque: Editora Vintage Books, 1973.

MARX, K e ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. CPV, 2001

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural. Coleção os Economistas, 1985.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. 3.edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume V, livro terceiro, tomo 2.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. V.I 6° edição Civilização Brasileira, 1999.

MARX, K. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

MORAES, A. C. R. **Geografia:** Pequena História Critica. Anna Blume, 2003.

MULBLMANN, G. **Marx, o jornalismo, o espaço público.** In: NOVAES Adauto. organizador. O silencio dos intelectuais. Editora Companhia das Letras São Paulo. 2006

NETTO, J. P. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas.** São Paulo: Editora Cortez, 2004

NOGUEIRA, A. T. B. **Assentamentos rurais do MST:** práticas espaciais, representações e conflitos. Tese. (Doutorado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOGUEIRA, A. T. B. **Uma leitura dos conflitos na produção do Assentamento Rural da Fazenda Jupira no Município de Porto Feliz.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NUNES, F. G. **O econômico na geografia influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2000)** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita", Presidente Prudente, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária:** crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen. 1978. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, A. U. **É possível uma geografia libertadora?** Petrópolis, 13-18. maio de 1980.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil In: Boletim Paulista de Geografia, n.58, **AGB,** São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, A. U. A Pequena Produção Agrícola Mercantil no Brasil - Anais do 5o Encontro Nacional de Geógrafos - **AGB**, Porto Alegre-RS, 1982

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Editora Ática, 1990

OLIVEIRA, A. U. **Espaço e Tempo:** Compreensão Materialista Dialética. In: Milton Almeida dos Santos. (Org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1992, pp. 66-109

OLIVEIRA, A. U. **"Barbárie e modernidade:** as transformações no campo e o agronegócio no Brasil". In: Terra Livre, São Paulo, Ano 19, v.2, nº 21. p.113-156. Jul-dez. 2003

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI "Perspectivas da Geografia Agrária" in: II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – **"O Campo no Século XXI**", realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003

OLIVEIRA, A. U. **Geografia agrária:** perspectivas no início do século XXI. In: Oliveira, A. U.; Marques, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI:** território de

vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, A. U. **O modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.ed/ 1991.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das Lutas no Campo**: conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, os "sem-terra" e o neoliberalismo. São Paulo, Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Entrevista com o Geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira.** In: Espaço Plural - Marechal Cândido Rondon, Ano VII, N.º Especial 2º Semestre 2006. - Issn 1518-4196

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Las indepencias y construccíon de estados nacionales: poder, territorializacíon y socializacíon , siglos XIX-XX. 2012

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales.** São Paulo, 8 de dezembro de 2014.

OLIVEIRA, B. C. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: **Encontro Nacional de Geografia Agrária.** 1994. Rio Claro/SP.

PAULINO, E. T. **Terra e Vida:** a geografia dos camponeses do norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, R. A. **Terra e Território:** A Questão Camponesa no Capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

QUINTANEIRO, R.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um Toque de Clássicos**. UFMG, 2003

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RAMALHO, C. B. **Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos Rurais no Município de Mirante do Paranapanema** - Região do Pontal do Paranapanema. 2000. Dissertação (mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita", Presidente Prudente, São Paulo, 2000.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

ARTRE, J. P. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, R. L. B. R. **Sobre o Camponês do Sertão:** Produção do Espaço e Identidade Camponesa em Assentamentos do Município de Goiás-GO. 2000.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Presidente Prudente, São Paulo, 2000.

SIMONETTI, M. C. **L. A Longa Caminhada – a re-construção do território camponês em Promissão**. 1999 Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999

SILVA, M. A. M. **Intelectuais e Sociedade:** Ideias e questões. Disciplina apresentada na Unicamp. 1º semestre 2015.

SILVEIRA, F. R. **Poeira e sumo nos olhos dos que produzem:** um estudo sobre o trabalhador rural, residente urbano e suas condições de vida no município de Bebedouro. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

SILVIO A. F. C. e EDEMAR J. B. Notas Sobre a Teoria Marxista da Renda Terra. In: **Revistas de Ciências Humanas**, UFSC v. 5, n. 8 – 1986

SUZUKI, J. C. Geografía agraria brasileña: génesis y diversidad. In: **cuadernos de geografía, revista colombiana de geografía** nº17, 2008, Bogotá-Colombia, p. 63-74

THOMAZ JÚNIOR, A. **A territorialização do monopólio:** Indústrias canavieiras em Jaboticabal. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, A. **As correntes teóricas na geografia agrária brasileira:** uma contribuição à crítica teórica sem aprioris. São Paulo, v.2, n. 35, p. 35 – 52, jul./dez. 2010.

TORRES, M. G**. A beiradeira e o grilador ocupação e conflito no Oeste do Pará.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

WOLFF, F. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES Adauto. organizador. **O silencio dos intelectuais**. Editora Companhia das Letras São Paulo. 2006.

Comentários do supervisor

A pesquisa realizada pelo pós-doutorando e o relatório apresentado demonstram que os objetivos propostos foram cumpridos de forma satisfatória. O pós-doutorado poderia ter aprofundado as análises em alguns aspectos, mas isso não ocorreu, contudo, em minha análise, isso não compromete o cumprimento do projeto proposto. Foram submetidos três artigos para revistas científicas (em anexo) e um trabalho para um evento que ocorrerá no presente ano de 2025 (em anexo). Considero que o pós-doutorado representou uma grande oportunidade para o pesquisador dar continuidade às suas pesquisas do doutorado e para aprimorar e atualizar seus conhecimentos sobre teoria e método na geografia agrária, bem como para aperfeiçoar suas habilidades como pesquisador. Sendo assim, o resultado do processo de pesquisa desenvolvido pelo pós-doutorando cumpriu os objetivos do Edital PPROPe 05/2024.